

António Domingues de Sousa Costa, OFM
Canonista e Investigador (1926-2002)
Elementos para a sua Biobibliografia

por

António de Sousa Araújo

Introdução

Biografar em profundidade o português que melhor conheceu e aproveitou os Arquivos do Vaticano para o estudo da Idade média e Renascimento português não é tarefa viável de momento. O seu espólio manuscrito foi “cerrado”, mas ainda não pôde ser organizado, inventariado e selado. Destriçar o que nele há de inédito do muito que já anda publicado, distinguir o que está amadurecido daquilo que ainda constitui esboço ou texto provisório, não será tarefa de qualquer um e tarefa que se efectue sem tempo e capacidades logísticas. Em suma: Ignora-se o que nele está e o que nele pode faltar. Como, por exemplo, é o caso de correspondência importante relacionada com a interrupção da publicação de parte significativa da sua obra-prima – a *Monumenta Portugaliae Vaticana*, em resultado do desvio de fundos para isso outrora acumulados e destinados.

O apartado mais elaborado do nosso trabalho, mas mesmo assim incompleto, é o derradeiro, ou seja o que se reporta ao elenco da sua obra já publicada. Aí veremos o nosso Autor como um “latomista” insigne, cuja obra de pesquisa, transcrição e publicação é sua, mas que permanece muito inacabada para poder, como ele desejava, ser inteiramente posta ao serviço dos estudiosos. Nesse sentido, ele foi o tipo perfeito do investigador gratuito e “mártir”, incansável e sacrificado carreador de materiais históricos generosamente oferecidos aos homens da ciência, para que os possam aproveitar e com eles algo construir. Sousa Costa, porém, não se contentou, com este heróico gesto de generosidade científica. Ele próprio se sacrificou igualmente com a tarefa do estudo árduo de muitos assuntos, avançando aliás com a produção de modelos de obras ímpares em profundidade e valia, que a crítica internacional não se cansou de relevar.

Os restantes pontos que aqui nos propusemos abordar, aliás com muito desigual desenvolvimento, não passam de elementos de informa-

ção, toda ela fiável, mas forçosamente incompleta. Entre outros, também por motivos de brevidade. (Inadmissíveis, é certo, em quem pretendesse a exaustão e a referenciação permanente das fontes, de harmonia com as exigências últimas duma verdadeira metodologia científica).

Semelhante tipo de trabalho não se compadeceria, nem com a escassez de tempo de que dispomos, nem, muito menos, com a utilização dos chamados “meios pobres”, que são aqueles com que nos habituámos a ir trabalhando e que necessariamente nos forçam a ter de designar modestamente o presente estudo: *António Domingues de Sousa Costa, OFM, Canonista e Investigador (1926-2002). Elementos para a sua Biobibliografia*. Exactamente porque disso se trata: Elementos.

I - A vocação franciscana e sacerdotal

Em S. Félix da Marinha e Grijó.

António Domingues de Sousa Costa nasceu em S. Félix da Marinha (Vila Nova de Gaia), a 10 Fevereiro de 1926. O pai chamava-se José de Sousa Costa e trabalhava como contínuo na Câmara Municipal do Porto. A mãe, Maria Domingues da Silva Carvalho, era doméstica. Sendo ainda criança, a família fora viver em Grijó, freguesia vizinha e também ela do mesmo concelho de Gaia, distrito e diocese do Porto. Foi na anterior freguesia que frequentou os três primeiros anos da Escola Primária, tendo sido em Grijó, que continuou e concluiu com aprovação a quarta classe dos estudos elementares (cf. doc.1), contando entre os seus condiscípulos o celebrado oftalmologista Prof. Doutor Castro Correia, do Hospital de S. João do Porto.

O Divino Salvador de Grijó era, desde princípios do séc. X, a sede de um mosteiro de Cónegos Crúzios ou Regrantes de Santo Agostinho, cuja igreja mais tarde reconstruída e convertida em paroquial ostenta, entre outras, uma bela escultura de Santo António de Lisboa, vestido de Cónego Regrante, evocando o período da sua vida monástica, em S. Vicente de Fora e em Santa Cruz de Coimbra. Foi sobretudo neste último que se encheu o Santo de tanto saber, que pôde encantar o mundo culto de então, e não só. Graças aos seus *Sermões*, segundo opinião dos historiadores modernos, entre os quais Manselli, aí escritos, conquistaria

mesmo o direito de vir a tornar-se, um dia mais tarde (16.1.1946), o único português tornado Doutor da Igreja.

Além disso, Grijó figurava entre as terras de quando em quando evangelizadas pelos missionários franciscanos, que vindo do distante Seminário de Varatojo (Torres Vedras), por estas terras iam deixando marcas da sua passagem na lembrança ou na memória de muitas das pessoas destas terras, pelo menos desde meados do século XVIII e até 1884, ano este em que detectámos a presença de Fr. Manuel das Cinco Chagas e Fr. António do Presépio entre a Sexta feira de Cinzas e o dia 25 de Março. Algumas dessas investidas e presenças missionárias vêm-se magistralmente mencionadas em romances de Júlio Dinis, que demoradamente estanciou por estas terras de Grijó.

Está-se perante um conjunto de circunstâncias que terão ou não, consciente ou inconscientemente podido influenciar também, em algum momento, o espírito de crianças sensíveis a valores franciscanos como Manuel de Oliveira Vieira¹ e António Domingues de Sousa Costa e, mais tarde, Francisco Ramiro Domingues, seu irmão². Em todo o caso e como veremos, tanto o Mosteiro como Santo António viriam a ser objecto de dois importantes estudos deste nosso distinto investigador e historiador.

Um amigo do seu pai dizia que “o António devia ir estudar para a Universidade do Porto”. Era esse igualmente o desejo da mãe. Não custa a crer que foi mesmo para concretizar semelhante desejo e a pensar também nos seus outros filhos que, para ajudar a ampliar o salário do marido, passou a manter e trabalhar em Grijó, numa pequena mercearia-café, que servia muitos dos que por estes sítios tinham de diariamente passar, viessem ou fossem a caminho de Espinho ou do Porto.

¹ Filho de António de Oliveira e de Ana Gonçalves, n. a 3 de Janeiro de 1923 e falecido em Pretória (África do Sul) a 12 de Maio de 1998, como Missionário franciscano de Moçambique, onde trabalhara incessantemente desde Junho de 1956, como sacerdote que era desde 24 de Junho de 1949. Entrou na OFM em Agosto de 1942 e professou solenemente em Abril de 1947.

² Este, entusiasmado com a ordenação e missa nova do seu irmão António, resolveu ir também para Colégio das Missões Franciscanas de Montariol, que frequentou durante algum tempo.

No Colégio das Missões Franciscanas, Montariol - Braga

Após a aprendizagem das primeiras letras e da experimentação das bases elementares da fé e da piedade cristãs, e ainda animado e aconselhado pelo P. Afonso Silva, um grande pároco de Grijó e futuro pároco de Gueifães da Maia, (onde viria a falecer depois de 1957, com fama de santidade), António Domingues, aliás na sequência do Manuel de Oliveira Vieira, que já por lá andava, há dois anos (e este após ter ouvido uma pregação do franciscano de Varatojo, Dr. P. José Pedro Ferreira), foi frequentar os cinco anos do curso de estudos preparatórios no Colégio das Missões Franciscanas, em Montariol, nas imediações de Braga, entre 1939 e 1944³.

Urge antes de mais e até para perceber com maior profundidade o impacto de tudo o que irá acontecer, salientar que uma vez que a mãe não era nada entusiasta de que o António fosse estudar para Braga, a decisão teria de ser fundamentalmente assumida pelo pai, José de Sousa Costa. Nesta, foi fundamental e determinante o conselho do referido pároco, P. Afonso Silva, o qual não só convenceu o pai a deixar ir o António para Montariol, mas até se prontificou a ajudá-lo, caso surgissem dificuldades ou fosse necessário.

Deste santo pároco guardará António Domingues a mais bela e firme das recordações, não só por causa destes conselhos oportunos e santos, como ainda pelas iniciativas que faziam dele um autêntico homem da Igreja e um excepcional colaborador da formação dos seminaristas. Com efeito, em todas as férias, todas as quintas-feiras, se reunia, à tarde, com todos os seus estudantes de Grijó, frequentadores dos diversos seminários, a todos servindo o café, animando-os e contagiando-os com a sua camaradagem e ânimo de homem são, com espírito alegre e divertido.

³ Foram os seguintes os finalistas de 1943-1944 que ficaram aptos a ingressar no Noviciado franciscano, em Varatojo e que como ex-alunos do 5º Ano colaboraram na *Alvorada Missionária* XI (1944), nº de Janeiro-Agosto:

Carlos Gonçalves Costa, João Lourenço Alves (poesia), *Manuel Marques Novo*, *Arlindo Gonçalves*, António Sacramento Fernandes (poesia), *José Gualberto Franco Gaspar*, *José Augusto Faria* (poesia), Joaquim Oliveira Fernandes, *António Domingues de Sousa Costa*, *Manuel Barbosa da Costa Freitas*, *Augusto da Costa*, Matias Ferreira Alves Alexandre, *Américo Montes Moreira*, Manuel da Costa e Oliveira, Manuel Armindo Sobrinho, *Polidoro de Oliveira* (poesia), *Adriano José da Costa*.

(Em itálico, damos os nomes dos que em 1951 se ordenaram presbíteros (cf. *Pax et Bonum* XXIII (1951), nº LXX, gravura identificativa, entre as pp. 50-51).

Chegou a reunir à sua volta um punhadinho de seminaristas desta maneira repartidos: dois seminaristas dos franciscanos, Manuel Oliveira Vieira e António Domingues de Sousa Costa; dois dos jesuítas, José Queirós, sobrinho do dito P. Afonso Silva e José Mota; dois dos espiritanos, Alberto Oliveira e Norberto Ribeiro (este falecido em 1992), um de Cucujães (o Soares do Couto) e um diocesano, o Hermínio Ferreira. Destes, ordenar-se-iam os dois franciscanos, o espiritano P. Alberto Gomes de Oliveira e o diocesano P. Hermínio Ferreira, futuro pároco que foi de Retorta e Azurara hospitalizado em 1993⁴. No dia da missa-nova deste, o Fr. Manuel de Oliveira Vieira fez um discurso.

No decorrer do quarto para o quinto ano, António Domingues de Sousa Costa adoeceu no Colégio de Montariol, tendo regressado temporariamente convalescente para casa. Como adiante melhor se verá, durante esta estadia, além da sua própria, teve a tristeza de deparar também, não só com a doença, mas sobretudo com o falecimento do pai, então com apenas 41 anos.

Seguiu-se um período verdadeiramente dramático e difícil para a mãe, repentinamente forçada a manter sózinha seis filhos, todos eles em fase difícil de menoridade.

Por um lado, a interrupção do curso por doença, depois as dificuldades acrescidas para a magra bolsa da mãe, para prosseguir, repetindo um ano, poderiam ter sido motivo de desânimo do António Domingues. Mas, felizmente, tal não aconteceu.

O lúcido Reitor do Colégio de Montariol, de então, P. Alberto Teixeira de Carvalho, depois duma reunião do professorado, pôde comunicar-lhe em carta que, devido ao seu excelente aproveitamento escolar, não iria de modo nenhum perder o ano. Na verdade, estava-se perante um aluno mais que distinto.

Em Montariol, conseguiu até espantar professores como os PP. Isaac da Costa Santos, Manuel do Couto Martins, Manuel Veiga Araújo e João Soares, cada um dos quais se viu forçado a dar-lhe a classificação máxima possível de 20 valores, respectivamente nas disciplinas de latim, matemática, religião e história.

Bastariam praticamente estas disciplinas para se aquilatar de que se estava perante um espírito rigoroso e disciplinado, com excelentes bases para o estudo de disciplinas positivas, tais como as do Direito, da Teologia e da História.

⁴ Cf. António Domingues de Sousa Costa, *O Mosteiro de S. Salvador da Vila de Grijó (Vila Nova de Gaia, Fábrica da Igreja Paroquial de Grijó, 1993, p. 281.*

Amigos da família chegaram mesmo a ir a Montariol para tentarem retirá-lo do Colégio, argumentando que a mãe não podia pagar as despesas e além disso precisava dele, para, na qualidade de mais velho, ir ajudá-la a criar os restantes irmãos.

Mais uma vez foi decisiva a orientação daquele santo pároco, que lhe recomendava: “não siga a sua mãe”. E fez bem, pois, da melhor maneira e sem ele, tudo se remediou com a graça e a ajuda de Deus.

No Seminário de Varatojo e novamente em Montariol - Braga

Findos os estudos secundários em Montariol, dirigiu-se para o Seminário Franciscano de Varatojo (Torres Vedras). Aí tomou hábito, a 7 de Setembro de 1944. Na qualidade de noviço e durante um ano, experimentou o estilo de vida franciscana, que se dispôs a abraçar no fim do noviciado, em que teve como Mestre o P. Vitorino da Silva Dantas, um homem bondoso e culto, latinista consumado, para quem o latim não tinha segredos. O vice-Mestre foi o P. José da Silva Almeida, também ele um homem de fé, futuro e persistente missionário em terras de Moçambique, durante mais de quarenta anos, onde faleceu. Encorajado com o apoio e os exemplos de tenacidade destes modelos, fez a sua profissão temporária, a 8 de Setembro de 1945.

Neste ano voltou para Montariol, mas desta vez para frequentar de 1945-1947 o Curso de Filosofia que também aqui estava a ser ministrado, desde Outubro de 1940 e aí permaneceria até Julho de 1947, ano em que foi provisoriamente transferido para o Seminário da Luz – Lisboa.

Entretanto o irmão Carlos Matias havia sido vítima dum acidente. Foi internado no Hospital de Espinho, mas aí o tratamento deixou muito a desejar. Teve de ser por isso de novo internado, mas desta vez no Hospital de Santo António do Porto. O P. Manuel Taveira da Silva, então Vigário Provincial, não o deixou ir visitar o irmão acidentado. No entanto, por iniciativa e em companhia do bondoso sacerdote e então director espiritual do Colégio de Montariol, P. Joaquim Correia de Barros, que consigo o levou, pôde ir vê-lo ao referido Hospital.

Mas em matéria de evocações, nada melhor do que dar, por instantes, a palavra ao próprio, o qual ao recordar e escrever sobre os desânimos e desalentos de Júlio Dinis, que por terras de Grijó entre parentes

seus e admiradores amigos buscava melhor saúde do que a que lograva, tão bem pôde perceber os sofrimentos e as angústias do grande escritor portuense. Com tão excelente Mestre das letras aprendeu e entusiasmou-se a descrever oportunamente para também connosco poder partilhar as suas próprias mágoas pessoais.

Seja-nos, por isso, permitido reproduzir agora estes parágrafos saborosos dum estudo biográfico iniciado, mas inconcluído acerca do Autor das *Pupilas do Senhor Reitor*, exactamente no passo em que diz A. D. de Sousa Costa:

“...Tenho a satisfação bem sentida de abrir o coração a quem me lê para exprimir ou confessar que estou a manifestar os sentimentos de profunda admiração por Júlio Dinis, se bem que ainda não de todo refeito dos desgostos e da doença, que, nestes anos lúgubres dos 75 anos, me visitaram, por mérito de quem apregoa a amizade ao jeito de S. Francisco – «se uma mãe corporal ama tanto a seu filho natural, quanto mais não devem amarem-se os irmãos espirituais?» – mas se inibe de tão belo ideal por causa do legalismo e da correria descontrolada do carreirismo, porque a doença destes dois últimos anos, física e psicológica, me trouxe a correr de hospital para hospital e enfermaria, em Roma, Vila Nova de Gaia e Lisboa, recordando, com pena, a tortura das injustiças, das ingratidões e quase desespero, superadas com dificuldade, pois (pobre de mim!) não adquirí as alturas da «letizia francescana», que é a do Evangelho de Cristo”.

Mais adiante e no mesmo texto, poderia acrescentar vibrantes letras de coragem, sinceridade e emoção. São para nós as que melhor nos revelaram e definiram o sentido da grandeza e do segredo da reserva deste maravilhoso e humilde confrade:

“E assim quisera cumprir a promessa feita aos leitores em 1993, no epílogo⁵ ao terminar a conversa sincera e amiga com os grijoenses, a exprimir também saudade e pena pelos Queridos Pais, que abandonei aos 17 anos, também enfermo e triste, alentado por um ideal, que só o santo e saudoso pároco de Grijó Padre Afonso compreendeu na sua totalidade de

⁵ Trata-se do Epílogo ou XXI capítulo da sua excelente monografia histórica de 343 pp., sobre *O Mosteiro de S. Salvador da Vila de Grijó (Vila Nova de Gaia)* editada pela Igreja Paroquial de Grijó em 1993, cf. p. 334, ao evocar o cenário íntimo e doloroso da morte do pai, José de Sousa Costa com apenas 41 anos de vida.

entusiasmo e de dor, ganhando coragem para deixar o pai no sepulcro, ocultando ou mal disfarçando as lágrimas, que me corriam pela face, mas sempre com o pensamento no pai amoroso que jazia no sepulcro, falecido aos 41 anos de idade e a pensar nos seis filhos, fitando os olhos no meu rosto, que era o primogénito e lhe dava o Crucifixo a beijar, aquele que sempre me acompanhou, sobretudo nos momentos das incompreensões humanas, por vezes muito longe do ideal evangélico. E assim, deixei, com lágrimas amargas nos olhos, a mãe carinhosa, que também derramava lágrimas de dor, lembrada do marido, igualmente solícito e apreensivo pela sorte dos filhos, da qual me ficou a imagem da Senhora do Amparo (foi-o nos últimos momentos do marido, para que ele pudesse respirar) e a molhar-lhe os lábios ressequidos. A ela tive a dita de vê-la assistir à minha ordenação de sacerdote, com devoção de mãe, cansada de trabalho e freimas pelos filhos, e ainda tive a dolorosa tristeza de lhe dar o último beijo já no caixão, porque a viagem longa de Roma até Grijó não me permitiu encontrá-la ainda viva, apesar da extrema solicitude do irmão Carlos Matias, que não se poupou a trabalhos e diligência para podermos dar-lhe o beijo último de adeus até à mansão feliz dos que morrem e vivem para o Senhor! Lembrar aqui este meu irmão, que não pôde ir a Lisboa assistir à minha ordenação, porque teve de permanecer em casa, proporcionando à mãe e à esposa amorosa e santa, a oportunidade de acompanharem-me na minha ordenação sacerdotal, em Lisboa, é um dever de gratidão, que me apraz conservar na mente. E não esqueço os outros irmãos e irmãs queridos, bem como cunhados e sobrinhos, nomeadamente os que mais sentem a nostalgia da pátria, na África do Sul. E então o Abel, que o Senhor levou para si, deixando os restos mortais em Espinho, longe dos que mais sentiram a sua pertinaz doença de anos prolongados e infeliz na sua vida de casado, a cujo funeral não pude assistir por doença, que me retinha em Roma, dedico o sufrágio das minhas pobrezinhas mas muito amigas e sentidas preces.

Ainda atormentado por aquela doença, acima mencionada, não esqueço o auxílio e lenitivo que as minhas irmãs Maria de Lurdes e cunhado Augusto Pinto e a outra irmã, quase da mesma idade, Deolinda, seus marido e filhos, o irmão Carlos Matias e a esposa Laurinda Pinho Ferreira e filhos Clara Maria e Joaquim Jorge, que me assistem e suportam as impertinências da doença, tanto em Lisboa como em Grijó, dando-me lenitivo, amigo e generoso”.

Mas voltemos a relembrar os já distantes tempos de estudo e formação, para melhor conseguirmos perceber como se foi desenhando o seu perfil caracterizado por um “vincado recorte do franciscano medieval, onde os traços de austeridade e de confiante familiaridade, aliada a uma intencionada ironia, lhe desenharam o estilo”, na descrição perspicaz do admirador⁶ que lhe lavrou o *in memoriam*...

Se o tempo de noviciado, sob orientação daqueles dois referidos santos mestres foi para António Domingues de Sousa Costa determinante em ordem à sua opção religiosa franciscana, persistente, não obstante as incompreensões e evidentes obstruções e invejas de que foi alvo, para a sua vida de trabalho, como estudioso, sacerdote-investigador e professor, foi fundamental a sua dupla passagem pelo Colégio e Convento de Montariol (Braga), desde os inícios da sua abertura, altamente reputada como casa de cultura e de apostolado moderno, motivador duma das mais esclarecedoras polémicas geradas na imprensa, no início do século XX, em Portugal.

Na verdade, ali contraiu hábitos saudáveis de disciplina e estudo, que lhe temperaram o espírito, apetrechando-o solidamente com os elementos básicos da aplicação e dos conhecimentos indispensáveis ao trabalho persistente e ao enfrentamento dos problemas com que normalmente se deparam os que enveredam pelo mundo das letras e das ideias.

Levantar habitualmente às 5,40 horas da manhã, a fim de, após orações, pequeno almoço e arranjos, estar apto para às 7,30 iniciar o ritmo alternado de uma hora de estudo, logo seguido de uma hora de aula, num total diário de quatro tempos de estudo mais quatro horas de aula, constituiu um treino que lhe deixou marcas. Marcas, que ainda nos últimos dias de vida gostava de experimentar, não obstante o peso da idade e as deficiências da saúde...

Mesmo nos dias com redução de horário escolar (sextas e sábados) e nas quintas e dias feriados com horário global bastante mais suavizado haveria sempre três horas de estudo, além de tempos para canto coral e outras instruções consideradas convenientes.

Por seu turno, o contacto com padres com vocação para o culto das ciências e das letras contagiá-lo-ia pela positiva, o que aconteceria aliás com muitos outros distintos companheiros do seu tempo. Pensamos neste momento em apenas três nomes mais ligados à área das letras: Luís Crespo Fabião, filólogo falecido em Outubro do ano de 2001, António Borges Coelho, historiador, ambos estes professores universitários e José

⁶ P. Fr. Joaquim Cerqueira Gonçalves.

Pinheiro Gomes, brasileiro e poeta de S. Luís do Maranhão com raízes em terras de Aveiro, e que no nordeste brasileiro se tornaria apreciado e conhecido sob o pseudónimo de Bandeira Tribuzzi.

Até que ponto se poderá estabelecer uma relação necessária de causa e efeito entre estes e os nomes de superiores de Montariol como os PP. Fernando Félix Lopes, Alberto Teixeira de Carvalho, Joaquim Correia de Barros, ou de professores como Mário Guedes Branco, Manuel Couto Martins, Isaac da Costa Santos, Manuel Cerqueira Barbosa (Roque), Albino Fernandes Portela, João Soares (estes três ainda vivos neste momento⁷), Afonso Simões Frade, Joaquim Vargas Pires, José Maria Violante, Manuel Veiga Araújo, e vários outros, não o saberemos determinar, mas não temos dúvida de que alguma influência tiveram. Mas do ponto de vista histórico não se deverá esquecer igualmente a euforia criada e vivida em Portugal, em torno das comemorações das datas dos Centenários: 1140, 1640, 1940.

Relativamente a António Domingues de Sousa Costa terão tido influência marcante não só os professores do curso de humanidades, designadamente de latim, português e história, mas também e numa segunda etapa os de Filosofia, nas pessoas dos PP. Eusébio Dias Palmeira, Arnaldo Joaquim Dias (com a sua Metodologia sobretudo) e Ilídio de Sousa Ribeiro, que leccionaram nos dois anos de 1945 a 1947.

O curso de Filosofia, em Montariol, abriu-lhe perspectivas de acesso não só ao pensamento da Escola Franciscana, mas motivou-o também para, por iniciativa própria e em momentos de lazer, partir em busca do conhecimento da acção evangelizadora dos seus missionários. Interessou-se sumamente pelo estudo da acção ou epopeia dos franciscanos portugueses nas terras do Continente e nas Conquistas, como se depreende da conferência que então proferiria e cujo texto ficou arquivado na revista do Coristado de Filosofia, *Escola Franciscana*⁸.

Nela se vislumbra documentada a influência dos investigadores franciscanos António Joaquim Dias Dinis e Fernando Félix Lopes, bem como de Aloísio Tomás Gonçalves, através dos escritos que deixaram em letra de forma em muitas das páginas do *Boletim Mensal das Missões Franciscanas e Ordem Terceira*.

Foi uma influência benéfica. Se não o encaminhou directamente para o campo da acção missionária entre infiéis, – um sonho que chegou a acalantar, e que o seu conterrâneo e amigo Manuel Oliveira Vieira con-

⁷ Ou seja, 2 de Junho de 2004.

⁸ Ano XXVII, nº. 3, de 6 de Abril de 1947

cretizaria plenamente – orientou-o para os campos da investigação duma fundamentação sólida da portugalidade, quer dizer, duma das vertentes mais apaixonantes de toda a vida do povo português, qual foi a da expansão, evangelização e encontro de povos e culturas, numa linha de inteira tolerância e convivência, característica nossa em que, sempre se intuiu como patente a realidade do primitivo espírito evangélico e franciscano-antoniano, quando não se verificou mesmo a da presença concreta de frades franciscanos no seio das caravelas do Infante de Sagres e seus seguidores.

A sua futura adesão à colaboração na recolha documental destinada à colectânea *Monumenta Henricina* irá ser uma prova dessa preocupação e dedicação, patenteada, aliás através de vários outros e importantes estudos seus.

No Seminário da Luz - Lisboa

O curso de Teologia, ministrado já no Seminário da Luz, em Lisboa, durante os quatro anos de 1947-1951, e iniciado num período em que o nosso “corista” havia já completado os 21 anos, foi um período muito rico, não só em termos de aquisição de novos conhecimentos, mas também de experimentação de novas responsabilidades e capacidades de âmbito criativo e investigativo.

No final do primeiro ano de Teologia e depois de se ter ponderadamente interrogado sobre o sentido da rota da sua vocação, optou pela profissão definitiva no seio da Ordem de S. Francisco, decisão que formulou oficialmente a 8 de Dezembro de 1948, aos 22 anos de idade.

Para além das suas obrigações discentes, vêmo-lo activo a colaborar e a participar na direcção da revista policopiada do Coristado ou Estudantado de Teologia intitulada *Pax et Bonum*, como seu Secretário primeiro e depois como Director. Nos números em que deixou colaboração escrita começou logo a manifestar decididamente quais as suas apetências pelas vias da jurisprudência e da investigação histórica.

Se no nº 60 (1948) e a propósito da comemoração do seu Cinquentenário redige um estudo histórico das Missões Franciscanas em Moçambique de 1926 a 1948, nos nºs 62 (1948), 63 (1949) e 67 (1950) trata de temáticas de âmbito jurídico-moral, ou mesmo de casuística, revelando já o nº 68 (1950) um ensaio monográfico, desta vez de mariologia, em que estuda a Assunção em S. Bernardino (de Sena).

Professores do curso teológico eram então os PP. Martinho da Silva Carvalhosa⁹ (Missionologia e História Eclesiástica), Carlos da Rocha Barbosa (Dogmática), David de Sousa, ainda vivo (Sagrada Escritura e Línguas Bíblicas), Júlio Rodrigues dos Santos (Direito Canónico e Teologia Moral), Manuel Taveira da Silva, Prefeito dos Estudos (Patrologia, História das Religiões e História da Ordem Franciscana), Manuel dos Reis Miranda (Teologia Moral), David de Azevedo, também vivo (Dogmática e Missiologia) e António Pedro da Anunciação (Direito Canónico e Liturgia), vindo estes três últimos, – recém-formados respectivamente os dois primeiros no Pontifício Antonianum de Roma (1949) e o terceiro na Pontifícia Universidade de Salamanca (1947) – substituir os PP. Carlos Barbosa e Júlio dos Santos, que saíram da Luz em Novembro de 1949. O P. Martinho Carvalhosa havia também deixado a docência para ir assumir o cargo de guardião de Varatojo e o P. José Montalverne acabara também no Antonianum o seu doutoramento (1948) em Teologia (Patrologia).

Para o P. Augusto Marques Rosa e de colaboração com o P. Fernando Félix Lopes procedeu à revisão e melhoramento de diversas obras de piedade que aquele queria actualizar e editar ou reeditar na Tipografia de Montariol, Braga, de que era director. Nesse sentido, acrescentou ou substituiu por vezes algumas meditações e corrigiu, ou melhor, actualizou as “tabelas” de indulgências, coisas tidas ainda em muito apreço naqueles tempos da década de 1940.

Estão nesse caso títulos de devocionários como *Caminho de Luz*, *Diante do Senhor*, *Mensageiro do Céu*, *Jovem Piedoso*, *Donzela Piedosa*, *Alma Piedosa*, sendo estes três últimos nomes apenas variantes duma mesma obra adaptada e organizada pelo P. Francisco António Botelho.

Entretanto António Domingues de Sousa Costa prosseguiria nos estudos e na caminhada para as etapas do sacerdócio. Relevaremos apenas a recepção das então denominadas ordens sacras ou maiores. Assim a 23 de Julho de 1950 receberia das mãos do Bispo de Limira D. Rafael Maria da Assunção, O.F.M., resignatário de Cabo Verde, o subdiaconado e a 17 de Fevereiro de 1951 fora ao Seminário Patriarcal dos Olivais receber o diaconado, tendo sido ordenante o Cardeal Patriarca, D. Manuel Gonçalves Cerejeira.

⁹ Formado em Roma na denominada Propaganda Fide.

II - O Padre Franciscano, sua primeira docência e sua acção pastoral

Ordenação sacerdotal, curso universitário em Roma e primeiros passos da carreira

Em 22 de Julho de 1951 e já depois de terminado o curso completo de Teologia, recebeu a ordenação sacerdotal. Foi ordenado pelo franciscano D. Fr. Teófilo de Andrade, primeiro Bispo de Nampula (Moçambique), naquele momento já recém-resignatário daquele cargo.

Foi ordenado juntamente com os outros nove finalistas do seu curso. Tomamos a liberdade de aqui reinserir os nomes de todos, a saber: Adriano José da Costa, Américo Montes Moreira, António Domingues de Sousa Costa, Arlindo Gonçalves, Augusto da Costa, José Augusto Faria, José Gualberto Franco Gaspar, Manuel Barbosa da Costa Freitas, Manuel Marques Novo, Polidoro de Oliveira. Como já acima se mencionou, teve a enorme alegria de poder ter presente, neste momento inesquecível da sua vida, a sua mãe, Maria Domingues da Silva Carvalho.

Perante as suas indiscutíveis capacidades intelectuais, foram unânimes os seus professores em propô-lo aos Superiores franciscanos da Província de Portugal para a prossecução de estudos a nível universitário em vista duma especialização. A única questão que na altura surgiu foi de ordem política. Consistiu em saber determinar qual a área para a qual deveria ser indigitado ou encaminhado. Por razões estratégicas e por óbvios receios concurrenciais, queriam uns orientá-lo para o estudo da Sagrada Escritura, enquanto outros o empurravam para a área da História Eclesiástica. Por falta de unanimidade em qualquer destas e porque em Moral e Dogmática estavam assasmente providos os lugares, foi aceite por unanimidade a sugestão do novel Leitor de Direito Canónico por Salamanca, P. António Pedro da Anunciação, qual era a de ir especializar-se em Roma nesta disciplina¹⁰.

¹⁰ Sabe-se com efeito, que não houve unanimidade na votação secreta de que foi alvo o nome de A. Domingues de Sousa Costa, o qual juntamente com os colegas José Gualberto Franco Gaspar, Augusto da Costa e Manuel Barbosa Freitas, foi proposto como candidato ao curso superior, pelo Provincial P. David de Sousa, à consulta do Discretório e Leitores "sobre a capacidade moral e intelectual" de cada um, já que em sete, teve 6 votos a favor e um contra (Cf. Acta nº 39, assinada pelos PP. Isaac da Costa Santos, Bar-

Dirigiu-se efectivamente para Roma, onde se matriculou sob o nº 135 na Faculdade de Direito Canónico do Pontifício Ateneu Antonianum, cujo primeiro ano frequentou em 1951-1952¹¹. Obteve o grau de bacharel a 28 de Junho de 1952 e a 30 de Junho de 1953 o de licenciatura¹².

A 26 de Novembro de 1954 apresentou para obtenção da Lâurea ou diploma a tese sobre *Joannis de Deo vita, opera, doctrina poenitentialis*¹³, um importante estudo de investigação que lhe valeria a classificação máxima “suma cum laude”.

Primeira docência e primeiras responsabilidades literárias e pastorais. Particulares ligações a Grijó, como Universidade da fé vivida

Exerceu logo após, a sua actividade docente no Seminário Franciscano da Luz, Lisboa, nos anos de 1954-1956, leccionando Direito e Teologia Moral e em 30 de Junho de 1956 foi-lhe concedido o doutoramento¹⁴ havendo para o efeito publicado parcialmente a referida tese com o título *Doutrina penitencial do canonista João de Deus*, Bracarae 1956, pp. XV+152¹⁵.

De 1955-1957 e na qualidade de Co-Director orientou de parceria com Fr. João Diogo Crespo a presente revista franciscana de cultura *Itinerarium* desde o lançamento do seu n.º 1 até ao n.º 14, de Março-Abril de 1957, assegurando a um ritmo bimestral assustador e verdadeiramente irrealista, a publicação de um total de mais de duas mil páginas de textos científicos. Nesta revista deixaria textos de muita valia, num total de mais de mil e seicentas páginas.

Colaborou igualmente com o mesmo confrade na organização e redacção da revista *Alma – Boletim Mensal de Espiritualidade e Docu-*

tolomeu Ribeiro, Manuel Taveira da Silva e José do Nascimento Barreira, *Actas do Discretório do Seminário da Luz, II*, pp. 34-35. Os três Leitores PP. David de Azevedo, M. dos Reis Miranda e António Anunciação não assinam, por aqui não lhes competir assinar).

¹¹ Cf. *Pontificium Athenaeum Antonianum ab origine ad praesens*, Ed. Antonianum, Roma (1970), p. 734 e 253.

¹² Cf. *Pontificium Athenaeum Antonianum ab origine ad praesens*, Ed. Antonianum, Roma (1970), p. 307.

¹³ Cf. *Antonianum XXX* (1955), p. 96; *Pontificium Athenaeum Antonianum ab origine ad praesens*, Ed. Antonianum, Roma (1970), p. 253.

¹⁴ Cf. *Pontificium Athenaeum Antonianum ab origine ad praesens*, Ed. Antonianum, Roma (1970), p. 307.

¹⁵ Cf. *Pontificium Athenaeum Antonianum ab origine ad praesens*, Ed. Antonianum, Roma (1970), p. 227.

mentação, o novo perfil ou figurino do já adulto *Boletim Mensal das Missões Franciscanas e Ordem Terceira*.



À direita do Casal Maria do Céu e Manuel, em concelebração presidida, em 20 de Agosto de 1991, pelo P. José António da Silva Soares, que foi director da revista *Itinerarium* até Fevereiro de 2002, em que faleceu.

Não obstante as suas funções docentes, académicas e investigativas, António Domingues de Sousa Costa não descurou jamais a sua missão de sacerdote, que procurou ser acima de tudo, disponibilizando-se ao serviço dos fiéis cristãos.

Nos tempos em que residiu no Seminário da Luz, em Lisboa, exerceu permanentemente a sua acção pastoral tanto na prestação de serviços religiosos aos alunos do Colégio Manuel Bernardes (Paço do Lumiar), como no Bairro de Telheiras, situado à roda da igreja do antigo e extinto convento franciscano de Nossa Senhora da Porta do Céu. Aí tomou parte em celebrações, Missões, confissões, baptismos e matrimónios, vários deles “in extremis”.

Em praticamente todos os tempos das suas férias lectivas (Natal, Páscoa e Verão), em que se deslocava a Portugal, aproveitava a oportunidade para manter laços com o ambiente da sua infância, aí dando teste-

munho do seu entusiasmo sacerdotal, assumindo gostosamente, no seu burel de franciscano, sobretudo durante parte das férias grandes, o cargo de todo o exercício pastoral paroquial na sua paróquia de Grijó.

Entre 1962-1987 foi um verdadeiro braço direito do P. Ventura de Azevedo Ribeiro, Abade de Grijó e Vigário da Vara. Todos os anos se prontificou a conseguir tempo bastante para o servir, a fim de o aliviar, proporcionando-lhe um merecido tempo de repouso. Na qualidade de verdadeiro administrador paroquial, provido das faculdades para o efeito pelo Pároco devidamente solicitadas ao Ex.mo Prelado, exercia todo o múnus pastoral, tomando até, como pároco parte nas reuniões dos párocos da Vigararia, e como Vigário da Vara em exercício, presidindo a elas, como veremos, com enorme enriquecimento pessoal.



Na mesma circunstância e na mesma igreja do Mosteiro de Grijó.
 Desta vez à direita do jovem casal Nuno e Zézinha.
 À direita do Presidente vê-se o Rev. P. José Torres Maia.

A redacção e publicação da monografia *O Mosteiro de S. Salvador da Vila de Grijó (Vila Nova de Gaia)*, em 1993, teve como objectivo comemorar as bodas de prata de presença do P. Ventura Ribeiro naquela paróquia. Faleceu este seu bom amigo, que prestou 32 anos de serviço em Grijó, em 1999. Tendo ido sepultar na terra da sua naturalidade, prestou-lhe Grijó uma homenagem póstuma, em que estiveram presentes, além

dos paroquianos, os Bispos do Porto e a família do extinto. O P. António Domingues também conseguiu chegar ainda a tempo de assistir a esta comemoração.

Como consta do *Anuário Católico de Portugal* de 1995-1998, a paroquialidade da igreja de Grijó estava já a cargo do R. P. António Coelho de Oliveira, ordenado em 1983 e director do Secretariado Diocesano das Vocações.

Foi ele o dinamizador pastoral da grande homenagem prestada ao P. António Domingues de Sousa Costa por ocasião da solene celebração das Bodas de Ouro da sua Ordenação Sacerdotal, no Domingo, 22 de Julho de 2001.

Bodas de ouro sacerdotais em Grijó

22 de Julho de 2001: uma Festa de gratidão e de homenagem

O P. António Domingues de Sousa Costa cultivou sempre uma profunda afeição à Grijó da sua infância e dos passos dolorosos mas firmes do seu tempo de estudante. A imagem da Senhora do Amparo, figurada na pessoa da sua mãe a cuidar do pai doente e junto ao pai moribundo seguiu-lo-ia em toda a vida e estaria certamente presente até à morte. Marcá-lo-ia em todas as vertentes do seu trabalho assíduo e honesto, estivesse ele ligado ao estudo, à docência, à investigação, ou à vivência da sua fé e à concretização da sua vocação franciscana e sacerdotal.

Perante incompreensões, e indisfarçáveis invejas, de que foi alvo com as inevitáveis crises de sofrimento e até de desânimo, que ele tentou ir disfarçando ou ocultando como melhor soube e pôde à maioria dos seus confrades franciscanos, e amigos íntimos, foi sempre fundamental o apoio humano e espiritual que lhe foi dado pelos seus familiares (irmãos, cunhados e sobrinhos) e pelo admirável povo e clero da sua vila de Grijó.

Não admira por isso que tenha querido celebrar exclusivamente com ele e sob o olhar querido de Nossa Senhora da Silva, a sua acção de graças e louvor, por 50 anos de sacerdócio. Assim, com mais íntima alegria e no âmbito duma espiritualidade rejuvenescida, e comemorando ao mesmo tempo a memória dos bondosos pais e irmão, conseguiria viver sensações e sentimentos fortes e únicos de emoção e saudade.

Nessa soleníssima celebração de grandiosa assembleia de fé e de júbilo, presentes estiveram pelos franciscanos: P. Mário Pereira da Silva, ex-Ministro Provincial dos Franciscanos Portugueses e actual Guardião do convento de Nossa Senhora dos Anjos do Porto, o P. Vítor José Melícias Lopes, como seu antigo aluno da Universidade *Antonianum* de Roma e actual Presidente da União das Misericórdias Portuguesas e o signatário deste texto, como convidado pessoal, e como confrade da Academia Portuguesa da História, e vice-director da revista *Itinerarium*, que o homenageado ajudou a fundar, redigir e tornar uma publicação franciscana sólida e prestigiada. Presentes estiveram inúmeros amigos e admiradores vindos a título privado de várias Universidades, milhares de amigos e alguns colegas sacerdotes diocesanos, representados oficialmente pelo Reverendo Vigário da Vara, impedidos de ali se associarem por óbvios compromissos pastorais dominicais. Pelos Antigos Alunos dos Colégios Franciscanos esteve presente como convidado especial o colaborador amigo e ex-colega Alfredo Lucena. E isto evidentemente, sem esquecer todos os que de outros e diversos modos tornaram visível a sua lembrança. Nessa magnífica Eucaristia em que todos, a condizer inteiramente com o esplendor da grande igreja monástica, primaram por atingir o sublime, em questões de aprumo, de cor, de luz e som, o P. António Domingues de Sousa Costa estava cansado, mas sereno e feliz. Presidiu e nas suas intervenções, deixou falar o seu coração de homem humilde e sereno. Quis referir algumas dificuldades havidas com confrades e solicitou ao ex-Ministro Provincial para ser da sua parte, um portador de abraços de paz e bem. Falou da sua indigência dentro do universo do sacerdócio ministerial e, com maior realce na homilia, exaltou o sacerdócio comum que todos ali estavam com ele e com Cristo Jesus a exercer e viver.

No fim da celebração e antes da bênção de despedida falaram os confrades franciscanos, P. Mário Pereira da Silva, ex-ministro Provincial e P. Vítor Melícias, respectivamente em nome da Ordem Franciscana e de todos os alunos de Direito Canónico que ao longo de tantos anos tiveram a dita de conviver com tão dedicado e ilustre mestre. E falou também o Reverendo Pároco, a todos agradecendo o testemunho de alegria e fé e ao Homenageado a possibilidade de tão memorável encontro e a partilha de tão rica lição de humildade e saber.

Nos anexos do Claustro estava patente uma exposição das obras e estudos do P. Sousa Costa, bem como dum conjunto de fotografias e paramentos que lhe haviam sido oferecidos há precisamente 50 anos atrás.

Seguiu-se um período de troca de cumprimentos, fotografias, reencontros e despedidas, no claustro do Mosteiro e até mesmo no recinto fronteiro ao mesmo, destinado a parque de estacionamento automóvel.

O grande convívio para largas centenas de amigos do homenageado e seus familiares teve de ser efectuado no grande Centro Venezuelano a alguns quilómetros do Mosteiro. Foi ali outro local onde mais de uma vez todos quiseram e souberam manifestar ao Amigo a sua profunda admiração e amizade. Com imensa satisfação pudemos também partilhar durante mais algumas horas dessa imponente manifestação de juventude e beleza, indiscutivelmente características salientes de todos estes encontros.

Para o êxito e bom enriquecimento pessoal de todos os participantes fez mesmo questão de elaborar e mandar distribuir uma pequena brochura a cores, cujo texto temos o prazer de reproduzir na secção final deste estudo, na secção Apêndice Documental (Doc. 23).

A sua última estadia em família

24 de Dezembro 2002: o seu óbito e sepultamento em Grijó

Nesta mesma linha de ideias, cremos que providencial foi ainda a ocorrência do seu óbito, precedido da visita fraterna e amiga do ex-Provincial, P. Mário Silva, em casa de família, que franciscanamente o acolheu e afectuosamente o ajudou e assistiu.

O P. António desejava conviver e consoar com a família. Já não foi assim.

O texto da homilia daquele confrade, proferida no funeral, no dia de Natal de 2002, que atrás fica registada, explica-nos bem algo acerca da amorosa pedagogia do Pai dos Céus.

A presença do Clero e mesmo dos seus Confrades foi reduzida por motivos decorrentes de compromissos do seu sacerdócio ministerial. Foi, em contrapartida, imensa a participação dos seus conterrâneos e amigos que a tempo tiveram conhecimento da ocorrência. Foram eles que assim viveram o seu sacerdócio de batizados e mais uma vez junto dos seus restos mortais manifestaram a sua fé na esperança da ressurreição e no exercício comum do único sacerdócio de Cristo.

Ninguém terá que estranhar o particular amor do P. Sousa Costa à sua terra. Depois das Universidades de Roma, onde ensinava e estudava, era particularmente em Grijó que ele tinha o seu melhor laboratório ou universidade da fé vivida, sem a qual de pouco servem a observação e o estudo teológico pastoral ou outro.

A sua persistente acção pastoral, sobretudo em todos os períodos de legítimas e merecidíssimas férias, proporcionou-lhe sem dúvida a possibilidade de ter uma visão e uma noção clara e prática ou realista do que deve ser a função do direito ao serviço do crescimento das pessoas e da Igreja como comunidade dos crentes. Esse facto não terá mesmo deixado de lhe acicatar o interesse ou preferência para o trabalho que lhe fora cometido de comentar não só os cânones 368-374 do Novo *Código de Direito Canónico*, de 1983, acerca das Igrejas particulares, mas também os cânones 460-572 acerca da organização interna das mesmas, suas estruturas, pessoas e funcionamento: Sínodo Diocesano, Cúria, Vigários gerais e episcopais; o Chanceler, notários e arquivos; o Conselho económico; o Conselho presbiteral e Colégio de consultores; o Cabido; o Conselho pastoral, os Párocos e vigários paroquiais; Os Vigários da Vara ou Arciprestes; os Reitores de igreja e os Capelães.

Mas não foi só em ordem ao trabalho de comentador que a sua presença em Grijó lhe foi vantajosa. Temos mesmo conhecimento de que várias ocorrências por ele observadas, ali e nos seus contactos com a vida pastoral da Diocese do Porto, v. g., em matéria de incardinação, foram tidas em consideração no estudo dos articulados do texto que ficaria a ser suporte do Código de Direito Canónico de 1983, de cuja Comissão também foi redactor e revisor.

Por causa do seu empenhamento e competência nestas matérias, teve mesmo a honra de ser pessoalmente convidado, por carta de 3 de Maio de 1988, do Cardeal Ugo Poletti, Vigário Geral do Papa, para colaborar no *Sínodo Pastoral Diocesano do Vicariato de Roma*, como membro nomeado da *XIV Comissão para a Estrutura Pastoral da Comunidade Diocesana* (Documento 20).

III - O Perito em Direito Canónico e o Docente Universitário

Docência Universitária e actividades académicas e científicas

Muito de quanto acaba de ser dito no apartado anterior, ou do que se venha a dizer nos seguintes, deve e pode ver-se perfeitamente entroncado e incorporado, neste ou em qualquer outro passo, sob o âmbito do presente título.

Um homem com a sua capacidade de trabalho, erudição e competência científica estava perfeitamente talhado para grandes voos académicos. Não obstante existirem outros concorrentes, alguns deles certamente bem mais interessados do que ele, o seu nome foi o que se impôs, para prossecução de uma carreira universitária.

E entre 1957 e 1983 decorreu a primeira etapa dessa carreira (cf. doc. 2-6), leccionando na Universidade da Ordem Franciscana, conhecida por *Ateneu Antonianum* de Roma.

A 9 de Novembro de 1957 foi nomeado *docens*, ou seja, professor *encarregado* de curso (ou agregado) de Direito público e Direito concordatário na Faculdade de Direito Canónico do Pontifício Ateneu Antoniano e de Direito Canónico na Faculdade de Teologia da mesma Universidade.

Em 1961 passou a professor extraordinário, em que foi investido a 19 de Janeiro de 1962 na Faculdade de Direito Canónico¹⁶ e por decreto do Ministro Geral de 8 de Abril de 1965 foi nomeado professor catedrático ou *ordinário*, leccionando Direito público e Direito concordatário na Faculdade de Direito e Direito canónico (curso geral) na Faculdade de Teologia.

Passou a ser também um dos redactores da revista *Antonianum*, órgão científico do referido Ateneu, que oficialmente representou no V Congrès International de Droit Comparé (Bruxelas, 1958) e no Congresso do *Institute of Research and Study in Medieval Canon Law* (Universidade de Yale) de que então foi eleito “membro correspondente”.

¹⁶ Cf. *Pontificium Athenaeum Antonianum ab origine ad praesens*, Ed. Antonianum, Roma (1970), p. 307.

Matérias leccionadas no Antonianum, em Roma

Discípulo de mestres em Direito como G. M. Brisebois, P. G. O'Connell, P. A. Cairoli, P. M. Brlek, P. O. Schaefer, entre 1951-1954, seria, a curto prazo, convidado para a eles se juntar¹⁷. Desde 1957 vamos vê-lo como Professor de Direito público eclesiástico, indo mesmo atingir no meado do década de sessenta o período áureo da sua carreira docente.

Leccionaria sucessivamente, ao longo dos anos, e de acordo com necessidades eventuais das Escolas de que fazia parte (Faculdade de Direito, Faculdade de Teologia, Instituto ou Escola Superior de Estudos Medievais e Franciscanos) cadeiras de direito penal canónico, princípios gerais, normas gerais de direito canónico, introdução, direito público eclesiástico, direito concordatário, direito processual e penal, práxis processual canónica, ética e comportamento jurídico, o ofício de ensinar e santificar, direito patrimonial da Igreja, questões de paleografia medieval, leitura paleográfica e interpretação de textos medievais respeitantes ao primado papal, ao conciliarismo e colegialidade, leitura paleográfica e interpretação dos textos do séc. XV sobre Concílios Ecuménicos (para os especialistas), ou sobre Bens Eclesiásticos, numa perspectiva franciscana, ou respeitantes ao conciliarismo e à colegialidade, leitura paleográfica e interpretação de textos medievais e franciscanos e textos medievais sobre bens franciscanos (a questão franciscana de 1300).

Orientaria seminários de estudos medievais, sobre o “*Decretum Gratiani* como fonte da *Summa fratris Alexandri*”, sobre “Leitura e interpretação de textos de Álvaro Pais sobre a Regra Franciscana e sobre as declarações pontifícias a ela atinentes.

A sua promoção em 8 de Abril de 1965 a Professor ordinário (Cate-drático) de Direito constituiu um passo importante para outras ascensões. Na verdade, em 15 de Abril de 1966 é nomeado Decano da Faculdade de Direito Canónico do *Antonianum*, cargo que exerceu até 1969.

Por decreto do Grão-Chanceler de 28 de Maio de 1981 foi eleito Vice-Reitor do Ateneu *Antonianum* (doc. 3), cargo de que, a seu pedido e por conveniências de serviço noutra importante Universidade, ficará desvinculado desde 6 de Outubro de 1983¹⁸.

¹⁷ *Pontificium Atheneum Antonianum ab origine ad praesens*, Ed. *Antonianum* Roma (1970), p. 157.

¹⁸ *PAA, Liber Triennalis 1981-1983*, Roma, 1984, p. 49 e 57.

Em 1981-1982, foi Moderador ou Presidente do Instituto de Estudos Medievais e Franciscanos de cujos Estatutos foi autor com a ajuda do Secretário, P. Cornélio del Soto, OFM, onde figura, em 1989-1990, como Professor convidado.

Professor ou Docente de duas Universidades de Roma

E principia no ano lectivo de 1982, portanto, 25 anos depois, uma segunda e nova etapa da sua carreira universitária (docs 3, 5, 8-10). Desta vez reinicia uma nova docência, na prestigiada Universidade papal, até 1962 conhecida como Universidade *de Propaganda Fide*.

Na verdade, no I Semestre do ano académico de 1982-1983 vai reger um curso de “Latinitas Iuridica” nesta *Pontificia Universidade Urbaniana*, para cujo seio seria insistentemente requisitado como Professor Ordinário de Direito Canónico.

Por esse motivo apresentou ao Ministro Geral e Grão-Chanceler o desejo de se demitir do cargo de Vice-Reitor do *Antonianum*, pedido que formulou oficialmente em carta de 8 de Março de 1983. Simultaneamente requeria a sua transferência de Professor Ordinário de Direito do Ateneu para a Universidade Urbaniana, concessão que lhe foi facultada a 17 de Março, dando a S. Congregação para a Educação Católica “o seu acordo” em carta de 9 de Agosto de 1983. O documento de nomeação e confirmação de professor da Faculdade de Direito Canónico da Urbaniana pelo Senado Académico e pelo Chanceler, Cardeal Agnello Rossi, está datado de 1 de Dezembro de 1983.

Entretanto a 19 de Julho desse mesmo ano de 1983 recebera a incumbência de ministrar na Urbaniana o ensino da “Latinitas Iuridica” ou “Leitura das Fontes do Direito Canónico”, “Sacra Hierarchia” ou “Constituição Jerárquica da Igreja” e “De Christifidelibus” ou “Fiéis leigos e ministros sagrados”.

No ano de 1985 colaborou na edição do novo Código do Direito Canónico comentado que a Universidade Urbaniana publicou, preparando o comentário aos cânones 368-374, 460-572 com a introdução aos mesmos.

Porque se trata de retratar a fase terminal da sua carreira de docente amadurecido e porque conseguimos dispor de informação bastante

sistematizada, não resistimos à facilidade que temos de aqui a sintetizar, a partir do seu Relatório referente a 1983-1991.

No Ateneu *Antonianum* continuaria contudo ligado à Escola Superior de Estudos Escolástico-Medievais e Franciscanos, com funções de Moderador desde 1983-1986 e como orientador de Seminários semestrais, quer nesta Escola, quer também na Faculdade de Direito do mesmo *Antonianum* (doc. 11 e 13), naqueles e nos anos seguintes, pelo menos até 1991.

Regerá aqui Os bens temporais da Igreja; O direito penal e processual da Igreja; A função de ensinar na Igreja; Leitura paleográfica e interpretativa de textos medievais respeitantes ao primado papal, ao conciliarismo e à colegialidade; Leitura paleográfica e interpretação de textos medievais acerca dos bens eclesiásticos; Leitura paleográfica e interpretação de textos medievais do século XV sobre Concílios ecuménicos; Funções de ensinar e santificar e Direito patrimonial da Igreja; repetindo em 1986-1987 e 1989-1990 o curso dado em 1983-1984 sobre Direito penal e processual da Igreja e ministrando também 1986-1987 na Faculdade de Direito Canónico o Direito público eclesiástico.

Em 1987-1988, daria o Povo de Deus, repetindo praticamente as mesmas cadeiras até ao ano de 1992-1993, ano em que cessam as informações de que dispomos. Além de Investigador, prossegue, como professor convidado nesta Escola do *Antonianum* e na Universidade Urbaniana, como Ordinário, onde continuará em 1993 e como supomos nos anos seguintes.

No fim do ano Académico de 1997/1998 jubilou-se enquanto Professor Ordinário da Faculdade de Direito Canónico da Pontifícia Universidade Urbaniana, de Roma. Mas depois de haver cessado as funções docentes, seria ainda nomeado para a prestação de mais serviços, desta vez, na qualidade de Decano da mesma Faculdade de Direito Canónico.

Assistente, moderador ou co-relator de teses de licenciatura ou de doutoramento

Nesta Pontifícia Universidade, além das cadeiras anualmente ministradas em regime de curso, (designadamente e como se disse, “*Latinitas iuridica*”, *Lettura delle fonti del Diritto Canonico*”, “*Costituzione Gerar-*

chica della Chiesa” e também “Fedeli laici e ministri sacri”), dirigiu entre 1984-1991 muitas dezenas de teses de licenciatura em Direito Canónico e foi nomeado membro ou presidente de júris de Concursos para Cátedras de Direito Canónico da mesma Universidade.

Mas sabemos igualmente que também dirigiu, assistiu, ou como co-relator foi chamado a dar pareceres, desde 1986-1991, sobre teses de licenciatura ou de doutoramento de diversos estudantes universitários.

A melhor maneira de o ilustrarmos, consistirá em arquivar, para recordação, o nome desses orientandos e o título das suas dissertações apresentadas na Urbaniana. Ei-los:

1986

1. COSMAS ALUEDE OJEMEN, *Psychological factors in matrimonial consent in the light of canonical legislation.*
2. HIRANYAKARAN VICHA JOSEPH, *The Reviewed Canonical Figure of the Metropolitan.*
3. MATHEW THUNDATHIL, *Mixed marriage promises and religious liberty in the light of the New Code.*
4. RI KANG EUN, *Consiglio Presbiterale delle Diocesi in Corea alla luce del Nuovo Codice di Diritto Canonico.*

1987

5. MUTABAZI ANASTASE, *Le Conseil Presbytéral et le Conseil Diocésain de Pastoral dans le Nouveau Code. Evolution doctrinale, contenu de la Nouvelle Normative et critique prospective.*
6. HALIM FRANS FIRMANSYAH, *La Forma Canonica Straordinaria nel Matrimonio di mista cittadinanza dei Cattolici di origine cinese in Indonesia.*
7. BELLO JEROME, *The Structure and Competence of the Diocesan Synod.*
8. RAZANAKOLONA ODON MARIE ARSENE, *La Loi de la Gragualité et le Mariage Coutumier à Madagascar.*
9. ACHEAMPONG GABRIEL, *The Presbyteral Concil in the New Code of Canon Law 1983 with special reference to Ghana.*

10. KURE KHA'AH EMMANUEL, *Positive Preparation of Young Catholics towards Christian Marriage in the light of Ecclesiastical Legislation and with special reference to the Archdiocese of Kaduna.*

11. TCHAGOLE JEAN-BOSCO, *La conception de la stabilité du Mariage chez les Temba du Nord-Togo comparée à la Doctrine de l'Église.*

12. KANU AUGUSTINE NDIMELE, *Bonum Legis – in the Church and in the State of Nigeria (A Juridical Survey of the Necessity, Importance and good Law in the Church and the Federal Republic of Nigeria.*

13. KOTAH MENSAH ARNOLD, *The Traditional Form of Marriage Celebration. Towards an Integration of Traditional and Church Marriage among the Ewes.*

14. OZOAGU J. COSMAS, *Psycho-juridical Implications of "Bonum Coniugum" in the Light of the New Code; its Meaning for the Nigerian Church.*

15. CHINNAYYAN JOSEPH, *Priestly Formation in the 1983 Code of Canon Law.*

16. APPIA FULGENCE AUGUSTE, *La Conception de L'UNION Matrimoniale chez les Anyi de Côte d'Ivoire.*

17. KUMBOZINGI CUNCU ANDREAS, *La Problématique du Parrainage Ecclésiastique dans l'Église d'aujourd'hui. Approche Juridico-Pastorale.*

1988

18. PIERRE AMEDJONEKOU, *Le juge canonique: Personnalité et Responsabilité.*

19. JOHN LOBO, *Shared Responsibility in the Governance of the particular Church.*

20. EMMANUEL CHUKWUMA ACHINIKE, *The new code, a challenge to the apostolate of the laity, with special application to the nigerian catholic laity in the new era of evangelization in Nigeria.*

21. EPHREM SAW PO PAING, *Priestly brotherhood among the diocesan clergy.*

22. KAROKI GAUDENTIUS, *The nature and the role of the family in the light of the new code of Canon Law.*

23. ARWUE MATTHEW ANAYO, *Some canonical implications of cultural pluralism in the Church with particular application to Nigeria.*

24. MANIRAT PHAIYONG JOHN, *Pastoral and juridical preparation for marriage between catholic and buddhist.*

25. BASIL CHUKWUDI OSUIGWEE, *Shared Responsibility of Bishops in Building up the local Church in Nigeria.*

26. WILLIAM JOHN MORROW, *The Diocesan Synod in the light of CIC 1983. An Expression of Synodality.*

27. MASCARENHAS FELIX PETER ANTHONY, *The identity of society of apostolic life (an analysis of Canon 129).*

28. GABRIEL 'LEKE ABEGUNRIN, *Parish organization in conciliar documents and in the Code of Canon Law: with special reference to Oyo diocese in Nigeria.*

29. PIUS OBI OKPALOKA, *The Tole of the Church in Nigerian Education in the light of Vatican Council II and 1983 Code of Canon Law.*

30. GUILLAUME MICHEL BERTRAND, *Acquisition et exercice du pouvoir de gouvernement ou de juridiction selon le code de 1983 (Livre I, Titre VIII. Can. 129-144. Problématique et Prospective).*

31. CHULLIKATT FRANCIS ASSISI, *Consultatio praevia in CIC 1983.*

32. THEOTONIUS P. RIBEIRO, *Evaluation of Matrimonial Consent in the Bengali Christian Marriage of Dhaka with special reterence to Arranged marriage in the Light of Canon Law.*

1989

33. GANGWARI UMAR JOHN, *Church-State Relations in Marriage in Nigeria.*

34. AMBROSE MADTHA, *Lay Person as Officiant at Marriage Celebration according to Canon 1112.*

35. PIUS NGUYEN DAN, CMC, *The Spiritual Patrimony of an Institute of Consacrated Life.*

36. OLA KEDA YOHANIS, *Parish Council and Mission-Station Council in the Diocese of Samarinda – Indonesia, for the Promotion of Ecclesial Activities of the Laity.*

37. THEKETHECHERIL SEBASTIAN, *Offering for the celebration of Mass in the canonical Legislation (A Historico-Juridical Study).*

38. BOGUI NIAVA PIERRE, *La Conférence Episcopale de Côte d'Ivoire et son activité dans la formation de l'Eglise en Côte d'Ivoire.*

39. MARIANATHAN SWAMINATHAN, *Inter-caste Marriages Among the Catholics of Tamil and the Implications for Marriage Preparation.*

40. KARAMBAI S. SEBASTIAN, *Consultative Bodies Within the Parish According to the 1983 Code of Canon Law – The Importance, Nature and Competence of the Parish Pastoral Council and the Parish Finance Council with Particular Reference to the Tamil Parish Community.*

41. KALENGA BADIKEBELE LÉON, *Le 'Synodus Episcoporum' à la lumière du Concile Vatican II et du CIC 1983. Application de certaines de ses recommandations dans le 'Project Pastoral' des Évêques du Zaïre.*

42. DÉsirÉ ROLAND BANGOURA, *L'efficacité pastorale du Code Pénal Canonique selon l'esprit du Concile Oecuménique Vatican II.*

43. KANDANATTUTHARA JOSEPH, *Parish Priest in the Code of 1983. A Theologico-Juridical Study on the Person of the Parish Priest in the present Canonical Legislation.*

44. MICHEL BANIPO SOLIBE, *Le statut juridique de la femme dans la société mwaba-gurma face à la législation canonique.*

1990

45. V. ARUL JOSEPH, *Consortium Vitae, the Essence of Marriage. A study of Canon 1055 with particular reference to India.*

46. A. FRANCIS XAVIER, *The juridical and the pastoral approach to the Sacrament of confirmation in the Religious pluralism of Tamil Nadu.*

47. BADUGU SAMSON, *The obligation to support the needs of the Church (A Study based on Can. 222: 1).*

48. THYKKTIL GEORGE, *The Diocesan Bishop as Pastor of the Particular Church in Canonical Legislation.*

1991

49. DIDIER GNITONA, *La recognitio des décrets généraux des Conférences Épiscopales par le Siège Apostolique selon le canon 455 § 2.*

50. GERALDO DE ARAUJO GOMES, *Quaestio de dolo in consensu matrimoniali iuxta can. 1098. O dolo com incidência de nulidade matrimonial segundo o cân. 1098.*

51. SILVESTRE BOKWANGA MOLAKU, *La signification du pouvoir coactif dans l'Église.*

52. MUPENDAWA TU MATE MUSIVI, *L'office pastoral de l'Évêque diocésain selon le canon 383.*

53. MASSIMO BOAROTTO, *La parrocchia nel conteso italiano. Sua identità juridico-pastorale dopo il CIC 83.*

54. GERALD-MAJELLA MUWONGE AKIIKI, *The ecumenical formation of the candidates to the priesthood in Uganda after Vatican II in the light of can. 256.*

55. SEVERINE NIWEMUGIZI, *Obedience of the clerics as an instrument of hierarchical communion. A Theological, juridical and pastoral study with reference to canon 273.*

56. NOVATUS RUGAMBWA, *The reform of the Roman Curia since the second Vatican Council (An Expression of the Principle: 'Ecclesia semper reformanda').*

57. VARGHESE CHAKKALAKAL, *Ordained Ministry in the present Canonical Legislation (A Theologico-Juridical Study of the Ordained Ministry in the light of the 1983 Code of Canon Law.*

58. RAFAEL MASHIRO UMEMERA, *Sacerdozio comune e sacerdozio ministeriale. Una considerazione teologico-canonica sul canone 204.*

Esta lista é naturalmente incompleta, na medida em que sabemos que vários estudantes começaram por ter inicialmente outros moderadores e depois por qualquer conveniência vamos encontrá-los posteriormente sob a orientação de Sousa Costa. Encontram-se neste caso os números 34, 35, 37, 38, 40, 42, 45-47, 50, 52. Outros houve que segundo a Secretaria estavam sob a sua moderação, mas por falta de elementos não sabemos dizer se continuaram, se trocaram ou se desistiram.

Estarão concretamente nesta posição os seguintes:

Em 1988:

LEE SANG YENG PIETRO, *La Conferenza Episcopale.*

RUSSO FRANCESCO, "*Consortium Vitae*". *The essence of Marriage: a Study on c. 1055 with particular reference to Indian Sociological factors.*

Mons. SAMBA JUSTINI TETEMU, *The teaching office of a Diocesan bishop with emphasis on preaching the homily (c. 767).*

CORAGGIO VINCENZO, *I Pontifici Consigli della Curia Romana al servizio della Chiesa.*

KONDAKASSERIL JOHN ABRAHAM, "*The Parish community and the parish priest*". *A juridical analysis of the three fold-fonctions of the parish priest in relation to the parish community: Preaching, Sanctifying and Governing.*

SENANAYAKA FRANCIS NICHOLAS, "*Parish pastoral Councils*" - *Participation of Christ's Faithful in fostering Pastoral Action: with especial reference to the Archdiocese of Colombo, Sri Lanka.*

NGUYEN PAUL, *Le Mariage du Vietnamien à la lumière du Concile Vatican II.*

NGIMONYI BENEDICT, *The role of de Parish Priest in the Catechetical formation in his Parish Community, C. 777.*

Colaboração em iniciativas formativas e culturais para-universitárias

António Domingues de Sousa Costa, sempre que podia, jamais se recusava a colaborar em serviços que lhe fossem solicitados, quer nas suas Escolas, quer fora delas. Nomeadamente em Congressos, Colóquios, seminários, conferências, etc. Apontaremos agora certamente as principais intervenções de que nos deixou referência.

Além dos Congressos já atrás referidos, participou também com comunicações no Congresso Internacional de Estudos de Direito Canónico Medieval (Lovaina, 1958), no Congresso Internacional de História dos Descobrimentos (Lisboa, 1960), na I Semana Portuguesa de Direito Canónico (1963) e no Congresso Luso-Brasileiro (Coimbra, 1963).

Ainda neste ano (1963) participou de 27-30 de Dezembro na 1ª Semana Nacional de Direito Canónico, consagrada à Concordata de 1940, tendo dissertado sobre um tema muito do seu agrado: as Concordatas Portuguesas.

Em 29 de Novembro de 1964 foi eleito consultor para a interpretação das Constituições Gerais da Ordem dos Frades Menores. Em 26 de Setembro de 1967 foi nomeado membro da Comissão redactora do texto das Constituições Gerais da Ordem dos Frades Menores e a 15 de Março de 1968, por Decreto do Geral P. Constantino Koser foi eleito membro da Comissão de revisão e exame dos Estatutos Provinciais e particulares da Ordem dos Frades Menores.

Em 11 de Julho de 1967 foi nomeado membro do Comitê Organizador do Congresso Internacional dos Canonistas a celebrar em Roma em Maio de 1968.

Em 1972 participou no *Fourth International Congress of Medieval Canon Law*, realizado em Toronto, Canadá, de 21-25 de Agosto, com *Posizione di Giovanni di Dio ed altri canonisti sulla funzione sociale delle decime*. E no mesmo ano, participou nas Jornadas Luso-Espanholas, de Lisboa, com o estudo sobre *Hospitais e albergarias portuguesas na documentação pontifícia da segunda metade do século XV*.

Em Maio de 1977 por decreto do Secretário de Estado do Ensino Superior do Ministério da Educação (Portugal) foi nomeado membro do Júri para as provas de doutoramento em Filosofia na Universidade Nova de Lisboa do Assistente Universitário Dr. João Morais Barbosa, sobre o tema *Fundamentos metafísicos da Filosofia de Álvaro Pais*¹⁹.

No Pontifício Ateneu Antoniano, vêmo-lo a participar no 2º Curso de Formação Franciscana (18-23 de Junho de 1979) sobre a leitura bíblico-franciscana das Fontes franciscanas (com uma comunicação) e no Painel sobre *A Forma vitae do franciscanismo primitivo e no mundo contemporâneo*. Mediante uma análise das Decretais dos Papas, dos Decretos dos Concílios e do Corpus Iuris mostrou a influência da doutrina eclesial da vida religiosa na “forma vitae” de S. Francisco, fixando-se em quatro pontos: a essência e finalidade da vida religiosa (conselhos evangélicos, vida comum, finalidade cultural), a obediência e as formas de vida organizada (vida cenobítica e centralizada na relação superiores-súbditos, normas para a recepção de candidatos e profissões), a pobreza, o trabalho e a pregação ordenados para o serviço do apostolado e da caridade, a

¹⁹ *Pontificium Atheneum Antonianum annis 1975-1977*, p. 304.

castidade elemento essencial da consagração religiosa, enquanto serviço e culto a Deus²⁰.

No Mosteiro das Clarissas de Nápoles, vêmo-lo no 2º Curso de Formação Franciscana, a 25 de Abril de 1980, a fazer uma conferência. A 23 de Novembro de 1980 deu em Florença duas lições no Curso de Formação Permanente sobre “A nova Regra das irmãs da Ordem de S. Francisco” (1º e 2º capítulos).

No mês de Setembro de 1980 participou no 4º Curso de Formação Franciscana sobre a leitura das Fontes Franciscanas através dos séculos com a comunicação *Le fonti francescane nei testi legislativi francescani del 1400*, bem como no Painel sobre o tema *Os franciscanos no contexto do humanismo renascentista*.

Participou no *Colóquio Antoniano de Lisboa*, na Universidade Católica Portuguesa de 8-11 de Junho de 1982 em que apresentou uma comunicação e presidiu a algumas sessões.

Na semana de estudos sobre o Direito dos Religiosos no novo Código promovida pelo Ateneu, de 20 a 27 de Outubro de 1983 proferiu uma conferência sobre *Sanzioni penali contra i Religiosi inadempienti – prospettiva juridico-evangelica*.

Durante todo o mês de Fevereiro de 1984 ministrou vários cursos sobre o novo Código de Direito Canónico aos membros da Conferência Episcopal de Moçambique, ao clero diocesano e religioso e às Religiosas de várias dioceses daquele país.

Durante as férias de Verão do ano académico de 1984-1985 dirigiu um curso de Direito Canónico em Joanesburgo (África do Sul).

De 18-21 de Fevereiro de 1985 tomou parte como Moderador de um grupo de estudo no Congresso Internacional “*Portare Cristo all’Uomo*” promovido e organizado pela Pontifícia Universidade Urbaniana. Aí apresentou um trabalho sobre a colaboração missionária intitulado “*Chiese Locale e Istituti Missionari: quale collaborazione?*”.

A 15 de Janeiro de 1986 foi nomeado pelos quatro Ministros Gerais das Ordens Franciscanas: Ordem dos Frades Menores (OFM), Ordem dos Frades Menores Capuchinhos (OFM Cap.), Ordem dos Frades Menores

²⁰ Cf. PAA, *Liber Triennalis 1978-1980*, Roma, 1981, p. 378.

Conventuais (OFM Conv.) e Terceira Ordem Franciscana Regular (TORF) para fazer parte da Comissão inter-obediencial para o estudo do ano do nascimento de Santo António de Pádua/Lisboa. Além de A. D. de Sousa Costa fora constituída por C. Censi, I. L. Gatti, V. Gamboso e M. D'Alatri e depois de aturado estudo, a Comissão "existimavit" que o nascimento ocorreu entre 1191-1192²¹.

O facto de ter sido estabelecido pelos Ministros Gerais da Família Franciscana o ano de 1995 como o ano do 8º centenário do nascimento de Santo António causou admiração e estranheza e lançou a confusão por apresentar como dado não absolutamente certo, uma conclusão científica unanimemente aceite e emitida a 22 de Maio de 1986, baseada no único factor histórico disponível que é a existência do seu corpo²².

No II Encontro sobre a História Dominicana, realizado em Fátima e na Batalha (Portugal), de 3-6 de Abril de 1986, presidiu a algumas sessões e proferiu a conferência de conclusão intítulada "*D. João de Azambuja desembargador e conselheiro régio, bispo de Silves, Porto e Coimbra, arcebispo e cardeal de Lisboa, fundador do mosteiro das Dominicanas do Salvador de Lisboa*".

A 25 de Abril de 1987, na Universidade do Minho, Braga, Portugal, fez uma conferência sobre "*Os Arquivos Vaticano e Distrital de Braga na vida portuguesa da Idade Média e Renascimento*".

No Encontro de História Regional e Local efectuado de 24-27 de Setembro de 1987, no Distrito de Portalegre desenvolveu o tema "*Alcaides-mores de Campo Maior no século XV*".

De 4-6 de Janeiro de 1988 veio a Portugal dirigir um Seminário na Universidade de Coimbra subordinado aos seguintes temas:

- 1) *Igreja e Estado em Portugal até ao século XV* e
- 2) *Teorias políticas da Idade Média no governo dos povos.*

No dia 6 do mesmo mês e ano de 1988, deu nesta Universidade uma conferência a alunos e Professores Universitários intitulada *Importância do Arquivo do Vaticano para a história da Universidade portuguesa.*

²¹ *Collectanea Franciscana*, 57 (1987), p. 209.

²² *Chartularium Universitatis Portugalensis*, XII, Lisboa, 1995, pp. IX-X e LVI, nota 3.

No Congresso sobre a História da Universidade (VII Centenário da sua fundação, Coimbra, 5-9 de Março de 1990), apresentou nesta mesma Universidade uma comunicação intitulada *Considerações à volta da fundação da Universidade portuguesa no dia 1 de Março de 1290*.

Participou, e já doente e depois do seu regresso definitivo de Roma, em vários encontros efectuados no decorrer do ano 2000/2001 no Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica, em Lisboa, sobre as Ordens religiosas e monásticas, sendo sempre ouvidas com muito interesse as suas intervenções, anotações ou observações.

Participou, intervindo diversas vezes, nas Jornadas Culturais de Balamão 31 de Outubro a 4 de Novembro de 2001, e dissertou sobre *O fenómeno do eremitismo conventual por causa dos estudos e o actual Código do Direito Canónico*.

O Perito em Direito ao serviço da Igreja e da Santa Sé

O recurso aos seus serviços por parte de Entidades da Igreja, e como até aqui já ficou bem demonstrado, foi variada. Mas como não ficou tudo dito, permitimo-nos acrescentar aqui mais alguns dados, de que, sem grande esforço de investigação, houvermos conhecimento, e que por mera comodidade, tentaremos ir arrumando cronologicamente.

Em 22 de Abril de 1955 foi nomeado pelo Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, *defensor vinculi* substituto no Tribunal Patriarcal de Lisboa, funções que exerceria até à sua ida, em 1957, como professor de Direito para o Antonianum de Roma, a Universidade em que havia sido formado.

Uma vez em Roma, foi sendo solicitado para a prestação de sucessivos serviços. Em primeiro lugar, vamos vê-lo em 1959 na S. Congregação do Concílio como membro da II Comissão preparatória do Concílio Ecuménico e em 10 de Novembro de 1964 vai ser nomeado Comissário para a “Vigilanza dei Tribunali Ecclesiastici relativamente ai processi matrimoniali” na S. Congregação para a Disciplina dos Sacramentos.

No ano seguinte, a 1 de Dezembro, foi confirmado na mesma Congregação Comissário para as causas “super rato et non consumato”, da S. Congregação dos Sacramentos, colaboração que vai suspender em fins de 1978 para se consagrar mais intensamente à pesquisa documental para as

Coleções, mantendo no entanto a colaboração na Comissão para a revisão do Código como consultor nomeado em Maio de 1968.

A 15 de Novembro de 1966 foi nomeado Juiz do Tribunal na S. Congregação para a Doutrina da Fé.

Em Maio de 1968 é nomeado por Paulo VI membro da Comissão para a revisão do Código de Direito Canónico.

A 25 de Abril de 1978 foi nomeado pelo Sumo Pontífice consultor/revisor da Comissão Pontifícia do Direito Canónico “recognoscendo donec novus Codex promulgetur”. Isto é até 1983, ano em que o novo Código foi promulgado.

Depois da colaboração prestada, como Consultor, à Comissão da revisão do Código de Direito Canónico, redigiu os votos da Comissão da Interpretação autêntica do mesmo e participou nas respectivas reuniões.

O Papa João Paulo II nomeou-o, a 19 de Janeiro de 1984, Consultor por um quinquénio, para a Comissão Pontifícia de Interpretação do Código de Direito Canónico e no ano seguinte de 1985, além desta, vêmo-lo também como Comissário Delegado “alla decisione” para a Sagrada Congregação dos Sacramentos e do Culto Divino.

Na Sagrada Congregação dos Sacramentos deu como Comissário o seu contributo nas causas sobre a validade da ordenação sacerdotal e os seus respectivos encargos.

Em 6 de Julho de 1989 foi nomeado Consultor do Conselho Pontifício para a Interpretação dos Textos legislativos da Igreja “in aliud quinquenium”, o mesmo sucedendo a 25 de Novembro de 1996 também “in aliud quinquennium”.

S. S. o Papa João Paulo II, através da Secretaria de Estado, designou-o a 18 de Novembro de 1997 Juiz do Tribunal Eclesiástico da Cidade de Roma igualmente “ad quinquennium”²³.

Em razão de ambas estas e das outras funções, o seu nome costumava vir devidamente apontado no *Annuario Pontificio*, como vimos por exemplo no do ano 1999²⁴.

²³ *Osservatore Romano*, 7.12.1997

²⁴ *Annuario Pontificio per l'anno 1999*, Città del Vaticano, 1999, pp.1258 e 1390.

Membro de Agremiações Académicas

Não obstante a sua extensíssima obra impressa e a sua presença em muitos Congressos da sua especialidade em vários países, certamente por ser mal publicitada ou por ser humilde franciscano, António Domingues de Sousa Costa tem permanecido em Portugal um investigador pouco ou mal conhecido, ou conhecido apenas dum restrito número de felizes e privilegiados especialistas. Acontece que uma Biblioteca relativamente importante como, por exemplo, a de Braga, não possui as suas obras... Desconhecem-se as razões de assim acontecer e não nos deteremos evidentemente na busca delas.

Como já acima apontámos, em 1958 o Institute of Research and Study in Medieval Canon Law (Universidade de Yale), Estados Unidos, elegeu-o seu “membro correspondente”.

A 7 de Março de 1966 o Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, de Lisboa, também o elegeu seu membro. Nesse mesmo ano principiaria a recolha e transcrição de documentos para o *Chartularium Universitatis Portugalensis*.

Em 1967 foi também nomeado Académico do Instituto, da Universidade de Coimbra.

Por sua vez a Academia Portuguesa da História pensou diversas vezes no seu nome, vindo a elegê-lo seu membro correspondente, em 1986. Assinam a proposta da sua admissão, datada de 22 de Março de 1986, os seguintes académicos: Isaías da Rosa Pereira, Alberto Iria, Fernando Castelo Branco, Francisco Leite de Faria, OFM Cap. e Francisco da Gama Caeiro, relator. A 18 de Maio de 1986, e depois de várias insistências, sempre aceitou. Em 22 de Setembro de 1993, virá a ser elevado a académico de mérito.

Conscientes do valor objectivo da sua extensa obra e da dívida de que estava a ser objecto, os meios científicos nacionais entenderam em 1992, a 21 de Setembro (C. prot. R/205/92), através da Universidade de Lisboa, conceder-lhe o *doutoramento honoris causa*, como um galardão de reconhecimento público.

Essa merecida honra foi-lhe entregue em 25 de Novembro de 1992, na Reitoria da Universidade Clássica de Lisboa. Foi seu patrono no acto da entrega, o terceiro franciscano, seu admirador e amigo, Prof. Doutor Francisco José da Gama Caeiro.

Recebeu-a em solene acto académico, em que, além de todo o Corpo docente da Universidade Clássica e representantes doutras Universidades,

estiveram também presentes alguns confrades como os Prof. Doutores PP. Manuel Barbosa da Costa Freitas e Joaquim Cerqueira Gonçalves, franciscanos e professores daquela Universidade e o Prof. João Duarte Lourenço, da Faculdade de Teologia da Universidade Católica. Recebeu esse galardão ao mesmo tempo que o Professor Doutor Luis Suárez Fernández, natural de Oviedo e catedrático de História da Universidade de Valhadolide.

Uma mostra das principais obras de ambos os doutorandos esteve na mesma ocasião patente no espaço das Exposições dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, em Lisboa. Para constar, as obras expostas ficaram registadas no respectivo Catálogo²⁵ impresso e distribuído; apresentado pelo Director dos Arquivos, Prof. Doutor Jorge Borges de Macedo, comportaria um texto de apresentação e elogio dos homenageados da responsabilidade do Presidente da Academia Portuguesa da História, Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão.

IV - Mártir da investigação, o maior investigador português no Arquivo do Vaticano.

A sua actividade de investigador “profissional” iniciou-a em benefício próprio, ao descobrir o Mestre Canonista João de Deus, em 1951-1952, mas depressa a irá exercer em torno duma figura marcante da História de Portugal, que foi o Infante D. Henrique a a sua obra de expansão. Contudo, não se limitou a esta figura carismática. Interessou-se pela História da Cultura em Portugal, sobretudo no que à criação e desenvolvimento da Universidade portuguesa se refere, sem se esquecer da influência constante das relações entre a Santa Sé e Portugal nos finais da Idade Média até aos tempos do Renascimento.

Mas procuremos seguir dum modo um pouco mais sistematizado a análise de cada um destes importantes centros de interesse.

O colaborador da Monumenta Henricina

Em 1956 e 1957 trabalhou em Arquivos e Bibliotecas de Itália (Roma: Archivio Segreto Vaticano e Biblioteca Apostólica Vaticana),

²⁵ Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. P^o António Domingues de Sousa Costa. Prof. Doutor Luís Suárez Fernández. **Exposição Bibliográfica**. Lisboa, 1992.

Florença, Nápoles, Milão, Veneza e Génova) como bolseiro da Comissão Henriquina, na transcrição de documentação referente aos descobrimentos portugueses, em ordem à publicação da *Monumenta Henricina* desde o vol. I, Coimbra, 1960, até ao vol. V, Coimbra, 1963, dirigida por uma Comissão constituída por Manuel Lopes de Almeida, Idalino Ferreira da Costa Brochado e P. António Joaquim Dias Dinis, OFM e presidida pelo primeiro.

Esta Comissão cessou com a publicação do V volume. Mas a partir do volume VI, Coimbra, 1964 e até ao vol. XV, Coimbra, 1974 ficaria apenas Dias Dinis com todos os encargos de direcção, organização e apresentação crítica de todo o resto da obra.

António Domingues de Sousa Costa foi para Itália munido de uma carta credencial da Subcomissão Encarregada dos Monumenta Henricina, datada de 19 de Setembro de 1956 e assinada pelo Prof. Doutor Manuel Lopes de Almeida, na qualidade de Bolsheiro do Estado Português. Em 7 de Outubro de 1957 Sousa Costa apresentou a Relação do seu trabalho de Bolsheiro efectuado entre 29 de Setembro de 1956 e 14 de Agosto de 1957.

Pelo seu trabalho de pesquisa e transcrição e revisão de toda a documentação em latim, para a *Monumenta Henricina*, organizada pelo seu confrade P. António Joaquim Dias Dinis, recebia como honorário em Portugal a quantia mensal de 8.000\$00, que seria inteiramente cobrada pelo Síndico da Província dos Santos Mártires de Marrocos.

Além da investigação em Arquivos italianos, para esta obra, trabalhou igualmente em Lisboa, no Arquivo do Ultramar, buscando documentação ligada à expansão portuguesa, particularmente a relacionada com a vida dos índios e indígenas tanto da África como do Brasil.

No conjunto dos quinze volumes da *Monumenta Henricina*, num formato de 295x221 mm, com um total de mais de sete mil páginas e documentos que abarcam um período de 1143 até 1620, não será à primeira vista fácil de avaliar, por falta de indicações expressas, qual a extensão rigorosa do seu contributo.

Sabe-se contudo que qualitativamente a sua colaboração quando apresentada com anotações críticas, a partir do volume V, tornou decisiva a reavaliação positiva do prestígio da obra, algo comprometido para os primeiros quatro volumes editados entre 1960-1962, porque neles como

afirmara um crítico, “a anotação reveste, por vezes, aspectos pouco históricos”²⁶.

Será mesmo indispensável analisar de perto volume a volume para se detectar, na *Monumenta Henricina*, a mão de António Domingues de Sousa Costa. Mas em princípio poder-se-á afirmar que toda a transcrição documental em latim colhida em diversos Arquivos portugueses, ou de Itália referenciados, com especial relevo para os de Roma, é toda da sua responsabilidade. Todos esses textos foram por ele transcritos, ou quando não é esse o caso, foram pelo menos por ele revistos ou então foram, tanto quanto lhe foi possível, cotejados pelos originais. E tanto empenho e minúcia pôs nessa tarefa que mesmo relativamente a textos já impressos preferiu reproduzir ou transcrever tudo de novo, sempre que teve acesso a cada peça original ou a cópia tida como mais fiável, assinalando contudo o facto, bem assim como os locais onde semelhantes textos corriam já impressos.

Depois duma contagem pormenorizada, dos 3002 documentos reproduzidos em 5325 pp., pode-se dizer que umas 1378 pp. de texto latino com os respectivos sumários e anotações (ou seja, uns 25,8% do total) serão devidas ao P. António Domingues de Sousa Costa. Nalguns volumes, como o V, a transcrição e o estudo do conjunto dos documentos é tão cerrado e minucioso que nos encontramos praticamente em face de uma autêntica edição crítica totalmente da sua autoria.

A propósito do seu empenho e colaboração para a valorização da *Monumenta Henricina* deve-se registar aqui, em palavras do organizador, a alusão à gentileza que se agradece, de que Sousa Costa, OFM, ofereceu o texto do doc. 40 do V volume (Súplica de 1434, de D. Duarte a Eugénio IV), “bem como outras Súplicas devidas à sua investigação particular”²⁷, sem dúvida, um gesto patenteador de rara generosidade e de acrisolado espírito científico.

No vol. VI não deixa Dias Dinis de mais uma vez sublinhar “a valiosa colaboração do R. Dr. António Domingues de Sousa Costa, OFM, Professor do Pontifício Ateneu Antoniano de Roma, não só pelas proficientes transcrição e anotação jurídica de extensos e complexos textos insertos nos volumes V e VI de *Monumenta Henricina*, mas ainda pela solicitude com que se tem dignado atender, amavelmente, os nossos

²⁶ A. H. de Oliveira Marques, *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, Ed. Cosmos, Lisboa (1964), p. 204.

²⁷ Nota do Organizador, Dias Dinis, *Monumenta Henricina*, V, Coimbra, 1963, p. 96.

pedidos de busca e transcrição de alguns documentos para esta obra nos Arquivos do Vaticano”²⁸.

Os trabalhos em torno da sua tese de doutoramento, bem assim como a colaboração na *Monumenta Henricina*, levaram-no a idealizar novos planos e a abalançar-se ainda a novas e mais importantes tarefas investigativas.

Por sugestão de A. Joaquim Dias Dinis começaria mesmo a interessar-se por um *Episcopologio português dos séculos XII-XV*. Embora o não tenha concretizado, conseguiu no entanto avançar muito nesse sentido, sobretudo no referente aos Bispos de Lamego e Viseu do século XV. Para os séculos XI-XIII, não havia praticamente nada estudado. Sousa Costa conhecia documentação, que não pôde ler nem transcrever, permanecendo, portanto, tudo em aberto.

Foi convidado e aceitou ser membro da Comissão para a descrição dos Códices manuscritos jurídicos do Colégio Espanhol de Bolonha, para a qual trabalhava já no período de 1969-1971²⁹.

O fruto desse trabalho está patente numa importante obra colectiva publicada em 1992, por Giufrè Editore – Milano, sob o título *I Codici del Collegio di Spagna di Bologna*.

Como na devida altura se dirá, trata-se dum trabalho altamente técnico, cuja execução apenas a especialistas se podia pedir ou confiar.

O Chartularium Universitatis Portugalensis

Devido ao seu prestígio, foi convidado a apoiar outras iniciativas como a organização e edição do *Auctarium Chartularii Universitatis Portugalensis* de cuja Comissão fez parte, mas desta feita sem haver assumido o compromisso de qualquer outra colaboração.

Diferente foi, porém, o seu empenhamento no *Chartularium Universitatis Portugalensis*. Neste, ao contrário do anterior, e como na devida altura veremos, colaborou a fundo com todo o seu entusiasmo e a sua insubstituível competência em todos os volumes, desde o primeiro ao último, o XV, ora como investigador pessoal, ora como bolseiro, ora como director de investigadores/bolseiros, ora como membro da Comis-

²⁸ *Monumenta Henricina*, VI, Coimbra, 1964, p. XXII.

²⁹ *Pontificium Atheneum Antonianum annis 1969-1971*, p. 230.

são Directiva, de que fez parte, até ao fim. Isso, embora o seu nome esteja já omitido no vol. XV.

Teremos oportunidade de tecer algumas considerações a propósito, mas importará desde já registar aqui a confissão consignada pelo Professor Francisco da Gama Caeiro, no XI e seu último volume que teve a dita de dirigir, antes da sua malograda perda:

“A contribuição principal, por assim dizer decisiva, que tornou possível este *corpus* documental, pertence ao investigador – notável entre os maiores de todos os tempos – Rev.^{mo} Padre Doutor António Domingues de Sousa Costa, O.F.M., Professor da Universidade Urbaniana e do Pontifício Ateneu “Antonianum”, que em Roma prossegue sistematicamente a pesquisa em curso. À sua superior competência se devem, com efeito, a edição dos textos latinos e a correspondente anotação deste volume. A outorga pela Universidade de Lisboa, em 25 de Novembro de 1992, do seu mais alto galardão, concedendo ao eminente investigador, em razão do mérito de suas pesquisas sobre a história da Universidade e da Cultura portuguesas, as insígnias de doutor *honoris causa*, corrobora, de modo oficial e solene, o reconhecimento público que pela comunidade científica lhe é devido”³⁰.

Também aqui se torna trabalhoso um cômputo rigoroso do número de páginas de texto latino devidas ao investigador franciscano.

O formato dos volumes do *Chartularium Universitatis Portugalensis* é de 301x225 mm.

Um levantamento, mesmo que algo aligeirado, permite-nos a seguinte relação quanto ao total de documentos:

- I vol.: dos 298 docs. inseridos, mais de 177 devem-se a Sousa Costa
- II vol.: dos 298 docs. inseridos, mais de 116, idem
- III vol.: dos 346 docs. inseridos, mais de 209, idem
- IV vol.: dos 435 docs. inseridos, mais de 231, idem
- V vol.: dos 434 docs. inseridos, mais de 170, idem
- VI vol.: dos 550 docs. inseridos, mais de 279, idem
- VII vol.: dos 561 docs. inseridos, mais de 302, idem
- VIII vol.: dos 499 docs. inseridos, mais de 214, idem
- IX vol.: dos 499 docs. inseridos, mais de 163, idem
- X vol.: dos 526 docs. inseridos, mais de 346, idem
- XI vol.: dos 689 docs. inseridos, mais de 436, idem

³⁰ Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537). Volume XI (1511-1520)*, Lisboa, 1993, p. XV.

XII vol.: dos 451 docs. inseridos, mais de 268, idem
 XIII vol.: dos 539 docs. inseridos, mais de 140, idem
 XIV vol.: dos 441 docs. inseridos, mais de 84, idem
 XV vol.: dos 542 docs. inseridos, mais de 106, idem.

Estamos perante um total de 6971 documentos, dos quais pelo menos uns 3237, ou seja, pelo menos uns 46,4% se ficam a dever a Sousa Costa.

É evidente que o cômputo dos documentos fornece um determinado número de peças independentemente da sua dimensão. É consequentemente uma informação muito relativa. Na verdade, e como se sabe, um documento tanto pode comportar meia página de texto como pode comportar dezenas ou centenas delas.

Uma contagem individualizada do número total de páginas do texto dos documentos em latim, transcritos por A. Domingues de Sousa Costa, no *Chartularium*, proporcionou-nos contudo resultados mais objectivos. Ei-los:

Vol. I – contém 182 pp. de texto latino, num total de 315 pp. de docs.
 Vol. II – contém 153 pp. de texto latino, num total de 325 pp. de docs.
 Vol. III – contém 294 pp. de texto latino, num total de 417 pp. de docs.
 Vol. IV – contém 254 pp. de texto latino, num total de 442 pp. de docs.
 Vol. V – contém 155 pp. de texto latino, num total de 425 pp. de docs.
 Vol. VI – contém 371 pp. de texto latino, num total de 563 pp. de docs.
 Vol. VII – contém 394 pp. de texto latino, num total de 560 pp. de docs.
 Vol. VIII – contém 213 pp. de texto latino, num total de 415 pp. de docs.
 Vol. IX – contém 205 pp. de texto latino, num total de 499 pp. de docs.
 Vol. X – contém 475 pp. de texto latino, num total de 519 pp. de docs.
 Vol. XI – contém 632 pp. de texto latino, num total de 777 pp. de docs.
 Vol. XII – contém 406 pp. de docs. latinos, em 583 pp. de documentos.
 Vol. XIII – contém 200 pp. de texto latino, em 544 pp. de documentos.
 Vol. XIV – contém 206 pp. de texto latino, num total de 621 pp. de docs.
 Vol. XV – contém 170 pp. de texto latino, num total de 634 pp. de docs.

O número de páginas de textos latinos inseridos nos XV volumes editados atingirá as 4310, o que corresponde a 56,4% das 7639 páginas do texto correspondente da secção documental.

Os seus olhos percorreram esta imensa mole de texto latino para conferir e muitas vezes cotejar e corrigir pelos originais, mesmo aquele que não havia sido por ele transcrito.

A distribuição do conjunto dos documentos seriados pelos vários volumes do *Chartularium Universitatis Portugalensis* dá-nos a seguinte visão de conjunto, em termos de números e datas:

Vol. I - docs. nº 1-298	(1288-1377)
Vol. II - docs. nº 299-596	(1377-1408)
Vol. III - docs. nº 597-941	(1409-1430)
Vol. IV - docs. nº 942-1376	(1431-1445)
Vol. V - docs. nº 1377-1780	(1446-1455)
Vol. VI - docs. nº 1781-2330	(1456-1537)
Vol. VII - docs. nº 2331-2891	(1471-1481)
Vol. VIII - docs. nº 2892-3390	(1481-1490)
Vol. IX - docs. nº 3391-3883	(1491-1500)
Vol. X - docs. nº 3884-4309	(1501-1510)
Vol. XI - docs. nº 4310-4998	(1511-1520)
Vol. XII - docs. nº 4999-5449	(1521-1525)
Vol. XIII - docs. nº 5450-5988	(1526-1529)
Vol. XIV - docs. nº 5989-6429	(1530-1532)
Vol. XV - docs. nº 6430-6971	(1533-1537).

Miguel Pinto de Meneses³¹, que ainda pôde contar com a presença do P. Sousa Costa para a organização da considerada série normal dos inicialmente planeados quinze volumes, chegou a anunciar a elaboração dum volume XVI suplementar, a fim de recolher documentos que não puderam entrar no lugar a eles cronologicamente destinado, ou por não haverem sido encontrados a tempo ou então pela sua invulgar extensão...

Homenageando neste volume XV o companheiro de trabalhos de cerca de cinquenta anos, afirma que ele contribuiu para este cartulário com mais de 3000 documentos e outros tantos milhares de comentários, notas e glosas”, lamentando a sua partida pouco antes do momento em que realmente o *finis coronat opus*, pelo qual Sousa Costa desde o volume XIII (1999) tanto ansiava.

³¹ Por informação do Senhor Prof. Doutor M. Cadafaz de Matos de 21 de Maio de 2004, ficámos a saber do falecimento recentemente ocorrido deste colaborador do P. A. D. de Sousa Costa.

Documentação da Ordem Franciscana e da Igreja

No âmbito das suas investigações foi reservando sempre algum espaço e tempo para a anotação ou recolha de documentos referentes à Igreja do seu País e à sua Ordem de S. Francisco.

Em 1974 tinha pronto para publicação um trabalho inicialmente intitulado *Regesta Supplicationum Trium Ordinum Sancti Francisci*³², título que contudo alteraria para *Franciscalium Supplicationes ad Papam*³³, ou segundo melhor formulação ainda para *Franciscalium Supplicationes ad Papam aliaequae Portugaliae Regnum respicientes per officium Sacrae Poenitentiariae Apostolicae*³⁴ ampliando a partir de 1978 o seu projecto de investigação e recolha documental³⁵, tarefa em que continuaria ainda empenhado nas suas férias natalícias de 1983³⁶ e nos anos seguintes.

Como não tivemos acesso ao espólio manuscrito nem a qualquer inventário capaz de nos esclarecer acerca do estado da sua documentação, nada sabemos dizer acerca da situação em se encontram estes trabalhos.

O maior investigador português no Arquivo do Vaticano

Como se viu, António Domingues de Sousa Costa, mesmo sem ter tido qualquer preparação específica nas áreas da História, cedo se revelou como um investigador nato, determinado, incansável e competente. Isso, graças à sua larga inteligência, à sua indomável persistência, à sua esmerada preparação humanística e ao seu contacto com os melhores mestres da paleografia e da diplomática. A seriedade e profundidade de que deu provas na apresentação das suas primeiras obras publicadas, converteram-no logo num desses poucos investigadores de craveira. Daí os sucessivos convites de que foi alvo e o constante recurso aos seus préstimos por parte de personalidades e autoridades científicas nacionais e estrangeiras³⁷.

³² *Pontificium Atheneum Antonianum* annis 1972-1974, p. 469.

³³ *Pontificium Atheneum Antonianum* annis 1975-1977, p. 304.

³⁴ A fórmula deste último título foi encontrada em Lisboa, a 9 de Novembro de 2001.

³⁵ *Pontificium Atheneum Antonianum* annis 1978-1980, p. 378.

³⁶ *PAA, PAA, Liber Triennalis* 1981-1983, Roma, 1984, p. 406.

³⁷ Seria interessante apontar entre outros alguns nomes, tais como António Belard da Fonseca, Isaiás da Rosa Pereira, Salvador Dias Arnaut, Avelino de Jesus da Costa, Manuel Lopes de Almeida, João Ferreira, Fernando Félix Lopes, José Maria da Cruz

Nesse sentido importará a seu respeito consignar aqui a opinião dum investigador insuspeito pelo seu prestígio e que foi o saudoso Prof. Doutor P. Avelino de Jesus da Costa: “O maior investigador português do Arquivo Vaticano tem sido o Prof. Doutor A. D. de Sousa Costa, OFM, que, além de aproveitar largamente a documentação pontifícia nos seus notáveis trabalhos, cedeu a maior parte da que se publicou na importante colectânea dirigida pelo Prof. A. Moreira de Sá, *Chartularium Universitatis Portugalensis*, 7 vols. (1966-1978)”³⁸, prosseguida por outros e por ele próprio.

Tempos depois, insistiria o mesmo douto investigador bracarense, tanto em estudos como em dedicatórias destinadas a Sousa Costa, as suas considerações. Eis o que houve por bem registar mais uma vez a propósito, em 1986: “O maior investigador português do Arquivo Vaticano é, todavia, o Prof. A. Domingues de Sousa Costa, O.F.M., que vivendo em Roma, primeiro como aluno e depois como professor da Universidade “Antonianum”, começou em 1951 a frequentar este Arquivo, cuja documentação tem utilizado largamente nos seus muitos e notáveis trabalhos”³⁹.

Pontes, Guilherme Braga da Cruz, A. Moreira de Sá, António Joaquim Dias Dinis, Luís Albuquerque, Francisco J. da Gama Caeiro, Armando de Jesus Marques, Saul António Gomes, Fr. António do Rosário, João Morais Barbosa, Maria de Lurdes Rosa, Aníbal de Castro, Maria Alegria Fernandes Marques, Maria Helena da Cruz Coelho, José Adriano Freitas de Carvalho, Vítor Gomes Teixeira, José Marques, Francisco Leite de Faria, José Artur A. D. Nogueira, Nuno Espinosa da Silva, José Geraldês Freire, Rui M. Rosado Vieira, Luís Reis Torgal e Manuel Cadafaz de Matos, para só apresentar os mais conhecidos de entre os portugueses... Este último fez mesmo questão de nos assinalar ter também pronta para publicação *La Margarita Escondida*, um texto sobre Santa Beatriz da Silva, do séc. XVII, de Sórora Catalina de Santo António, um texto que teve o prazer de haver trabalhado desde 1993 com o P. Sousa Costa. Referiu-nos mais ainda o contributo que este mesmo lhe deu na edição do *Tratado das Produções das Pessoas Divinas*, de Diogo Lopes Rebelo, quatrocentista da Universidade de Paris, quanto à interpretação de passos influenciados pelo pensador franciscano medieval João Duns Escoto. E não esqueceu ainda de assinalar a ajuda na preparação da edição dum texto dum cruzado germânico anónimo, autor da crónica sobre a tomada de Silves em 1189.

³⁸ *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, dir. de A. Banha de Andrade, I, Lisboa, 1980, p. 519, v. “Arquivos Eclesiásticos Portugueses. Origem e Evolução”.

³⁹ P. Avelino de Jesus da Costa, *Bulário Português do século XIII (1198-1303). Homenagem ao Dr. Alberto Feio*, Separata de *Bracara Augusta*, XXXIX (1985), Braga, 1986, p. 18.

Praticamente unânimes ou coincidentes com as anteriores são ainda estas palavras do relator proponente do seu nome à Academia Portuguesa da História, Prof. Gama Caeiro, em 1986:

“De entre os vários estudiosos portugueses residentes no Estrangeiro que consagram os seus esforços à pesquisa do nosso passado histórico, será porventura o sacerdote franciscano Doutor António Domingues de Sousa Costa aquele que mais se salienta, pelo tomo e qualidade da investigação”⁴⁰.

Condições de trabalho como investigador e editor

Sempre que a satisfação das suas tarefas de calendarização lho permitiam era para o Arquivo do Vaticano que dirigia os seus passos. Aí permanecia horas e horas seguidas, e quando podia, mesmo dias inteiros. Muitas vezes, até se esquecia de tomar alimento, contentando-se não raro com algumas bolachas e muitas outras com o que havia ingerido de manhã antes de sair de casa, assim se mantendo até regressar ao fim do dia. Dava-se bem com este regime de pobreza e extrema sobriedade.

Perante o documento com que se deparava: Bula, Breve, Súplica, ou fosse qual fosse, comportava-se como humilde procurador e transmissor da verdade. Como verdadeiro homem de ciência histórica, lia e transcrevia cuidadosamente tudo manualmente em folhas de formato A4, usando a sua caligrafia bem legível e regular, que lhe permitia depois, a toda a hora e em casa, dactilografar o texto, ou, quando a tal o forçavam as circunstâncias, enviá-lo tal e qual manuscrito para o compositor, sobejamente familiarizado com a sua caligrafia.

A sua resistência ou melhor, persistência como investigador no trabalho de leitura e transcrição documental, só possível num verdadeiro profissional apaixonado e sacrificado, temperado à boa maneira antiga no rigor do espírito monástico, tornou lendária a vida de Sousa Costa nas referências familiares dos seus colegas romanos. Em sete curtas palavras, tão hilariantes como ambíguas, definiriam este investigador português: “*una mente luminosa cum sedere di ferro*”.

Embora notável, essa resistência também nele se foi esbatendo com o muito trabalho, mesmo feito com gosto e paixão. Sobretudo com o

⁴⁰ Arquivo da Academia Portuguesa da História, Pasta Sousa Costa, Proposta, p. 1. Ver também Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, P^o. António Domingues de Sousa Costa. Prof. Doutor Luis Suárez Fernández. *Exposição Bibliográfica*. Lisboa, 1992, p. 11.

somar dos anos e a aproximação quase inevitável dos desgastes físicos, patentes em achaques e doenças. No caso presente, seriam mazelas que se prendiam com o foro cardiológico, nefrológico, etc., para não acrescentar ou mencionar os inevitáveis desgostos causados pelas diversas contrariedades, que o tomaram verdadeiro “mártir da investigação”, e que o forçariam a suspender no decorrer de 1999 as suas actividades em Roma e regressar primeiro provisória e no ano seguinte definitivamente a Portugal.

Com efeito, em 12 de Agosto de 1999 e até 20 de Setembro encontrar-se-á de férias em Grijó. Nesse período teve reuniões de trabalho com o Dr. Miguel Pinto de Meneses para aprontar o *Chartularium Universitatis Portugalensis*, cujo volume XIV, deveria entrar na Tipografia em Outubro desse mesmo ano.

Depois dessas férias regressou a Roma afim de prosseguir, não já o trabalho académico, porquanto havia conseguido a jubilação de catedrático de Direito, e terminado o mandato de Decano da Pontifícia Universidade Urbaniana, mas o seu trabalho de investigação. Entretanto, foi acometido de graves problemas de saúde, sendo forçado a internamento no Hospital de S. João de Latrão. Uma vez aí, teve de ser transferido para o Serviço de Cardiologia, onde se manteve até sentir melhoras bastantes que lhe permitissem o seu regresso a Portugal. Enfermo e uma vez em Portugal, começou por escolher ser internado no Hospital de Gaia, da Região de Saúde do Porto, onde seria devidamente assistido e tratado por médicos e serviços competentes. Na realidade, havia decidido retornar primeiro a Grijó, sua terra de predilecção e inteira confiança. Aí foi recebido e acolhido, tendo passado em família o Natal de 1999 e o Ano Novo 2000. Entretanto, os confrades PP. Joaquim Cerqueira Gonçalves e José da Costa Santos foram convencê-lo acerca das vantagens de aceitar vir para a Enfermaria de que a Província Franciscana Portuguesa dispõe no Seminário da Luz, em Lisboa.

Aceitou e entretanto, o Irmão enfermeiro, Fr. José de Jesus Cardoso, pôde passar por Grijó e trouxe-o para essa Enfermaria, onde ficou adstrito desde o dia 8 de Janeiro do ano 2000.

Continuando a usufruir de sensíveis melhoras, voltaria a 7 de Abril de 2000 ao *Antonianum*, de Roma, desta vez acompanhado pelo confrade P. José da Costa Santos, viajando ambos de avião da Alitalia, a fim de arrecadar e empacotarem os seus livros e papéis para serem definitivamente transportados para Portugal, tendo tomado o avião de regresso, no

aeroporto de Fiumicino no dia 12 do mesmo mês de Abril do ano de 2000.

Para esta viagem foram-lhe passadas as obedienciais pelo Geral Giacomo Bini, com data de 26 de Março de 2000, tendo-lhe sido enviadas por Fax, para a Rua da Silva Carvalho, 34, Lisboa⁴¹.

Ocupou-se da tarefa do transporte da sua livraria pessoal o confrade Fr. António Lopes Vieira, que partiu para Roma de 6/7 de Abril de 2000 e estava de regresso a 13 do mesmo mês, depois de haver conseguido empacotar⁴² e acomodar a bagagem na carrinha Toyota Hiace 24-37 JP/98 da Delegação da Editorial Franciscana, sediada na Luz e da qual é Director responsável o referido Irmão.

Depois de uma operação à vesícula feita, em Lisboa, antes do Natal de 2001, quis deslocar-se de novo a Roma e ao Arquivo do Vaticano, com vista a consultar e recolher mais documentos. A sua frágil saúde porém não lhe permitiu contudo grandes liberdades de acção e permanecer por lá com grandes demoras. Sintomas inquietantes imporiam o seu regresso apressado a Portugal, vindo por isso acompanhá-lo, de avião, a Lisboa, o irmão franciscano da Província de Portugal, de momento ao serviço da Ordem em Grotaferrata, Roma, Fr. José de Jesus Borges.

Em Outubro de 2002 voltaria a Roma, agora pela sua última vez. Dirigindo-se com diversificados objectivos, no exercício da sua missão de Consultor do Conselho Pontifício para a Interpretação dos Textos legislativos da Igreja e de Juiz do Tribunal Eclesiástico da Cidade de Roma, aproveitaria a ocasião para mais uma vez rever colegas amigos e completar algumas pesquisas. No entanto, não conseguiria concretizar tais objectivos, quer pelas reais limitações de saúde, quer pelas manobras de “espionagem” que à sua roda viu montar-se, e cuja denúncia, segundo nos informou, fez na devida altura, a quem de direito. Aproveitou também o tempo para a redacção dum artigo acerca do evidente franciscanismo das fundações dos mosteiros da Imaculada Conceição em Espanha no início do século XVI, baseado aliás no seu derradeiro trabalho de investigação consagrado a Santa Beatriz da Silva. Entre os motivos da sua ida constava o contacto com o seu particular amigo Cardeal D. José Saraiva Martins, a quem desejava solicitar um texto de apresentação para a biografia desta santa portuguesa. Regressou de Roma a 23 de Outubro, em viagem de avião, directa a Lisboa. Foi esta a sua antepenúltima via-

⁴¹ Prot. 089508(078).

⁴² O P. José da Costa Santos fora entretanto acometido de certa gripe que lhe reduziu enormemente as posses de ajuda ou prestação de serviços nesta eventualidade.

gem. A última teria lugar dois meses depois a caminho da sua terra, onde viria a falecer, no seio da família, na véspera do Natal do ano de 2002, sendo, como ficou dito, sepultado no dia de Natal.

A Monumenta Portugaliae Vaticana

A *Monumenta Portugaliae Vaticana* constituirá a sua obra-prima, a menina dos seus olhos. Se é certo que Sousa Costa se consagrava sempre a fundo ao estudo de uma questão, ou ao desempenho de uma missão, também é verdade, que a nenhuma se afeiçãoou tanto como à sua *Monumenta Portugaliae Vaticana*. Trata-se de uma colectânea imprescindível, “fundamentadora de portugalidade”. Assumiu-a conscientemente, afirmava ele, como “insano trabalho..., dispendioso, roubador de energias. É também penitência capaz de redimir e entusiasmar. Só com a assistência de Deus que nunca falta, coragem para o empreendimento e muita perseverança, se poderá levar a cabo”⁴³.

Se foi em 1951 que a sonhou e em 1957 a começou a poder concretizar, somente em 1968 a começou a ver sair dos prelos das Oficinas Gráficas Reunidos L.da. do Porto e sofreu o “martírio” de ter de a deixar incompleta.

Mas relembremos com maior minúcia alguns traços das etapas desta importante obra documental.

Era o Autor jovem recém-ordenado, quando em 1951 começou a frequentar o Arquivo do Vaticano à procura de elementos biográficos do canonista português da Idade Média Mestre João de Deus, quando lhe “ocorreu a ideia de publicar a documentação vaticana relativa a Portugal”, imitando aliás o exemplo de estudiosos e especialistas estrangeiros que isso fizeram relativamente a suas nações⁴⁴.

Voltando a Roma em 1956-1957 pôde reconsiderar o projecto, para o qual havia já coligido bastante documentação pontifícia recolhida no Vaticano e em Bolonha. Havia nascido até um título provisório *Monumenta Vaticana Lusitaniae*, que seria contudo substituído pelo definitivo

⁴³ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, Livraria Editorial Franciscana, Porto, 1968, p. CII.

⁴⁴ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, Livraria Editorial Franciscana, Porto, 1968, p. VIII.

“*Monumenta Portugaliae Vaticana*, mais conforme ao período da documentação, a começar, portanto, com a nacionalidade de Portugal”⁴⁵.

A estadia de 1956-1957 em Roma não permitia contudo concretizar o sonho; tinha outro objectivo: recolher documentação para a *Monumenta Henricina*, outra importante obra a que foi chamado a colaborar. No entanto foram preciosas as palavras do Superior maior franciscano de então em Portugal, o historiador P. Fernando Félix Lopes, relativamente à manutenção de tão fecundo projecto: “não deixe, portanto, morrer a ideia, mas sobre a sua viabilidade será bom esperar”⁴⁶.

Tinha razão Fr. Fernando Félix Lopes. Na verdade o P. A. Domingues de Sousa Costa em 1957 foi chamado a leccionar Direito Público Eclesiástico e Concordatário no *Antonianum*, a Universidade Franciscana de Roma. Foi o momento de a sonhada recolha documental poder arrancar com determinação. O facto de em 1961 haver tido conhecimento de que o bracarense Doutor P. Avelino de Jesus da Costa pensava editar um *Bulário do séc. XIII* levou o P. Sousa Costa a orientar a sua pesquisa, recolha e estudo para as *Súplicas endereçadas aos Papas*, aproveitando todavia a documentação pontifícia já transcrita para o lançamento da colecção de “Estudos e Textos da Idade Média e do Renascimento”⁴⁷.

Ao contrário de outras Colecções Documentais, patrocinadas ou subsidiadas pelo Governo Português, a *Monumenta Portugaliae Vaticana* nunca teve “o auxílio das instituições culturais de Portugal”.

“Valeu-me, diz António Domingues de Sousa Costa, a Província Franciscana portuguesa na pessoa do superior maior Dr. David de Azevedo, que me permitiu juntar as migalhas de privações pessoais e as esmolas de amigos, para de algum modo enfrentar as despesas da obra, que não são indiferentes. Por isso desejava que este empreendimento fosse uma homenagem e um serviço dos Franciscanos portugueses à Nação e a tantos homens de letras e de estudo que através da nossa História e ainda hoje nutrem simpatia pelo Franciscanismo ou dentro do espírito que animava o Poverello de Assis trabalham por um Portugal cada vez maior”⁴⁸.

⁴⁵ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, Livraria Editorial Franciscana, Porto, 1968, p. VIII, nota 6.

⁴⁶ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, p. VIII.

⁴⁷ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, Livraria Editorial Franciscana, Porto, 1968, p. IX.

⁴⁸ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, Livraria Editorial Franciscana, Porto, 1968, p. CIII.

Isto escrevia o Autor em Roma, em Dezembro de 1967 no fim da Introdução ao I volume e após salientar que se “os primeiros volumes são obra de um só quanto à recolha, transcrição, estudo e organização dos documentos”, tal não teria sido possível sem a colaboração e apoio dos provinciais da Ordem Franciscana em Portugal, nomeadamente D. David de Sousa, e PP. Fernando Félix Lopes e David de Azevedo, não esquecendo o apoio do Prof. Guido Brisebois, do *Antonianum* de Roma⁴⁹.

Na Introdução ao I volume mostra-se a importância das Súplicas para a História de Portugal na Idade Média e Renascimento, na medida em que revelam os nomes de pessoas categorizadas ou nobres, tais como cardeais, arcebispos, bispos, reis e príncipes, embaixadores, mas também de gente menos categorizada, como mestres, doutores, licenciados, bacharéis, sacerdotes, frades, religiosos(as), clérigos, e outros letrados, oficiais do Reino, estudantes, etc. O texto das Súplicas chegava em português (p. XIX) e eram redigidas em latim segundo formulários comuns em uso na Cúria por portugueses que nela se encontravam (p. XII e XIV). Súplicas sobre dignidades maiores ou assuntos de carácter secreto não eram redigidas por oficiais da Cúria (p. XXIX), o mesmo se podendo dizer das políticas e de carácter melindroso, as quais não eram para figurar nos registos ou livros (p. XXI). Aponta mesmo o nome de vários agentes de negócios ou despachantes curiais portugueses que por lá andaram, alguns dos quais por vários anos e incumbências (p. LVI-LVII). Refere ainda a tramitação seguida e qual o destino das súplicas originais, à medida que iam sendo expedidas as bulas respectivas (p. LXIX, ss.). Depois de muitas outras doudas considerações, explica as razões porque a presente edição das Súplicas começa apenas em 1342 e porque na Introdução surgem súplicas dos séculos XIII-XIV.

O total registado de Súplicas portuguesas ao Papa Clemente VI nos 11 anos do seu pontificado (1342-1352) eleva-se a 573.

As de Inocêncio VI (1352-1362) somam 265.

As de Urbano V (1362-1370) totalizam 259.

Na Introdução são contudo apresentadas Súplicas mais antigas de datas compreendidas entre 1230-1440, num total de mais 71 textos.

Somando estes totais, verificamos que só no I volume encontramos o belo contributo de 1168 Súplicas.

⁴⁹ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, Livraria Editorial Franciscana, Porto, 1968, p. CII.

Se na Introdução do I volume de *Monumenta Portugaliae Vaticana*⁵⁰ se dão informações sobre problemas historico-jurídicos e de procedura pertinentes às Súplicas relacionadas com Portugal, sobretudo nos séculos XIII e XIV, na Introdução de CD pp. ao II volume de 606 pp., o Autor faz questão de publicar mais algumas similares. E ao mesmo tempo que vai tecendo algumas preciosas considerações, vai também aproveitando para nos presentear com a respectiva documentação que recolheu a propósito. São páginas e páginas ou em corpo de texto, ou em extensas notas de latim ou português arcaico.

Nessa extensa, e importante Introdução, são transcritas oito peças de entre 1317-1480 referentes à concessão da igreja de Tomar ao cardeal Bertrando após a extinção da Ordem do Templo; à manutenção do mestre português a eleger pelos freires portugueses da Ordem de S. Tiago da Espada; a favor do português Martinho Martins, reitor da universidade de Bolonha; das entidades e povos de Portugal sobre a eleição do mestre de Avis para rei (1385) e do Cabido de Tui, com sede em Valença, sobre a postulação de Lopo Vaz da Cunha para bispo (1415); da Universidade de Lisboa a pedir que se nomeie capelão pontifício o carmelita Fr. João Lourenço (1437): à sombra deste, abrem-se várias alíneas, sobre a sua identificação e sobre várias embaixadas ao Papa, sobre a posição dos portugueses no concílio de Basileia, os incidentes com o bispo de Viseu, a nomeação do bispo de Silves e a nomeação de Fr. João para bispo de Ceuta e a anexação de territórios portugueses a esta diocese, além da sua transferência para a Guarda e das incumbências de que foi alvo por parte dos Papas Paulo II e Sisto IV, antes da sua morte em 1477; ou ainda súplicas contra a erecção da igreja paroquial de Valada; ou do cardeal Alpedrinha sobre certa bula respeitante à jurisdição dos ordinários do lugar e visita das igrejas da Ordem militar de S. Tiago da Espada.

À semelhança do que se fez acima, importa registrar que no II volume de *Monumenta Portugaliae Vaticana* deparamos com Súplicas dos seguintes pontificados:

Clemente VII (1378-1394) somam 719, com muitos números expoentizados..

Bento XIII (1394-1417) totalizam 110, com alguns números expoentizados.

Bonifácio IX (1394) ficam-se pelas 28.

⁵⁰ Vol. de 287x194 mm e CIII+604 pp.

Acrescentando a estas os 475 documentos de datas compreendidas entre 1291-1487, publicados na Introdução a este II volume, ver-nos-emos enriquecidos com um total de 1330 peças documentais.

Mais importante ainda do que a Introdução de 400 pp. deste II volume vai ser ainda a Introdução conjunta aos volumes III/2 e IV, os quais, em conjunto, vão recolher as 1638 Súplicas dos catorze anos de pontificado de Martinho V.

O volume III/2 foi concebido para conter as primeiras 822 Súplicas dos anos 1417-1424, (mas ficou-se pelas 817) e o IV comporta as Súplicas 823-1638 e reporta-se aos anos 1424-1431 e vem já enriquecido com um Índice de nomes e matérias, que ocupa as pp. 599-691.

A essa notável Introdução, destinou o vol. III/1, ou seja, todo um tomo de nada mais nada menos do que 874 pp. de texto cerrado e denso. Pela sua extensão, teve de constituir um tomo independente, com subtítulo próprio e por isso mesmo designado:

Monumenta Portugaliae Vaticana. III/1 – A Península Ibérica e o Cisma do Ocidente. Repercussão do Cisma na Nacionalidade Portuguesa do século XIV e XV. (Introdução aos vol. III/2 e IV de Súplicas do pontificado de Martinho V).

Nele recolhe documentação vasta e inédita proveniente de Arquivos portugueses como os Distritais de Braga, Porto, Viseu, Nacional da Torre do Tombo, e italianos como os Arquivos de Estado de Bolonha e Florença, da Biblioteca Apostólica do Vaticano e de diversos fundos do Archivio Segreto Vaticano. E como em sede própria se repetirá, convirá desde já informar que no tomo I deste III volume ficou recolhida toda a documentação do Vaticano provinda de Avinhão nas suas relações com Portugal, tanto na sua vertente eclesiástica como na civil, passando assim a constituir o estudo histórico mais alargado, fundamentado e completo que sobre Portugal e o Cisma de Avinhão pôde ser redigido. Será certamente o miolo desta obra-prima do Autor.

Infelizmente, como é sabido, e por motivos totalmente alheios à vontade do Autor, os volumes III/1 e III/2 tiveram de ficar sem qualquer índice, embora os tenha começado durante a sua ida à África do Sul.

Estes dois tomos do volume III, por conveniências tipográficas foram já impressos em 1982, mas como o Autor não pôde então dispor de tempo para elaborar os respectivos Índices, não chegaram em vida do Autor a ser oficialmente distribuídos para venda ao público. Alguns pou-

cos exemplares foram, é certo, disponibilizados a investigadores amigos ou pelo Autor ou pela Depositária a título meramente particular. Na impossibilidade de os organizar, pensou-se e de acordo com sugestões de académicos amigos, compensar essa lacuna com um Sumário desenvolvido e cronológico dos documentos, a publicar em volume à parte.

Mas nem isso chegou a poder fazer, por se sentir completamente cansado e doente. Não obstante o excelente acolhimento de que foi alvo por parte dos confrades, também é verdade, que se deparou com algumas dificuldades de apoio logístico, involuntariamente criadas e sob pretexto de que “era desorganizado”, tendo-o levado a imaginar-se por vezes “persona non grata”, ao fazer uso do único espaço, em que trabalhou quase até às vésperas da morte: a grande sala de leitura da Biblioteca Provincial.

Aí se apresentou como um mártir do trabalho e da devoção a Santa Beatriz da Silva, sobrevivendo no meio dos seus papéis e documentos, como se fossem eles e ela, a quem queria biografar, a razão de ser da vontade de viver esta última etapa da vida.

Para uma visão de conjunto, poder-se-á adiantar que António Domingues de Sousa Costa conseguiu publicar já agrupadas na sua *Monumenta Portugaliae Vaticana* umas 4136 peças documentais referentes a Súplicas feitas, entre 1230-1431, por súbditos portugueses aos Papas, totalizando até ao presente, pouco menos de 3900 páginas de texto impresso, mais exactamente 3.875 pp., em volumes de 287x194 mm.

Certo é que muitas outras Súplicas correm já impressas avulsas por vontade e mera cortesia do Investigador, em diversos volumes do *Chartularium Universitatis Portugalensis*. Trata-se, como é óbvio, de súplicas de matérias atinentes à vida de portugueses ligados às Universidades. Todas elas se encontram devidamente assinaladas com a menção: “a publicar nos *Monumenta Portugaliae Vaticana*”. Excepção foi feita a esta norma com as publicadas no XV e último volume daquela colecção, por omissão, decisão ou incapacidade do organizador, já que o P. Sousa Costa entretanto piorou e faleceu.

Quanto ao conjunto das restantes Súplicas que foram transcritas e se encontram de todo inéditas ou a aguardar publicação em volume próprio, isto é, na série da *Monumenta Portugaliae Vaticana* elas atingem um número muito elevado de 4161 peças.

É trabalho que não pode de modo nenhum ficar perdido. A Província Portuguesa da Ordem Franciscana se encarregará, sem dúvida, de assumir ou promover atempadamente a sua publicação.

Suspensão da Edição da “Monumenta Portugaliae Vaticana”

Para a prossecução da publicação desta obra, o P. António Domingues de Sousa Costa, de acordo com as orientações dos seus Superiores Provinciais, constituiu um fundo monetário imprescindível, com as migalhas das suas economias pessoais, das ofertas de diversas Instituições Culturais, ou dos seus admiradores, familiares (nomeadamente o seu irmão Francisco Ramiro) e alguns amigos espirituais.

Mais. O P. António Domingues de Sousa Costa teve mesmo o cuidado de nunca sobrecarregar a Ordem Franciscana com as despesas necessárias para as suas publicações.

Algumas dificuldades, de todo alheias à sua vontade, não facilitaram a publicação do trabalho que tinha em vista, e como aliás esperavam os meios culturais e académicos.

A edição da “Monumenta Portugaliae Vaticana” ficou suspensa.

Todas as dificuldades, contudo, hão-de ser superadas, num futuro próximo, até por respeito a todos os sacrifícios feitos e à vontade do Autor.

A história registará que nada pôde impedir que “este empreendimento fosse uma homenagem e um serviço dos Franciscanos à Nação e a tantos homens de letras e de estudo que ainda hoje nutrem simpatia pelo Franciscanismo”⁵¹.

⁵¹ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, Livraria Editorial Franciscana, Porto, 1968, p. CIII.

Economias orientadas para a publicação das Obras

Para quem não esteja por dentro da orgânica franciscana em matéria de economias e dinheiros, cuja posse individual a Regra proíbe, talvez convenha transcrever esta declaração que o próprio P. A. D. de Sousa Costa achou por bem fazer, relativamente ao exercício da sua função de *síndico*, ou administrador de dinheiros em nome da Santa Sé, em que esteve investido. Diz ele:

“Estive incumbido da economia da Província em Roma, durante os provincialatos dos M. R. Padres Fernando Félix Lopes, David de Azevedo, Mário Silva e António Montes Moreira, enquanto provincial e defenidor geral ... durante o encargo que os provinciais, incluindo ele próprio, me confiaram, num espaço de várias dezenas de anos”.

E acrescenta de seguida que no Banco do Vaticano “ia depositando em nome da Província (da Ordem Franciscana em Portugal, o dinheiro), sem exceptuar o que me cabia dos emolumentos recebidos como professor na Pontifícia Universidade Urbaniana e as esmolas que tenho recebido de amigos espirituais ou instituições de cultura portuguesas, segundo tradição admitida pelas autoridades da Cúria Geral da Ordem, de acordo com as do Colégio Internacional de Santo António de Roma, e com autorização dos provinciais da Província Portuguesa da OFM, a partir do M. R. Padre Fernando Félix Lopes”. (Texto da carta, p. 4 de M. Silva, de 8.Abril.99).

Soubemos que a tradição ou praxe de que aqui se fala consistia no seguinte:

um terço dos emolumentos reverteria para o Colégio Antonianum de Roma, um terço para a Província Portuguesa Franciscana e um terço ficaria para os custos ou seus gastos pessoais habituais.

Referimos aqui este assunto algo “doméstico” para ajudar a clarificar os espíritos ansiosos dos investigadores, amigos e benfeitores do Professor Padre António Domingues de Sousa Costa.

Ninguém poderá jamais afirmar que a não publicação das suas obras se ficou a dever a qualquer falha da sua parte na reserva de fundos para semelhante efeito.

Podemos dizer que o P. António Domingues de Sousa Costa era pessoa que conseguia conjugar o sentido e o ritmo inexcedíveis de trabalho com o espírito de austeridade, de simplicidade e de pobreza franciscana.

Era um homem de carácter, profundamente dedicado a todos os seus compromissos.

Sempre pôs a render os seus dons, com incansável esforço de trabalho, para honra e glória de Deus, ao serviço da verdade, em benefício da comunidade.

Nem toda a gente se terá apercebido do inestimável valor do seu trabalho ou terá devidamente avaliado o alcance do seu persistente esforço de ordem cultural e científica.

Mas felizmente houve também quem sempre o acarinhou e incentivou, como ele próprio registou depois de ter recebido uma carta do ex-Ministro Provincial P. Mário de Jesus Pereira da Siva, na qual afirmava que “os dinheiros... são muito bem utilizados por si para coisas de imenso valor e que mais ninguém virá a fazer”. (Cf. Carta de Roma, 26 de Abril 1999, p. 4 v).

Referindo-se-lhe, quando ainda se aguardava a normal continuação desta sua importante publicação, o bracarense Professor Doutor Padre Avelino de Jesus da Costa pôde saudar nesta obra “o arrojado empreendimento a que o Autor se abalçou, ao resolver publicar todas as súplicas relativas a Portugal e a Portugueses, desde Clemente VI a Paulo II (1342 a 1471), que se encontram transcritas nos *Registra Supplicationum* do Vaticano”⁵² (...) “num total de 7821, dando à preciosa colectânea o título de *MONUMENTA PORTUGALIAE VATICANA*, de que já saíram os vols. I, II e IV, com a edição crítica das súplicas, devidamente comentadas e com minuciosos índices. Tem preparados mais cinco volumes desta preciosa documentação, que vem esclarecer muitos pontos obscuros da nossa História medieval”⁵³.

⁵² P. Avelino de Jesus da Costa, *Bulário Português do século XIII (1198-1303). Homenagem ao Dr. Alberto Feio*, Separata de *Bracara Augusta*, XXXIX (1985), Braga, 1986, p. 18.

⁵³ P. Avelino de Jesus da Costa, *Bulário Português do século XIII (1198-1303). Homenagem ao Dr. Alberto Feio*, Separata de *Bracara Augusta*, XXXIX (1985), Braga, 1986, p. 19.

O relevo que estamos a dar a estas transcrições do falecido medievalista catedrático de Coimbra acerca da obra de António Domingues de Sousa Costa, deve-se a um facto importante.

Ou seja: é que Avelino de Jesus da Costa esteve na origem ou contribuiu decisivamente para o novo rumo que o Investigador franciscano tomaria nas preferências da sua investigação.

Pondo, efectivamente, ponto final à sua pesquisa sobre bulas portuguesas do séc. XIII, logo que soube que o mestre coimbrão pensava num bulário do mesmo período, encetaria o estudo inédito e inovador das *Súplicas*.

“Felicito-me, em certo modo, desabafa o P. Avelino de Jesus da Costa, por ter dado ocasião a este facto, porque me parece ter sido vantajosa para a Cultura portuguesa a nova orientação que o incansável investigador deu aos seus trabalhos⁵⁴, uma vez que, além de ter iniciado a publicação da notabilíssima colectânea *Monumenta Portugaliae Vaticana* pelos registos das *Súplicas*, publicou dois volumes dos “Estudos e Textos da Idade Média e Renascimento”, fundamentais para a Cultura portuguesa dos sécs. XIII e XV⁵⁵.

V - Considerações a modos de Conclusão

Propositadamente escritas por Francisco da Gama Caeiro para a proposta do seu nome como candidato a académico correspondente da Academia Portuguesa da História, (e aproveitadas textualmente pelo Presidente da mesma Academia para o Catálogo da Exposição Bibliográfica efectuada nos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Lisboa, em 25 de Novembro de 1992, por ocasião do seu Doutoramento *Honoris Causa* pela Universidade Clássica de Lisboa), transcrevemos abaixo as seguintes palavras.

“Dotado de invulgar preparação heurística e de indefectível acribia e perseverança no trabalho de exumação de fontes inéditas com relevante interesse para a História Portuguesa, tem o Professor Sousa Costa dado a

⁵⁴ P. Avelino de Jesus da Costa, *Bulário Português do século XIII (1198-1303)*. *Homenagem ao Dr. Alberto Feio*, Separata de *Bracara Augusta*, XXXIX (1985), Braga, 1986, p. 23.

⁵⁵ P. Avelino de Jesus da Costa, *Bulário Português do século XIII (1198-1303)*. *Homenagem ao Dr. Alberto Feio*, Separata de *Bracara Augusta*, XXXIX (1985), Braga, 1986, p. 24.

conhecer esses resultados em já longa série de publicações, quer em escritos originais, evidenciando ampla pesquisa de primeira mão, que ascendem a três dezenas de livros e de extensos artigos, quer em monumental colecção de documentos sistematicamente editados, provenientes sobretudo do Arquivo do Vaticano, em área que se situa nos períodos medieval e renascentista e abrange a história política, as correntes de Espiritualidade, de teologia, dos dois Direitos e ainda a história das instituições, nomeadamente a da Igreja e a da Universidade”⁵⁶.

Mais adiante acrescenta ainda para melhor acentuar a sua invulgar carreira de investigador e a justeza da homenagem e do galardão que a Universidade de Lisboa àquela data lhe atribuíra:

“Bastaria porém o Senhor Padre Sousa Costa ter assumido o inestimável papel de editor da documentação portuguesa do Arquivo Secreto Vaticano, numa iniciativa já agora de singular mérito e projecção, para a Cultura histórica portuguesa, credora só por isso, justificadamente lhe significar o seu apreço e gratidão”⁵⁷.

Em face destas palavras, parece evidente que entraves ou obstruções à edição dos restantes volumes da *Monumenta Portugaliae Vaticana*, seriam um crime de lesa-cultura pátria.

Em suma: três facetas definem, a nosso ver, a obra do franciscano P. Frei António Domingues de Sousa Costa: A docência e a orientação universitária no âmbito da paleografia e do Direito Canónico; a investigação histórica no vasto campo da expansão marítima e das descobertas, da cultura religiosa e vida jurídica e universitária da Idade média e do renascimento português; a edição de textos inéditos imprescindíveis para o conhecimento e fundamentação de vários capítulos da história de Portugal, tanto nas suas relações com o Papado, sobretudo enquanto árbitro e sanador de conflitos individuais ou sociais, como com as grandes fontes da cultura europeia, que eram as Universidades, servidas por grandes mestres portugueses e frequentadas também por bom número de estudantes e bolseiros da mesma nacionalidade.

⁵⁶ Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. P.^o António Domingues De Sousa Costa. Prof. Doutor Luis Suárez Fernández. *Exposição Bibliográfica*. Lisboa, 1992, p. 11.

⁵⁷ Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. P.^o António Domingues De Sousa Costa. Prof. Doutor Luis Suárez Fernández. *Exposição Bibliográfica*. Lisboa, 1992, p. 13.

A sua obra impressa é constituída por importantes trabalhos publicados como livros ou artigos, 24 dos quais redigidos em italiano, latim, ou inglês e os restantes mais de cem, em língua portuguesa, e sem incluir já nesta contagem os milhares de páginas de documentos latinos inseridos nas Colecções *Monumenta Henricina*, *Chartularium Universitatis Portugalensis* e *Monumenta Portugaliae Vaticana*, esta com ainda mais 4161 súplicas transcritas, aguardando que lhes seja feita a justiça da publicação.

A seu respeito poder-se-á ainda acrescentar o seguinte: Não tendo vocacionalmente podido satisfazer o desejo dos pais que o queriam fazer doutor e mestre na Universidade do Porto, chegou, no entanto, no seio da Ordem Franciscana a doutor e a mestre de duas Pontifícias Universidades de Roma. Ali teve professores, amigos e companheiros de renome ou prestígio internacional e discípulos e admiradores de todos os continentes, de muitas raças, línguas e culturas.

Desta maneira, e à semelhança do que sucedeu com o santo do seu nome e da sua muito particular veneração e admiração, *Santo António de Lisboa* (que muito estudou e ajudou a melhor conhecer) atingiu projecção mais universal e ecuménica o seu ensino, sendo mais alargado e frutuoso o efeito do seu estudo e reflexão acerca da existência e história da cultura cristã, franciscana, jurídica e europeia.

Confrontados ou apoiados na sua disponibilidade e nos seus textos de franciscano sabedor e humilde, todos crescem e se agigantam espiritualmente.

Qualquer espírito bem formado se alegrará pela quantidade e pela qualidade do trabalho produzido e gratuitamente oferecido pelo P. António Domingues de Sousa Costa.

Como vimos, antecederam o nosso presente estudo palavras autorizadas do ex-Ministro Provincial franciscano, P. Mário de Jesus Pereira da Silva, pronunciadas na celebração do derradeiro natal do P. António Domingues de Sousa Costa...

Ao concluí-lo, resta declarar que se trata dum texto que no seu essencial foi apresentado ao homenageado, o qual ainda o pôde ler, em rascunho. Em face disso, e para melhor nos confirmar a sua grandeza de coração, nada mais a propósito do que a carta/testemunho, que nos chegou ainda a tempo, e na íntegra gostosamente transcrevemos:

“Caro P. António Araújo
Abraço amigo.

Fiquei contente ao saber que estava a andar para a frente a publicação de um número do *Itinerarium* em homenagem ao P. António Domingues de Sousa Costa.

Também fico contente por aí se encontrarem as palavras que eu pude dizer em público no dia do seu funeral.

É natural que tu estejas a redigir algumas notas biográficas mais completas. E que estas façam referência aos momentos mais fortes da vida dele.

Lembrei-me que seria útil saberes que ele me fez um pedido ao qual eu dei muito valor. Não tinha dificuldade na relação com ele e ele não teve dificuldade na relação comigo. Talvez por isso me tenha pedido o favor que eu assumi com todo o gosto. Depois da festa dos seus 50 anos de sacerdócio, ele pediu-me que fosse intermediário para dizer às pessoas com quem ele tinha encontrado algumas dificuldades, sobretudo mais recentemente, que queria ficar em paz com todos os irmãos e que portanto queria que ficassem reduzidos de dimensão e de algum modo resolvidos os problemas que tinham surgido. Isto mesmo eu tive presente quando o visitei nos últimos dias, quando ele já não podia falar, mas estava com capacidade para escutar. No seu olhar eu captei essa intenção renovada, quando eu falava com ele.

Pelo tempo em que ele me fez este pedido e pelo modo como o fez, creio que a isto se pode dar quase um nível de testamento particular. Como ele vivia intensamente as diversas situações da vida, sentiu que devia deixar uma nota de comunhão bem estabelecida ou restabelecida com todos os irmãos. Apreciei muito este gesto. Será bom que tudo o que dele se possa vir a dizer ou escrever tenha presente esta nota muito fraterna.

Um abraço amigo. Bom trabalho. Boa saúde.

Porto, 22 de Junho de 2004.

P. Mário Silva”.

E por último, não queremos deixar de registar igualmente a opinião do franciscano Priamo Etzi, vice-director da revista *Antonianum*, de Roma, que no *in memoriam*, publicado na mesma, emitiu a seu respeito:

“Dotado de agudo engenho e boa índole, o P. António foi um trabalhador incansável e um assíduo aproveitador do tempo até ao último momento da sua vida; mergulhado nas suas transcrições quase não se concedia descanso algum, fugia das vãs conversações; talvez, por isso, sucedia que a quem de longe o observava parecesse por vezes um homem de aspecto austero, mesmo frio; ora, nada mais falso! Na verdade, a quem dele se aproximava, o P. António mostrava-se afável, embora tímido, de trato alegre, embora moderado; de resto foi um mestre sempre disponível para resolver dúvidas dos alunos e dos amigos”⁵⁸.

A apreciação do confrade português, Joaquim Cerqueira Gonçalves, por sua vez, encerrará com o texto da sua *memória*, o conjunto dos elementos e documentos que neste trabalho achámos por bem reunir.

VI - Bibliografia impressa em meio século de labor científico

Como é sabido, nos anos 1951-1952, em que o P. António Domingues de Sousa Costa iniciou os seus estudos de Direito, nas Universidades romanas, designadamente nas Pontíficas, o latim era o meio de comunicação obrigatório para docentes e até mesmo para alunos.

Conhecendo e exprimindo-se bem nessa língua, é curioso que o nosso autor não abusou do seu uso nos trabalhos feitos para publicar. Apenas a utilizou em 8 artigos. Mesmo os seus trabalhos publicados em italiano ficam-se pela dúzia e meia. Em inglês, publicou duas entradas na Enciclopédia Americana.

Os seus pareceres ou relatórios, jurídicos, académicos ou administrativos, deixados manuscritos e que fazem parte do seu espólio, bem como a sua correspondência, esses aparecem o mais das vezes em italiano.

A razão disso estará no facto de grande parte da sua obra de investigador se centrar fundamentalmente no estudo de milhares e milhares de textos latinos, (os quais na maioria dos casos requeriam leitura e transcrição correcta) com anotações e comentários para investigadores portugueses ou capazes de poder entender esta língua.

⁵⁸ *Antonianum* LXXVIII (2003), p. 2001.

Não admira, por isso, que ele goste e sinta até necessidade de tudo fazer para se exprimir redigindo introduções e anotações na sua própria língua materna.

Por motivos de maior comodidade, e tendo presente tudo quanto já acima dissemos, apresentamos cronologicamente o elenco de toda a sua obra impressa, que pessoalmente detectámos, tendo o cuidado de, sempre que possível, tentar resumir vários dos seus escritos ou estudos nas suas linhas gerais.

1944

* Da Devassidão ao Martírio. *Alvorada Missionária*. Revista dos Alunos do Colégio das Missões Franciscanas. XI (1944), nº 1 e 2, pp.19-23.

É uma estorinha romanceada em que o jovem Carlos, dos seus 17 anos, aluno distinto “mercê de sua aturada aplicação ao estudo”, contrasta com Abel, vítima da marginalidade, mas que uma vez convertido se tornará também ele um frade menor missionário na Terra Santa, vindo ambos a ser aí decapitados às mãos dos turcos.

1946

* Alter Christus. *Escola Franciscana. Revista de Cultura do Coristado de Filosofia*. Colégio de S. Boaventura Montariol - Braga, XXVII (1946) Outubro, nº 1. Exemplar único, dactilografado, pp. 113-128 (continua). Assinado Fr. António Domingues de S. Costa.

1947

* Feitos de Epopeia (Conferência). *Escola Franciscana. Revista Enciclopédica pelo Coristado de Filosofia*. (Colégio de S. Boaventura Montariol - Braga), XXVII (1947) Abril, nº 3. Exemplar único, dactilografado, pp. 9-32.

* Alter Christus. *Escola Franciscana. Revista Enciclopédica pelo Coristado de Filosofia.* (Colégio de S. Boaventura Montariol - Braga), XXVII (1947) Abril, nº 3. Exemplar único, dactilografado, pp. 72-89. Assina Fr. António Domingues de Sousa (Continua).

* Alter Christus. Conclusão. *Escola Franciscana. Revista Enciclopédica pelo Coristado de Filosofia.* (Colégio de S. Boaventura Montariol - Braga), XXVII (1947) Julho, nº 4. Exemplar único, dactilografado, pp. 11-30. Assina Fr. António Domingues de Sousa Costa.

1948

* As Missões Franciscanas em Moçambique. Cap. III. De 1926 aos nossos dias. *Pax et Bonum.* XIX (1948), nº LX, pp. 88-108.

Trabalho de colaboração com os colegas Frs. Henrique Pinto Rema e M(anuel) de Oliveira Vieira, comemorativo do cinquentenário das Missões Franciscanas de Moçambique destinado à Revista (policopiada em número reduzido) dos estudantes franciscanos portugueses de Teologia do Seminário da Luz - Lisboa.

* Casamento Ilícito ou Inválido? *Pax et Bonum.* XIX (1948), nº LXII, pp. 38-57. Assinado Fr. António D. Sousa Costa.

1949

* Estado de graça no ministro e sujeito dos sacramentos. *Pax et Bonum* XXI (1949), nº LXIII, pp. 29-40. Número de cuja direcção era o 1º secretário.

Assina Fr. Domingues S. Costa.

1950

* Ressurrexit Alleluia. *Pax et Bonum* XXII (1950), nº LXVI, pp. 1-4. Número de que é Director. Assinado Fr. António Domingues.

* Um pouco de casuística. *Pax et Bonum* XXII (1950), nº LXVII, pp. 59-68. Número de que é Director. Assinado Fr. A. Domingues.

* A Assunção de N. Senhora em S. Bernardino. *Pax et Bonum* XXII (1950), nº LXVIII, pp. 71-90. Número de que é Director. Assinado Fr. A. D. Sousa Costa.

* Supplet Chorus. *Revista Eclesiástica Brasileira* X (1950), pp. 917-920 (na secção reservada a Assuntos Pastorais). Assina Fr. A. Domingues. O.F.M.

1952

* Cinquentenário da Restauração das Províncias Franciscanas no Brasil. *Boletim Mensal das Missões Franciscanas e Ordem Terceira* 45 (1952), pp. 144-149.

1955

* Cultura Medieval Portuguesa. Notas sobre um Mestre Português em Bolonha. *Itinerarium* I (1955), nº 1, pp. 29-37. Assinado A. Domingues de Sousa.

Trata-se de João de Deus, jurista do século XIII, natural de Silves e cónego arcediogo de Lisboa, mestre cuja vida e obra o A. identifica e dá a conhecer.

* Cultura Medieval Portuguesa. Português, o Cardeal Gil? *Itinerarium* I (1955), nº 2, pp. 296-306. Assinado A. Domingues de Sousa.

Cardeal do séc. XIII superintendente em negócios eclesiásticos de diversas dioceses de toda a Península Hispânica, de momento, de indubitável nacionalidade espanhola.

* Uma lição – Francisco Franco. *Itinerarium* I (1955), nº 3, pp. 318-321. Assinado A. Domingues de Sousa.

* Miscelânea (II). *Itinerarium I* (1955), nº 3, pp. 334-338. Assinado A. de Sousa.

* Cultura Medieval Portuguesa. Doutrina penitencial do Canonista João de Deus. *Itinerarium I* (1955), nº 3, pp. 486-508 e nº 4/5, pp. 614-651. Assinado A. Domingues de Sousa.

Baseado no “Liber Poenitentiarius”, o A. estuda o conceito de penitência em João de Deus, depois de fazer uma resenha da evolução desta doutrina até ao século XIII.

* Metropolitana Franciscano. *Alma. Boletim Mensal de Espiritualidade e Documentação XLVIII* (1955), nº 5, Maio, pp. 39-40. Assinado A. Domingues.

Sobre o óbito do Arcebispo de Évora D. Manuel da Conceição Santos Terceiro Franciscano, jornalista, literato e Membro da Academia das Ciências de Lisboa.

* Bem-Aventurados os Misericordiosos... *Alma. Boletim Mensal de Espiritualidade e Documentação XLVIII* (1955), nº 11, Novembro, pp. 27-29. Assinado António Domingues de Sousa.

Reflexões espirituais com referência a obras sociais de inspiração franciscana em Portugal. Casos dos Tuberculosos do Hospital do Rego e dos filhos de Tuberculosos em que se empenharam Fr. David de Azevedo e Fr. Abel Correia Pinto, este com a criação da Obra de Santo António para as *Meninas d'Ele*.

1956

* Doutrina Penitencial do Canonista João de Deus. *Itinerarium II* (1956), nº 7, pp. 40-59; nº 8, pp. 194-220; nº 9, pp. 300-330. Assinado A. Domingues de Sousa.

O A. prossegue a publicação, fazendo incidir o seu estudo sobre o ministro do sacramento da Penitência e a necessidade do poder de jurisdic-

ção, ordinário e delegado, segundo as circunstâncias, sendo de realçar a defesa da brandura do confessor quanto à aplicação das penitências tarifadas em uso nos séculos XII e XIII.

* Recensão a MARTINS, MÁRIO, SJ.:

Estudos de Literatura Medieval, vol. de 538 pp., Ed. Livraria Cruz, Braga, 1956. *Itinerarium* II (1956), pp. 261-262. Assinada Sousa Costa.

* Recensão a GARCÍA Y GARCÍA, Antonio, OFM:

Laurentius Hispanus. Dados biográficos y estudio critico de sus obras. Vol. de XIV+154 pp., Consejo Superior de Investigaciones científicas, Delegacia de Roma, Roma-Madrid, 1956. *Itinerarium* III (1957), pp. 311-312. Assinada Sousa Costa.

* *Doutrina penitencial do canonista João de Deus*. Vol. de XVI+152 pp. Edit. Franciscana, Braga, 1956.

Separata de *Itinerarium* recolhendo o texto aí publicado nos volumes I-II, de 1955 e 1956 e que constituiu a sua tese de láurea em Direito Canónico no Pontifício Antonianum de Roma.

1957

* O doutoramento em Bolonha do Secretário de D. João I – Doutor Lançarote, Conde Palatino e Embaixador ao Concílio de Pisa. *Itinerarium* III (1957), nº 14, pp. 202-220.

Separata. Edit. Franciscana, Braga, 1957.

Laureado em Direito Civil em Maio de 1404, o doutor Lançarote é um de entre muitos outros juristas portugueses formados em Bolonha que o A. andara a identificar para de seguida procurar divulgar.

* Recensão a REGO, ANTÓNIO DA SILVA:

Curso de Missionologia, vol. de XLVI+700 pp., Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1956. *Itinerarium* III (1957), pp. 318-320.

Embora a recensão seja redigida e assinada por José Maciel, foi Sousa Costa quem forneceu todos os dados mais pertinentes para uma crítica construtiva, mediante indicação precisa das fontes vaticanas não utilizadas.

* Mestre Afonso Dinis, médico e secretário de D. Afonso IV, professor na Universidade de Paris. *Itinerarium* III (1957), nº 16/17, pp. 370-417 e 510-606.

Separata. Edit. Franciscana, Braga, 1957.

Em 1342, dez anos após ser Mestre em Medicina, o Mestre em Artes e estudante de Teologia na Universidade de Paris Afonso Dinis suplica e obtém do Papa um canonicato e prebenda em Lisboa (p. 394). Outros benefícios obteve, inclusive na Guarda de que foi Bispo até à sua transferência em 1347 para Évora, onde faleceu em 1352. Neste estudo apresenta o A. um Suplemento de 55 documentos de entre 1331-1355.

* *Um mestre português em Bolonha no século XIII, João de Deus (Vida e Obras)*. Vol. de XX+210+ 4 pp. de errata, Edit. Franciscana, Braga, 1957.

Com o patrocínio da Família Santos Silva Andrade pôde o A. alargar ainda mais o seu estudo e conhecimento da vida e obras do canonista João de Deus, para isso recorrendo a mais arquivos e bibliotecas da Europa.

1958

* Doutoramento em Leis, na Universidade de Bolonha, de D. João Álvares, deão de Viseu, depois bispo de Silves. *Itinerarium*, IV (1958), nº 21, pp. 342-380.

Separata. Edit. Franciscana, Braga, 1958.

* *Animadversiones criticae in vitam et opera canonistae Ioannis de Deo*. *Antonianum* 23 (1958), pp. 76-124.

Separata. Ed. Pont. Ateneo Antoniano, Roma, 1958.

Para dar maior expansão ao conteúdo da sua tese de doutoramento publicada em português e intitulada *Doutrina penitencial do canonista João de Deus*, Braga, 1956, publicou em latim, as presentes reflexões críticas, aproveitando para agradecer aos RR. PP. Guido-M. Brisebois e Miguel Brlek a orientação e empenhamento científico que lhe haviam proporcionado.

1959

* O Infante D. Henrique e a Expansão Portuguesa. (Do início do reinado de D. Duarte até à morte do Infante Santo). *Itinerarium V* (1959), nº 26, pp. 419-568.

Separata de 154 pp. Edit. Franciscana, Braga, 1960.

Na busca de elementos para o estudo de juristas portugueses na Universidade de Bolonha, descobriu o A. várias súplicas do Infante D. Henrique, do rei e outros infantes desta época. “Conquanto fruto de investigação particular, efectuada durante os anos de 1958 e 1959”, cedeu o A. ao organizador de *Monumenta Henricina*, o seu confrade P. António Joaquim Dias Dinis, documentos referentes a 1434, que esclarecem que “a iniciativa do novo impulso à guerra contra os sarracenos e da obra dos Descobrimentos partiu do Infante de Sagres”. Isto o que se vê na I parte, já que na II, surge-nos o Infante como reformador da Ordem militar de Cristo, restaurando os seus recursos económicos e reformando a vida e costumes dos seus cavaleiros, permitindo dizer que D. Henrique foi o último cruzado da guerra contra sarracenos, e o primeiro colonizador em sentido nobre e promotor da fraternidade entre povos e culturas. Chama o A. a atenção para o problema da conexão do padroado dos reis de Portugal nas Missões com a jurisdição espiritual obtida pela Ordem de Cristo nas terras descobertas e a descobrir. Em Apêndice reproduz xxv documentos latinos de entre 1418 e 1484 transcritos de diversos arquivos.

1960

* A expansão portuguesa segundo o pensamento do Infante D. Henrique. *Brotéria* 71 (1960), nº 5, pp. 409-421.

Separata de 15 pp. Ed. Brotéria, Lisboa, 1960

1961

* O Factor Religioso, razão jurídica dos Descobrimentos Portugueses. *Congresso Internacional de História dos Descobrimentos: Actas*. Comissão Executiva da Comemoração do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Lisboa, 1961. Vol. IV, pp. 99-138.

Separata de 40 pp. Lisboa, 1961.

As expedições portuguesas a título de reconquista cristã, ou de correcção de infiéis sujeitos ao Papa exigiam segundo a mentalidade da maioria dos autores, a intervenção do Papa. Foi nesse sentido que as terras conquistadas passaram de direito ao domínio de Portugal, cujos reis não reconheciam mais ninguém *in temporalibus*. Era o factor religioso da evangelização dos gentios que justificava o monopólio da conquista ou comércio para Portugal.

1962

* A Expansão Portuguesa à luz do Direito. *Revista da Universidade de Coimbra XX* (1962), pp. 1-243.

Portugal abalança-se à obra da expansão após recurso e obtenção de apoio da Santa Sé. Qual o motivo deste proceder? É o que o A. estuda baseando-se no sentir dos juristas sob três aspectos: a posição jurídica de Portugal perante os infiéis, perante os reinos vizinhos e o Imperador dos romanos e perante a Igreja de Roma. Começando no apartado *I – Princípios da guerra justa*, por questionar os vários conceitos de guerra, entre eles o de que a guerra se move para conseguir a paz, *bellum geritur, ut pax acquiratur*, interroga-se sobre a guerra contra os infiéis e sarracenos, para passar ao conceito de guerra justa, cuja resposta afirmativa se escuda nos canonistas e civilistas antigos, abordados no apartado *II – A guerra e os infiéis nos juristas anteriores ao século XVI*. Tratando da identificação dos sarracenos e hereges, quanto ao direito de propriedade e guerra justa mostra a existência de teses opostas a tal direito e à liceidade da guerra contra eles, abordando ainda o tema da escravatura introduzida, não pelo direito natural mas pelo civil ou direito das gentes. Aborda no apartado *III – A guerra e os infiéis nos autores dos séculos XVI e XVII*. Nele se afirma, por ex., que “os cristãos não podem declarar guerra aos

infiéis como tais, ainda que eles não queiram aceitar a fé”, podendo “ser punidos, pelo pecado da infidelidade com a guerra” apenas “os hereges e os apóstatas”, ou para vingar “o direito de defender os missionários”. Trata-se dum texto denso enriquecido com bastante mais de seiscentas notas de rodapé⁵⁹ com extensos textos latinos expendidos pelos diversos autores citados⁶⁰. Embora se garanta que o texto *continua*, não o pudemos ver, senão em amostra de provas e esse incompleto. Nessa continuação subintitulada *IV – Liberdade e escravatura dos Infiéis*, o A. procura encaminhar a sua pesquisa para entender a situação do caso português, quanto a esta matéria. Começa por dizer que o comércio dos escravos continuou em terras da Península, como nas demais regiões da Europa, mesmo depois da Reconquista, prosseguindo os portugueses as tradições do antigo comércio dos mercadores muçulmanos, comprando por vezes africanos para os libertar da morte justa ou injusta. Refere casos de terras como a Guiné, Angola, Cabo Verde, Etiópia, Moçambique, Cambaia, China, Pegú, Japão, Índia e Brasil e a tomada de posição dos missionários sobretudo nesta última terra. Como habitualmente as notas 575-820 e outras... reproduzem textos latinos ou portugueses impressos ou manuscritos, estes recolhidos no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

* Mestre Silvestre e Mestre Vicente, Juristas da Contenda entre D. Afonso II e suas Irmãs. *Itinerarium VIII* (1962), nº 35, pp. 87-136

⁵⁹ Embora a numeração refira apenas 574, diversas são as que surgem com numeração acrescentada por letras.

⁶⁰ Efectivamente as provas dos cadernos 11-16 do volume XXI, sob o mesmo título genérico em que se anuncia como continuação do vol. XX, deparamos a pp. 165-260 com o texto do apartado IV. – Liberdade e escravatura dos Infiéis, com as respectivas notas de rodapé, que começam no número 575 e vão até ao número 704. Trata-se já de texto em últimas provas, o que não acontece já com o texto seguinte, ou seja o dos cadernos 17-19 já numerados e correspondentes às pp. 261-308, apresentado este, tal como os das pp. 309-352 (omitidas ou baralhadas as pp. 341 e seguintes, em que figuram as notas 806-820), em folhas avulsas de pequeno formato e agrupadas em novos cadernos por simples agrafos. Deveriam corresponder aos cadernos 20, 21 e 22. Porém tudo indica que o texto ainda ocuparia maior espaço. Como curiosidade, assinale-se que no início de cada um dos cadernos 15 e 16 (pp. 229 e 325), podem ler-se os seguintes dizeres manuscritos a tinta azul: “Imprima-se. 25.IX.64. M...Almeida”.

1963

* Mestre Silvestre e Mestre Vicente, Juristas da Contenda entre D. Afonso II e suas Irmãs. *Itinerarium IX* (1963), nº 40, pp. 249-311.

* Beato Amadeu. *Os grandes Portugueses*, Obra monumental planeada e dirigida por Hernani Cidade, I, Arcádia (Lisboa, s. d.), pp. 189-205.

Trata-se duma obra colectiva ilustrada em dois volumes, redigida pelos melhores especialistas e publicada em fascículos de 25\$00 cada (1-13, no I e 14-28 no II vol.). A paginação de cada volume é autónoma e no final do II encontra-se notícia biobibliográfica de cada um dos 54 colaboradores. A obra terá sido publicada em 1963 (cf. II, p. 492).

* O abade D. Gomes, reformador da abadia de Florença, e as tentativas de reforma dos mosteiros portugueses no século XV. *Studia Monastica*, V (1963), fasc. 1, pp. 59-164.

Separata. Ed. Abadia de Monserrat, Barcelona, 1963.

Filho de Lisboa, D. Gomes Ferreira (da Silva) figura na Itália na primeira metade do séc. XV, como embaixador do rei de Portugal e do Papa. Religioso culto feito beneditino em 1413, em Pádua, e superior experimentado na reforma beneditina, vai ser chamado a reformar vários mosteiros em Itália, antes de ter de vir reformar mosteiros portugueses, e depois de, em 1442, haver sido nomeado Prior do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Como habitualmente, o estudo vem solidamente alicerçado em abundantíssima documentação transcrita, em rodapé, em latim que o A. descobriu nas Bibliotecas do Vaticano, Nacional de Florença, ou na Medicea Laurenziana de Florença, nos Arquivos do Vaticano, de Estado de Florença e Nacional da Torre do Tombo.

* Liberdade e escravatura dos infiéis. *Revista da Universidade de Coimbra*, 21 (1963), pp. 165-265.

Ver a informação relativa a 1962 sobre *A Expansão Portuguesa à luz do Direito*.

* *Consilia anonymorum Iurisconsultorum circa coronam, unctionem et cruzatam contra infideles. Monumenta Henricina, V (1963), pp.261-269.*

* *Consilia Iurisconsultorum Bononiensium Antonii de Pratoveteri et Antonii de Roselis circa bellum contra Sarracenos aliosque infideles. Monumenta Henricina, V (1963), pp. 285-345.*

Dicionário de História de Portugal, dirigido por Joel Serrão, vol. I, Iniciativas Editoriais (Lisboa, 1963), as seguintes entradas:

*Canones (ensino de), in vol. I, (1963), pp. 458-460

Cardeal. Conste embora da lista pessoal do A., e do Índice dos colaboradores da obra, vol. IV, p. 538, este artigo não entrou.

Carmelitas. Conste embora da sua lista pessoal, este artigo não entrou, nem em lugar próprio, nem em frades, freiras, religioso(a)s, mendicantes, nem na Addenda.

*Clérigo, in vol. I, (1963), p. 590

*Colegiadas, in vol. I, (1963), pp. 613-614

*Concílio, in vol. I, (1963), pp. 654-656

*Concordata, in vol. I, (1963), pp. 657-659

*Cónego, in vol. I, (1963), pp. 662-663

*Cónegos regrantes de Santo Agostinho, in vol. I, (1963), pp. 663-665

*Cónegos de Santo Antão, in vol. I, (1963), p. 665

*Cónegos do Santo Sepulcro, in vol. I, (1963), pp. 665-666

*Deão, in vol. I, (1963), pp. 783-784

Deus, João de. Conste embora da sua lista pessoal, e do Índice dos colaboradores da obra, vol. IV, p. 538, este artigo também não entrou.

*Direito canónico, in vol. I, (1963), pp. 831-834

*Dominicanos, in vol. I, (1963), pp. 848-849

1964

* Mestre Silvestre e Mestre Vicente, Juristas da Contenda entre D. Afonso II e suas Irmãs. *Itinerarium X (1964), nº 45, pp. 314-364.*

* Quem tratou do matrimónio da Infanta Dona Maria, Urbano V ou Gregório XI?. *Itinerarium X* (1964), nº 46, pp. 488-515.
Separata. Edit. Franciscana, Braga, 1965.

Faz-se o aproveitamento de documentos pontifícios relativos às negociações do Matrimónio da Infanta Dona Maria, filha del-rei D. Pedro, com Frederico III da Sicília. Nascera ela em 1342, sendo infeliz no seu primeiro matrimónio, em 1354, com o Infante D. Fernando, marquês de Tortosa. Em 1364, vendo-se viúva, regressa a Portugal. Encontrando-se viúvo Frederico III, pensou-se em juntar ambos os viúvos. O A. recolhe dados acerca desse longo processo que motivaria, em 1375, a ida da Infanta à Cúria Pontifícia, para tratar dum casamento tornado irrealizável, por óbito do noivo a 27 de Julho de 1377.

* Alfonsi de Sancta Maria, episcopi Burgensis, allegationes super conquista insularum Canariae. *Monumenta Henricina*, VI (1964), pp. 139-199.

1965

* Mestre Silvestre e Mestre Vicente, Juristas da Contenda entre D. Afonso II e suas Irmãs. *Itinerarium XI* (1965), nº 47, pp. 54-97.

* Canonistarum doctrina de Judeis et Saracenis tempore Concilii Constantiensis. *Antonianum XL* (1965) fasc. 1, pp. 3-70.
Separata. Ed. Pont. Ateneo Antoniano, Roma, 1965.

Alocução inaugural do ano académico, proferida a 28 de Outubro de 1964 no Pontifício Ateneu Antonianum de Roma. Atendendo ao facto de então se patentarem relativamente aos judeus e sarracenos sentimentos de benevolência e fraternidade, quis o A. inteirar-se de qual a doutrina praticada no tempo do Concílio de Constança (1414-1418), quer nas disposições eclesiásticas antecedentes, quer nas tomadas de posição dos Padres conciliares, sem esquecer a doutrina do Talmude, tida esta como fonte de desinteligências entre judeus e cristãos. O Concílio, salvaguardando a liberdade religiosa, estabeleceu normas de protecção para todos válidas. Estudo totalmente redigido em latim e profusamente enriquecido com importantes textos em numerosas notas de rodapé.

* Padroado régio e elevação das raças do Brasil, segundo Monteiro da Vide, Arcebispo da Baía. *V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Coimbra – 1963. Actas.* Coimbra, (Gráfica de Coimbra), 1965, vol. III, pp. 73-126.

Separata de 58 pp. Ed. *V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Coimbra, 1965.

D. Sebastião Monteiro da Vide com a sua excelente preparação eclesiástica e científica foi o primeiro grande legislador da Igreja no Brasil e um assertor da jurisdição espiritual dos monarcas portugueses, na qualidade de vigários do Papa enquanto administradores da Ordem de Cristo. As suas Constituições diocesanas de 1707 e o seu relatório de 1712, são monumentos eminentemente pastorais, eclesiásticos e portugueses, corroboradores do trabalho feito nos séculos XVII e XVIII em favor dos povos do Brasil. Neles não só se afirma a liberdade dos Índios e se traçam normas para promover os escravos pela doutrinação livre do Cristianismo, mas também se tutela, mediante penas contra os transgressores, o respeito à pessoa humana, trate-se dos indígenas, ou dos pobres escravos negros vindos de África. A obrigação dos senhores de velarem pela conversão dos escravos tinha em vista a aproximação entre o senhor e o escravo favorecida numa visão mais humana e cristã e explicitamente concretizada no baptismo.

Dicionário de História de Portugal, dirigido por Joel Serrão, vol. II, Iniciativas Editoriais (Lisboa, 1965), as seguintes entradas:

- *Emparedadas, in vol. II, (1965), p. 30
- *Escolas episcopais e paroquiais, in vol. II, (1965), pp. 74-76
- *Interdito, in vol. II, (1965), pp. 560-562
- *Jerónimos, in vol. II, (1965), pp. 586-587
- *Lóios, in vol. II, (1965), pp. 798-800

The New Catholic Encyclopedia, Washington:

- *John de Deo, Washington, 1965

1966

* As Concordatas Portuguesas. *Itinerarium* XII (1966), nº 51, pp. 24-46.

Separata de 28 pp. Edit. Franciscana, Braga, 1966.

Como especialista em direito público eclesiástico, neste breve e importante estudo, o A. começa por lembrar que neste canto da Europa, onde o Imperador não exercia poder algum, foi o reconhecimento do Papado que tornou possíveis as tentativas de independência e expansão. Estuda os antecedentes e repercussão da Concordata de D. Dinis (1298), debruçando-se de seguida sobre as concordatas relacionadas com o direito de padroado, antes de em breves notas chegar ao conteúdo da concordata e do acordo missionário de 1940.

* *Estudos sobre Álvaro Pais*. (Col. "Monografias de História da Filosofia", nº 3). Instituto de Alta Cultura. Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Vol. de VI+168 pp. Lisboa, 1966.

Resultando da recolha de elementos recolhidos pelo Autor desde há anos a estudar a figura religiosa e intelectual de Álvaro Pais, a presente monografia traz novidades ao esclarecer muitos pontos até aqui obscuros. Por ex. que ele se chamava Álvaro Pais Gomes Chariño, que era galego e nascido em Salnés, diocese de Compostela. Permite isso assentar definitivamente como certo que não era português o célebre canonista franciscano, que foi Bispo de Silves e autor de obras célebres como o *De Planctu Ecclesiae*, *Speculum Regum* ou o *Collyrium Fidei*, obras com referências à Igreja e sociedade da época, designadamente a Ordem Franciscana, a Espanha e Portugal. O segundo daqueles títulos foi mesmo redigido em Tavira.

Ao longo do texto insere o A. muita documentação inédita descoberta e transcrita dos Registos do Arquivo do Vaticano e republica as duas cartas de Álvaro Pais a D. Afonso V em edição crítica, com indicação das fontes e variantes dos manuscritos, precedida contudo de um capítulo sobre a autenticidade e fontes dessas Cartas.

* *Mestre Silvestre e Mestre Vicente, Juristas da Contenda entre D. Afonso II e suas Irmãs* (Coleção “Estudos e Textos da Idade Média e Renascimento” nº 1). Vol de 673 pp. Edit. Franciscana, Braga, 1963.

Começado a publicar em Separatas de *Itinerarium* de 1962 (pp. 87-136), de 1963 (pp. 249-311), 1964 (314-364) e 1965 (pp. 54-97), o presente volume reúne todo o texto; embora inclua a data de 1963 no frontispício, só “acabou de se imprimir” “em Dezembro de 1966” (p. 673).

“Destinado a reivindicar a nacionalidade destes dois insignes cano-nistas de fama internacional e prelados portugueses, o trabalho baseia-se, quase exclusivamente, na documentação do Vaticano, Torre do Tombo e Arquivo Distrital de Braga. Abrange toda a história das relações entre a Coroa Portuguesa e a Igreja, inclusive da reconquista cristã, independên-cia nacional, história das instituições, assistência, problemas sociais, questões de governo da Nação, nos reinados de D. Sancho I, Afonso II, Sancho II e D. Afonso III”. Enquanto tal, permite rever criticamente e através de exame imparcial várias das posições de Alexandre Herculano, tornadas assim falsas ou tendenciosas.

* *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. Vol. I (1288-1377). Lisboa, 1966, pp. XX+399+14 estampas. Documentos coligidos e publicados por A[rtur] MOREIRA DE SÁ (Instituto de Alta Cultura. Centro anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

Decisiva foi a colaboração, desde início, de António Domingues de Sousa Costa para esta importante publicação, como o reconhece o primeiro director, ao registar na Introdução do I vol. estas palavras:

“E tivemos ainda a sorte de conseguir a cooperação, apesar das sua múltiplas e elevadas funções, como investigador no Archivio Segreto Vaticano, do Rev^o. Padre António Domingues de Sousa Costa, ilustre professor e Director da Faculdade de Direito do Pontifício Ateneo Antonianum, de Roma” (p. XIX).

The New Catholic Encyclopedia, Washington:

*Canon law, History of. 5. The Corpus Iuris Canonici to the Council of Trent, Washington, 1966.

1967

* Mestre Fr. André do Prado desconhecido escotista português do século XV, Professor nas Universidades de Bolonha e da Cúria Romana. *Revista Portuguesa de Filosofia* XXIII (1967), fasc. 4, pp. 293-337.

Separata de II+45 pp. Faculdade de Filosofia, Braga, 1967.

Nascido em Évora no último quartel do séc. XIV escreveu o autor o *Liber distinctionum* e o *Horologium Fidei*. Foi superior maior dos Franciscanos Observantes e por 1450 contaria seus 70 anos (p. 337).

* *Mestre André Dias de Escobar, figura ecuménica do século XV*. Colecção "Estudos e Textos da Idade Média e Renascimento" nº 2. Edit. Franciscana, Roma/Porto, 1967. Vol. de 463 pp. dado pronto na Tipografia da Editorial Franciscana, Braga em 1969 (cf. p. 463).

Inclui a transcrição de 220 documentos provenientes do Arquivo do Vaticano datados de entre 1391-1463, vários dos quais referentes ao Mosteiro beneditino de Rendufe, a cuja Ordem pertencia D. Fr. André Dias, sucessivamente Bispo da Cidade Rodrigo, Ajácio (Córsega) e depois titular de Mégara.

1968

* Recensões a PIANA, Celestino, OFM:

– *Ricerche su le Università di Bologna e di Parma nel secolo XV* (*Specilegium Bonaventurianum, I*), Quaracchi, Florentiae, 1963. In 8.º, pp. 562 e

– *Nuove ricerche su le Università di Bologna e di Parma nel secolo XV* (*Specilegium Bonaventurianum, II*), Quaracchi, Florentiae, Typographia Collegii S. Bonaventurae, 1966. In 8.º, pp. 650. *Antonianum* XLIII (1968), pp. 124-127.

* Recensão a CRUZ, António:

– *Santa Cruz de Coimbra na Cultura portuguesa da Idade Média, I. Observações sobre o “Scriptorium” e os Estudos claustrais*, Porto, 1964. In 8º., pp. XXIV+417 e 35 estampas. *Antonianum* XLIII (1968), pp.127-131.

Recensão a GARCÍA Y GARCÍA, Antonio, OFM:

– *Historia del Derecho Canónico. I El Primer Milenio (Instituto de Historia de la Teología Española, Subsidia 1)*. Salamanca, 1967. In 8º. pp. 452. *Antonianum* XLIII (1968), 337-339.

* *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. Vol. II (1377-1408). Lisboa, 1968, pp. XIV+409+22 estampas. Documentos coligidos e publicados por A[rthur] MOREIRA DE SÁ (Instituto de Alta Cultura. Centro anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

Na Introdução, ao falar dos investigadores, o Director nomeia “em Roma, os Rev.^{os} Padres António Domingues de Sousa Costa, Isaac Vasquez, César Saco e Alexandre Récio”, deixando a todos uma palavra de profundo agradecimento, designadamente “ao Rev.^o Padre Sousa Costa responsável pela investigação no Arquivo Vaticano, cuja preciosa colaboração está exuberantemente documentada neste volume” (p. XIII).

* *Monumenta Portugaliae Vaticana. I – Súplicas dos Pontificados de Clemente VI, Inocêncio VI e Urbano IV*. Documentos publicados com introdução e notas por António Domingues de Sousa Costa, OFM, Professor na Universidade “Antonianum” de Roma. Vol. de CIII+604 pp. Roma/Porto. Livraria Editorial Franciscana, 1968.

Contém umas 1097 Súplicas com datas compreendidas entre 1342-1366, além dos 71 documentos inseridos na Introdução datados de entre 1230-1440.

O índice dos nomes e matérias ocupa as pp. 525-604.

Além dos do Vaticano, comporta documentos dos Arquivos de Florença, da Torre do Tombo e Distrital de Braga.

* *Litterae Humanistae Poggii Bracciolini ad Henricum, duces Visenses. Monumenta Henricina*, IX (1968), pp. 297-302.

* *Horologium Fidei editum a magistro Andrea de Prato, Ordinis Fratrum Minorum Provinciae Portugaliae. Monumenta Henricina*, IX (1968), pp. 356-359.

Dicionário de História de Portugal, dirigido por Joel Serrão, vol.III, Iniciativas Editoriais (Lisboa, 1968), as seguintes entradas:

*Padroado do Oriente, in vol. III, (1968), pp. 272-275

*Pais, Álvaro, in vol. III, (1968), pp. 278-279

*Patriarcado de Lisboa, in vol. III, (1968), pp. 316-318

*Santa Sé, Portugal e a, in vol. III, (1968), pp. 757-763

* Litígios do século XIV sobre a cidade do Porto, ventilados na Cúria Pontifícia entre os prelados portuenses e o monarca.

Comunicação ao Congresso Luso-Espanhol de Estudos Medievais, Porto 18-23 de Junho de 1968.

Há quem negue a autenticidade da doação do Porto por el-rei D. Afonso II ao bispo D. Hugo e seus sucessores. Os papas intervieram, é certo, nas contendas motivadas por causa da jurisdição ou senhorio da cidade. Mas as negociações e concórdia com D. Sancho II de 1238 não evitaram os litígios dos reinados seguintes, com reclamações por parte dos bispos. Só no reinado de D. Dinis conseguiram a Igreja do Porto e a Coroa viver em paz, graças às concordatas de 1300 e 1323, que salvaguardaram o senhorio da cidade e as liberdades eclesiásticas. Mas já em tempo de D. Afonso IV recrudescer o litígio, tentando a cúria pontifícia promover o apaziguamento, mediante o recurso a embaixadores de ambas as partes, em 1327, 1329 e 1332, sem grande êxito, na medida em que a questão piorou com o interdito da cidade e parte da diocese pelo bispo D. Pedro, no pontificado de Clemente VI. Este bispo teve de fugir e recorrer à cúria pontifícia em defesa dos seus direitos, podendo em 1353 recordar a Inocência VI os anos do seu exílio. O papa fez acelerar as negociações da concórdia e em Novembro de 1353 suspendia o litígio do bispo com o monarca e com a cidade, mandando absolver da excomunhão o rei, e do interdito a cidade e a diocese. O prelado morreria em 1355 e o papa tudo suspendeu, a pedido de D. Afonso IV. Em Janeiro de 1360, el-rei D.

Pedro pedia ao papa a confirmação da concórdia deixada por aprovar devido ao óbito daquele bispo, mas parece que nada foi conseguido. El-rei D. Fernando repetiu as diligências perante o anti-papa Clemente VII, em 1381. Este papa encarregou o bispo da Guarda de absolver a cidade do interdito e inquirir sobre o litígio, o qual seria apenas resolvido entre D. João I e o bispo D. Gil, aliás sem haverem consultado o papa. Em suma: “As circunstâncias deste litígio político-religioso, com indícios de feudalismo protegido por motivos religiosos, pode ser lição para as relações entre a Igreja e o Estado, que embora se não devam desconhecer, mas sim cooperar para o bem da sociedade, têm uma esfera distinta de poderes que importa não confundir”⁶¹.

1969

* Recensão a DA GAMA CAEIRO, Francisco:

– *Santo António de Lisboa. I – Introdução ao estudo da obra antoniana*, Lisboa, 1967, pp. XXXV+502. *Antonianum* XLIV (1969), pp. 367-369.

* *Estudantes Portugueses na Reitoria do Colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV. Arquivos de História da Cultura Portuguesa*, III, nº 1, Lisboa, 1969, pp. 1-157.

O presente trabalho foi publicado sob o nº1 no vol. III dos presentes *Arquivos* pelo Instituto de Alta Cultura - Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em data de capa de 1970, mas foi composto e impresso na “Imprensa de Coimbra” com a data supra de 1969. Depois duma breve evocação do Cardeal D. Gil de Albornoz, mecenas das letras e construtor do Colégio hispânico de S. Clemente ou “collegium hispanorum” para alunos pobres da Península, disserta o A. sobre Portugueses que na sua Reitoria exerceram cargo de Reitor nos sécs. XIV e XV, sem deixar de identificá-los bem como outros portugueses seus companheiros que ali estudaram ou se doutoraram, com relevo especial para figuras como D.

⁶¹ Cf. resumo das comunicações in *XI Centenário da Presúria de Portugale por Vímara Peres - Congresso Luso-espanhol de Estudos Medievais* promovido pela Câmara Municipal do Porto - 18 a 23 de Junho de 1968 - Porto - Portugal, pp. 141-143.

Fernando Martins Coutinho, D. Fernando Pires de Guerra, D. Fernando Afonso (identificável ou não com Fernando Afonso da Silveira?), ou ainda Gomes Pais, João Pereira e António Martins e vários outros civilistas uns, canonistas outros. Cinge-se o estudo à primeira metade do séc. XV, tentando identificá-los a todos, embora sem por vezes preencher certas lacunas, com o contributo da documentação daquele Colégio, do Arquivo de Estado de Bolonha e do Arquivo Vaticano. O objectivo do presente estudo foi o de associar-se com sentimentos de gratidão às homenagens que a Nação Irmã prestou ao Cardeal Gil na passagem do 6º Centenário do seu óbito em 23 de Agosto de 1367.

* *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. Vol. III (1409-1430). Lisboa, 1969, pp. IX+503+11 estampas. Documentos coligidos e publicados por A[rtur] MOREIRA DE SÁ (Instituto de Alta Cultura. Centro anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

.....

Dicionário de História da Igreja em Portugal, dir. pelo Prof. Doutor António Alberto Banha de Andrade:

*Álvares, João, I, Lisboa, 1979, pp. 162-164.

1970

* *Theologia et Ius Canonicum iuxta canonistam Alvarum Pelagii. Acta Conventus Internationalis Canonistarum Romae diebus 20-25 maii 1968*, pp. 39-50.

Separata. Typis Polygottis Vaticanis, 1970.

Segundo Álvaro Pais as leis disciplinares eclesiásticas devem estar em conformidade com a Sagrada Escritura e a Teologia, devendo alterar-se de acordo com as necessidades dos tempos, salvaguardada sempre a suprema lei da salvação e da santificação. O Direito canónico participa essencialmente na ciência espiritual ou teológica, mas não exclui a sabedoria humana ou civil no que respeita ao direito natural e não se opõe à finalidade espiritual da Igreja. Os canonistas enquanto teólogos pragmáticos, vistas as condições de tempo e lugar nunca devem esquecer aquela lei suprema do bem das almas.

Monumenta Portugaliae Vaticana. Ver vols. II e IV, no ano 1978

* *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. Vol. IV (1431-1445). Lisboa, 1970, pp. XIII+357+16 estampas. Documentos coligidos e publicados por A[rthur] MOREIRA DE SÁ (Instituto de Alta Cultura. Centro anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

1971

* Redacções do “*Liber dispensationum*” e da “*Summula super decimis ecclesiasticis*” do canonista João de Deus. *Revista Portuguesa de História (Homenagem ao Professor Paulo Merea)* XIII (1971), pp. 269-297. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos.

Separata. Coimbra, 1971.

Associando-se à homenagem prestada pela *Revista Portuguesa de História* ao Doutor Paulo Merêa, pretendeu evocar simultaneamente o 7º Centenário da morte do canonista português João de Deus e aquele mestre da História do Direito da Universidade de Coimbra, o qual, juntamente com o Professor Joaquim de Carvalho, intuiu o valor objectivo da obra do ilustre português de duzentos, mestre na Universidade de Bolonha. Na qualidade de investigador especialista de João de Deus, debruçou-se Sousa Costa sobre o interesse ultimamente despertado a nível nacional e internacional sobre a importância daquele autor na história do direito canónico e sobre as redacções do *Liber* ou *Summa dispensationum* e da *Summula super decimis ecclesiasticis*, encarando o estudo da influência do autor e destas suas doutrinas no contexto da época. Inclui transcrições a partir de Códices das Bibliotecas da Universidade de Bona e da Apostólica Vaticana.

Dicionário de História de Portugal, dirigido por Joel Serrão, vol.IV, Iniciativas Editoriais (Lisboa, 1971), a seguinte entrada:

*Trinitários, vol. IV, (1971), p. 214.

1972

* O célebre Conselheiro e Chanceler régio Doutor João das Regras Clérigo conjugado e Prior da Colegiada de Santa Maria de Oliveira de Guimarães. *Itinerarium XVIII* (1972), nº 77, pp. 232-259.

Separata de 30 pp. Braga, 1972.

Em apêndice apresenta 6 documentos de entre 1388-1406, provenientes dos Arquivos de Braga, Pavia e Vaticano.

* *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. Vol. V (1446-1455). Lisboa, 1972, pp. XIV+515+ 8 estampas. Documentos coligidos e publicados por A(rtur) MOREIRA DE SÁ (Instituto de Alta Cultura. Centro anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

1973

* Hospitais e Albergarias na documentação pontifícia da segunda metade do século XV. *A pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média – Actas das 1^{as}. Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, Lisboa, 25-30 de Setembro de 1972*, pp. 259-327.

Separata. Lisboa, 1973.

Apresenta 23 documentos papais de entre 1459-1501, provenientes do Arquivo do Vaticano, sendo um (original) do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

* Portugueses no Colégio de S. Clemente de Bolonha durante o século XV. *Studia Albornotiana XIII*. Publicaciones del Real Colegio de España, Bolonia, 1973, pp. 213-415.

Na tarefa de recolher dados para um estudo completo sobre estudantes portugueses em Bolonha (que como assinalaremos irá publicar em 1990, em dois tomos com 1403 pp.), quis o A., na qualidade de bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian, associar-se à celebração do VI Centenário do Cardeal Albornoz, mecenas e fundador do Colégio de S. Clemente de Bolonha dos Hispanos e hoje dito Colégio de Espanha. O A.

consegue localizar e identificar, com ajuda de documentação pontifícia do Arquivo Vaticano, muitas das figuras marcantes da cultura portuguesa do séc. XV, ampliando aliás o estudo publicado em 1969: *Estudantes portugueses na Reitoria do Colégio de S. Clemente ...*, enriquecido desta vez com mais 19 nomes.

* João Martins e João Aranha, Professores de Teologia em Bolonha e Bispos de Safim na África. *Antonianum* XLVIII (1973), pp. 300-342. Separata. Roma, 1973.

A propósito da saudação ao aparecimento do *Chartularium Studii Bononiensis S. Francisci (saec. XIII-XVI)* na *Analecta Franciscana sive Chronica aliaque varia Documenta ad Historiam Fratrum Minorum spectantia* (edita a Patribus Collegii S. Bonaventurae, tomus XI, Ad Claras Aquas - Florentiae, Ex typographia Collegii S. Bonaventurae, 1970. In 8º, pp. 134*, 534) propôs-se o A. desenvolver ou contribuir para a solução de alguns problemas naquela obra deixados em suspenso, contando-se nesse caso a identificação e curriculum vitae de dois franciscanos portugueses, Fr. João Martins e Fr. João Aranha, professores de Teologia na Universidade de Bolonha e depois bispos de Safim, na África.

1974

* *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. Vol. VI (1456-1537). Lisboa, 1974, pp. XIV+679+11 estampas. Documentos coligidos e publicados por A[rthur] MOREIRA DE SÁ (Instituto de Alta Cultura. Centro anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

Por “causas administrativas”, a publicação ficará parada até se esclarecer a situação das condições de subsidiamento desta obra pelo Instituto de Alta Cultura e depois pelo Instituto Nacional de Investigação Científica (cf. p. VII do vol. VII, Lisboa, 1978).

1976

* Posizione di Giovanni di Dio, Andrea Dias de Escobar e altri canonisti sulla funzione sociale delle decime. In *Proceedings of the Fourth International Congress of Medieval Law* Toronto, 21-25 August 1972. *Monumenta Iuris Canonici*, Series C: Subsidia. Vol. 5, Città del Vaticano, 1976, pp. 411-466.

Separata. Città del Vaticano, 1976.

Acerca do instituto canónico dos dízimos ressalta o contraste entre a doutrina dos canonistas e a dos teólogos quanto à justificação do cumprimento deste dever de direito natural e divino (embora não evangélico), além de direito eclesiástico. Houve uma evolução quanto ao pagamento dos dízimos pessoais, que de obrigação divina, sob pecado, passa a obrigação dependente do costume aprovado pelo Papa. Emerge sobretudo a doutrina de que a obrigação do dízimo provém da vontade de Deus, enquanto sinal do seu domínio universal, a que todos estão sujeitos, incluídos os hebreus, sarracenos e infiéis, pelo menos no que ao pagamento do dízimo (ou décima) predial se refere. O objectivo sagrado e social do dízimo consiste no sustento sobretudo dos sacerdotes e clérigos, os quais devem gratuitamente administrar os sacramentos, ao mesmo tempo que prestar serviço aos pobres, os quais ocupam lugar à parte na mente de todos os autores, em cuja linguagem surgem expressões como *patrimonia pauperum* ou *res omnes ecclesiastice, scilicet quas clerici possident, nomine Ecclesiae, pauperum sunt*.

1977

* Leis atentatórias das liberdades eclesiásticas e o Papa Martinho V contrário aos concílios gerais. *Studia Historico-Ecclesiastica*, Festgabe für Prof. Luchsius G. Spätling OFM, Pontif. Atheneum Antonianum, Roma, 1977, pp. 505-592.

1978

* *Monumenta Portugaliae Vaticana*. II – *Súplicas dos Pontificados dos Papas de Avinhão Clemente VII e Bento XIII e do Papa de Roma*

Bonifácio IX. Documentos publicados com introdução e notas por António Domingues de Sousa Costa, OFM, Professor na Universidade “Antoniano” de Roma. Vol. de CD+606 pp. Editorial Franciscana Braga/Porto. 1970.

“Embora o texto e Introdução deste volume tivessem sido impressos há vários anos, o Índice respectivo só em 1978 se acabou de imprimir na Tipografia Editorial Franciscana, Braga. 1000 ex.” (p. 605).

Contém 855 súplicas de entre 1378-1394, além dos 475 documentos da Introdução de entre 1291-1487.

O índice dos nomes e matérias ocupa as pp. 433-594.

Além dos documentos do Arquivo do Vaticano transcreve ou resume outros dos Arquivos de Pádua, Florença, Bolonha, Torre do Tombo e Distrital de Braga, Porto e Viseu.

Monumenta Portugaliae Vaticana. III/1 – *A Península Ibérica e o Cisma do Ocidente. Repercussão do Cisma na Nacionalidade Portuguesa do século XIV e XV. (Introdução aos vol. III/2 e IV de Súplicas do pontificado de Martinho V)* por António Domingues de Sousa Costa, OFM, Professor na Universidade “Antoniano” de Roma.

Monumenta Portugaliae Vaticana. III/2 – *Súplicas do Pontificado de Martinho V (Anos 1 - 7)*. Documentos publicados com introdução e notas por António Domingues de Sousa Costa, OFM, Professor na Universidade “Antoniano” de Roma.

Ver 1982, com resenha.

* *Monumenta Portugaliae Vaticana*. IV – *Súplicas do Pontificado de Martinho V (anos 8 a 14)*. Documentos publicados com introdução e notas por António Domingues de Sousa Costa, OFM, Professor na Universidade “Antoniano” de Roma. Vol. de 696 pp. Editorial Franciscana Braga/Porto. 1970.

“Embora o texto deste volume tivesse sido impresso há vários anos, o Índice só em 1978 se acabou de imprimir na Tipografia Editorial Franciscana, Braga. 1000 ex.” (p. 696).

Contém as súplicas numeradas de 823 a 1638, de datas compreendidas entre 1424-1431, começando o volume imediatamente com a súplica 823, dado que para a Introdução e para a reprodução das Súplicas 1 a 822 ficaram destinados os volumes III/1 e III/2, a publicar posteriormente.

O índice dos nomes e matérias ocupa as pp. 599-691.

* *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. Vol. VII (1471-1481), Lisboa, 1978, pp. XIX+667+14 estampas. Documentos coligidos e publicados pelo Instituto Nacional de Investigação Científica).

A página V da Introdução, vê-se:

“Bolseiros componentes do grupo de investigadores:

P.^o Dr. Alexandre Récio (Roma), D.ra D. Alice Estorninho, P.^o Doutor António Domingues de Sousa Costa (Roma), Prof. Doutor Artur Moreira de Sá, P.^o Doutor Isaac Vásquez (Roma), D.ra D. Maria Luísa Esteves, Dr. Miguel Pinto de Meneses.

Comissão Directiva:

D.ra Alice Estorninho

P.^o Doutor António Domingues de Sousa Costa

Prof. Doutor Artur Moreira de Sá”⁶².

Investigou, transcreveu e anotou os documentos do Archivio Segreto Vaticano e os outros documentos latinos.

1979

* *La Dottrina Ecclesiale della Vita Religiosa e il suo influo sulla “Forma Vitae” di S. Francesco. Lettura Biblico-Teologica delle Fonti Francescane*, a cura di G. Gardaropoli e M. Conti. (Publicazioni dell’ Istituto Apostolico, Pontificia Università Antoniana, 3). Ed. Antonianum, Roma, 1979, pp. 117-164.

No tempo de S. Francisco a vida consagrada consistia na profissão dos conselhos evangélicos, sem que esta estivesse ligada à vida comum, a qual todavia se começava a estruturar por reacção contra os abusos de certos eremitas. A ideia de consagração, tal como os bens eclesiásticos não têm senão um fim cultural. Quanto às normas de obediência e vida

⁶² *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. Vol. VII (1471-1481), Lisboa, 1978, p. V.

organizada, ressalta-se o relacionamento entre superiores-súbditos, na questão da admissão e da profissão, rigorosa no caso do monge com o Abade, mais livre porém no caso do franciscano com o Ministro ou servo de toda a fraternidade, que, segundo a *Forma Vitae* não fica encerrada dentro das paredes do claustro. A castidade, a pobreza, o trabalho, a pregação, enquanto meios de apostolado e de serviço tanto entre fiéis como entre infiéis estão todos orientados para o culto e uma maior união com Deus.

1980

* Bispos de Lamego e de Viseu no Século XV. (Revisão crítica dos autores). 1 – D. Gonçalo Gonçalves, Bacharel em direito canónico, nomeado bispo de Lamego em 26 de Janeiro de 1394, após eleição do Cabido, e morto na primeira quinzena de Fevereiro de 1419, foi administrador dos territórios portugueses da Diocese de Cidade Rodrigo. D. Álvaro Gonçalves de Abreu, Cónego de Lisboa e Deão de Évora talvez eleito Bispo de Lamego antes de 24 de Julho de 1419 e nomeado a 21 de Agosto deste ano, transferido, no dia 25 de Junho de 1421, para a Sé de Silves e daqui para Évora, em 11 de Fevereiro de 1529, foi Conselheiro de D. Duarte e Regente da Casa da Suplicação. Morreu em 1440 e nada tem a ver com D. Álvaro Afonso, nomeado Bispo de Silves em Setembro de 1453 e Legado Pontifício em Portugal, do Papa Calisto III, nos anos de 1456-1458, transferido para Évora, em Fevereiro de 1468, e morto no mês de Fevereiro de 1470. *Itinerarium XXVI* (1980), nº 106, pp. 54-105.

Transcreve, no texto e em notas, numerosos documentos inéditos dos Arquivos do Vaticano e da Torre do Tombo.

* Bispos de Lamego e de Viseu no Século XV. 2 – D. Álvaro Afonso, Chanceler-mor do Infante D. Pedro e Bispo de Silves e de Évora, bem como Legado Pontifício em Portugal, nunca foi Bispo de Lamego. Morreu em Itália no ano de 1470. *Itinerarium XXVI* (1980), nº 107, pp. 189-216.

Transcreve, no texto e em notas, numerosos documentos inéditos dos Arquivos Distrital de Braga, do Vaticano, do Gabinete de História da Câmara Municipal do Porto e da Torre do Tombo.

* Bispos de Lamego e de Viseu no Século XV. 3 – D. Garcia Rodrigues de Magalhães, Cónego de Braga e participante no Concílio de Constança, nomeado Bispo de Silves em 15 de Julho de 1418, donde foi transferido, a 25 de Junho de 1421, para Lamego e daqui para Viseu, em 10 de Abril de 1426, após a morte de D. João Homem. Morreu no ano de 1429. *Itinerarium XXVI* (1980), nº 108, pp. 317-373.

Transcreve, no texto e em notas, numerosos documentos inéditos dos Arquivos do Vaticano e da Torre do Tombo.

1981

* Le Fonti Francescane nei Testi Legislativi Francescani del 1400. *Lettura delle Fonti Francescane attraverso i secoli: il 1400*. 5, Pubblicazioni dell' Istituto Apostolico, Pontificia Università Antoniana, col. 6, a cura di G. Cardaropoli e M. Conti. Roma, 1981, pp. 139-262.

Trata da importância dos Capítulos como fontes legislativas e da força obrigatória das suas determinações, da instituição dos vigários na perspectiva da obediência da “Forma vitae” e das declarações pontifícias, concluindo com a questão dos estudos dos frades na perspectiva da vida pobre e em função do apostolado na legislação franciscana de 1400.

* À volta da edição do “Apparatus in Concilium Quartum Lateranense” de Mestre Vicente Hispano. *Antonianum* 56 (1981), pp. 815-831. Tem Separata.

Publicado na secção Miscellanea da revista *Antonianum* da Pontifícia Universidade Antoniana de Roma, trata-se dum texto redigido para figurar no volume editado por Antonio García y García, *Constitutiones Concilii quarti Lateranensis una cum Commentariis glossatorum* (Monumenta iuris canonici. Series A: Corpus Glossatorum 2, Città del Vaticano, Biblioteca Apostolica Vaticana, 1981) 271-384. O A. deste

apparatus sobre as Decretais de Gregório IX foi o Mestre Vicente, que quando era bispo da Guarda o escreveu, parte em Portugal e parte na Cúria pontifícia.

* Bispos de Lamego e de Viseu no Século XV. 4 – D. Luís Gonçalves do Amaral, nomeado Bispo de Lamego a 5 de Junho de 1426, transferido para Viseu no dia 25 de Setembro de 1430, participante no Concílio de Basileia desde 1433, em nome próprio e depois, a partir dos fins de 1436, como Embaixador de D. Duarte. Segue o partido do Concílio contra o papa Eugénio IV, que o depôs em Setembro de 1439 e nomeou D. Luís Coutinho Bispo de Viseu, o qual veio a tomar posse do Bispado à volta de 1442, apesar da oposição do Infante D. Pedro que envidou todos os esforços para que o Papa repusesse D. Luís do Amaral na sua Sede, mas sem o conseguir, mesmo depois da transferência de D. Luís Coutinho para a Sé de Coimbra e depois para o Arcebispado de Lisboa. *Itinerarium* XXVII (1981), nº 109, pp. 20-62.

Transcreve, no texto e em notas, numerosos documentos inéditos dos Arquivos do Vaticano e da Torre do Tombo.

* Rilievi storico-storiografico sulla vita di S. Antonio fino al suo ingresso nell'Ordine Francescano. *Antonianum* 56 (1981), pp. 547-714.

* *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. Vol. VIII (1481-1490). Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1981, pp. XI+517+6 estampas.

Colecção de que é director de parceria com o Prof. Doutor Artur Moreira de Sá e a D.ra Alice Estorninho. Fez a pesquisa, transcreveu e anotou os documentos do Archivo Segreto Vaticano de todos os documentos em latim.

1982

* *S. Antonio Canonico Regolare di S. Agostino e la sua vocazione francescana. Rilievi storico-storiografici*. Colecção "Estudos e Textos da Idade Média e Renascimento" nº 3. Edit. Franciscana, Braga, 1982, 221 pp.

Monografia de 221 pp. com gravuras, em que, depois de estudar o autor da *Legenda Assidua* e os seus informadores portugueses, foca a condição socialmente elevada dos pais de Santo António à luz de nova documentação e estabelece como mais segura a idade do santo (c. 40 anos), antecipando-se a data do seu nascimento para 1191-1192, em vez de 1195. Aborda a questão da sua qualidade de cónego regrante de Santo Agostinho, dos estudos e a cultura do santo, bem como as opiniões acerca da sua ordenação sacerdotal, terminando com um capítulo acerca dos Mártires de Marrocos e a vocação franciscana de Santo António e o seu posto de pregador e professor de teologia na história do franciscanismo nascente, sem esquecer ainda o seu carisma de taumaturgo e de escritor de Sermões. O objectivo do presente estudo teve muito em vista prospectar e salientar como factores relevantes para o estudo e a cultura de Santo António o seu relacionamento com o ambiente cultural e científico, de nível universitário dos dois mosteiros regrantes em que viveu e se formou: S. Vicente de Fora (Lisboa) e Santa Cruz (Coimbra). Graças ao reconhecimento e exame dos seus restos mortais em 1981 e conjugação dos dados resultantes do estudo crítico das legendas foi possível assentar na idade dos 17/18 anos para a sua entrada em S. Vicente (1209) e a sua transferência para Coimbra (1210/1211) e na sua ordenação, entre os 25 e 30 anos, provavelmente, em 1220, em Coimbra e antes do seu ingresso nos franciscanos.

* O autor da “Vita prima” de S. António e seus informadores portugueses. Revisão crítica das opiniões dos autores sobre a idade do Santo. *Colóquio Antoniano. Na comemoração do 750º aniversário da morte de Santo António de Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, Junho - -1982, pp. 27-48.

O autor anónimo da “Assidua”, franciscano de Itália e não da Península Ibérica, para a redacção da biografia do santo, quando em Portugal, teve a ajuda de informadores portugueses, entre outros, que Sousa Costa aponta, o Bispo D. Sueiro de Lisboa, o qual à hora da morte do santo (1231) morava em Itália, na Cúria papal, mas já tinha falecido em Portugal, à data da sua canonização, a 30 de Maio de 1232. Quanto aos diversos pontos obscuros da vida do santo em Portugal, figuram, ao lado do ano do seu nascimento, as datas da sua entrada em S. Vicente de Fora e nos franciscanos e a da sua ordenação sacerdotal. Cruzando toda a série

de dados dos biógrafos e das exigências psicológicas e cronológico-jurídicas, com as achegas do exame pericial dos seus restos mortais, julga poder atribuir a S.to António 40 anos de idade, apontando-se nesse caso 1192 como data provável do seu nascimento, e considerando consequentemente insegura a idade dada como tradicional dos 36 anos, porquanto não permite enquadrar devidamente a sua formação, a sua ordenação com as suas funções dentro da Ordem e da Escola Franciscana, de que é indiscutível precursor.

* *Monumenta Portugaliae Vaticana. III/1 – A Península Ibérica e o Cisma do Ocidente. Repercussão do Cisma na Nacionalidade Portuguesa do século XIV e XV. (Introdução aos vol. III/2 e IV de Súplicas do pontificado de Martinho V)* por António Domingues de Sousa Costa, OFM, Professor na Universidade “Antonianum” de Roma. Vol. de 874 pp. Editorial Franciscana Braga/Porto, 1982.

Contém este volume de Introdução ao III/2 e IV volumes imensa documentação inédita, quer no texto, quer em muitas centenas de extensíssimas notas.

Como o título indica, não se está apenas perante um excelente repositório documental, mas em face dum conjunto de nove importantes estudos, todos densos e alguns extensos⁶³, como é habitual no Autor. Poder-se-á informar que cada um destes capítulos atinge como média as 96 páginas. Dever-se-á contudo acrescentar que todos eles são inteiramente inovadores e referentes a um período extremamente difícil, mal conhecido e sobre o qual António Domingues de Sousa Costa, lança pontes sólidas e certamente insubstituíveis.

Aí versa sucessivamente sobre:

a) *Incerteza e neutralidade dos Reis da Península*, em face do estudo e versão dos acontecimentos relativos às eleições de dois papas antagónicos (pp. 9-169).

b) *Suspensão de D. Lourenço Vicente*, arcebispo de Braga e sua *reintegração* pelo Papa de Roma, aceite por El-Rei D. Fernando. Este foi o primeiro monarca da Península a aderir a Clemente VII, em Janeiro de 1380. (pp. 170-222).

⁶³ Se os dois mais breves se ficam pelas 20 pp., os dois mais extensos atingem as 160 e 186 pp.

c) *Influência do bispo de Lisboa*, D. Martinho Anes, Embaixador d'El Rei de Portugal ao Papa de Avinhão e a D. Carlos, Rei de França, *na decisão de D. Fernando*. O Cardeal Pedro de Luna, Embaixador na Península, e a obediência do monarca castelhano a Clemente VII, em Maio de 1381 (pp. 223-285).

d) *Retorno de El-Rei D. Fernando à obediência do Papa de Roma* em 1381 e posição favorável a Urbano VI do Conselho de Santarém de Fevereiro de 1383 (pp. 287-420).

e) *D. João I e os Bispos portugueses seguem Urbano VI*, o qual envia Núncio a Portugal, enquanto Clemente VII favorece D. João, Rei de Castela, nas pretensões ao Reino de Portugal (pp. 421-500).

f) *Bispos e Clérigos Letrados, ao serviço de El-Rei* nas Guerras e Diplomacia pela Independência de Portugal contra os cismáticos (pp. 501-522).

g) *O Cisma e as Diocese de Portugal relativamente a Castela*. Valença do Minho sede da Diocese de Tui em Portugal (pp. 523-542).

h) *As Concórdias de D. João I* com as Igrejas de Braga e Porto *e os juristas*, amigos do Rei, vindos da Universidade de Bolonha (pp. 543-687).

i) *Portugal representado nos Concílios de Pisa e de Constança por letrados* de renome, alguns vindos da Universidade de Bolonha (pp. 689-874).

No tomo 1 deste III volume fica pois recolhida toda a documentação do Vaticano provinda de Avinhão nas suas relações com Portugal, tanto na sua vertente eclesiástica como na civil. Constitui por isso o estudo histórico mais alargado, fundamentado e completo que sobre Portugal e o Cisma de Avinhão pôde ser redigido.

* *Monumenta Portugaliae Vaticana. III/2 – Súplicas do Pontificado de Martinho V (Anos 1 - 7)*. Documentos publicados com introdução e notas por António Domingues de Sousa Costa, OFM, Professor na Universidade "Antoniano" de Roma. Vol. de 592 pp. Editorial Franciscana Braga/Porto. 1982.

Contém os docs. 1-817, encontrando-se inacabado o volume, pois faltam-lhe os docs. 818-822. A sequência da série do mesmo pontificado

(docs. 823-1638) prossegue no volume IV, já há anos impresso e publicado.

* Sacerdoti Secolari dell'Assunzione di Maria, in *Dizionario degli istituti di perfezione*, 1982, col. 1900-1901

1983

* Bispos de Lamego e de Viseu no Século XV. 5 – D. João Vicente, fundador da Congregação dos Lóios, de Vilar de Frades ou de S. João Evangelista de Xabregas, nomeado Bispo de Lamego a 7 de Maio de 1431. *Itinerarium XXIX* (1983), nº 116, pp. 261-306.

Transcreve, no texto e em notas, numerosos documentos inéditos dos Arquivos Distrital de Braga, de Florença, do Vaticano e da Torre do Tombo.

* Lettura delle Fonti. Legenda Maior, capitolo IV: (Apostolatus, praedicatio). *Vita Minorum LIV* (1983), pp. 10-20.

1984

* Bispos de Lamego e de Viseu no Século XV. 6 – D. João Vicente, Bispo de Lamego, continua a superintender nos destinos da Congregação de Vilar de Frades, sem descurar o governo e reforma da Diocese até 1446, depois da transferência para Viseu a 1 de Abril de 1444. *Itinerarium XXX* (1984), nº 118, pp. 40-139.

Transcreve, no texto e em notas, numerosos documentos inéditos dos Arquivos Distrital de Braga, de Florença, do Vaticano e da Torre do Tombo.

* Bispos de Lamego e de Viseu no Século XV. 7 – D. João Vicente, transferido para a Sé de Viseu, em 1 de Abril de 1444, entra na Diocese em 1446, onde desenvolve grande actividade. Continua a superintender nos destinos dos Lóios, inclusive nas contendas com D. Fernando da

Guerra, Arcebispo de Braga, até à mudança para [a] Congregação de S. João Evangelista de Xabregas e concórdia final com o Arcebispo. *Itinerarium* XXX (1984), nº 119, pp. 213-330.

Transcreve, no texto e em notas, numerosos documentos inéditos dos Arquivos Distrital de Braga, do Vaticano e da Torre do Tombo.

* Bispos de Lamego e de Viseu no Século XV. 8 – O Curial Pontifício D. Gonçalo Anes de Óbidos sucede, em 1 de Abril de 1444, a D. João Vicente no Bispado de Lamego, de que chegou a tomar posse. Foi transferido para a Sé do Porto a 11 de Agosto de 1447. Morreu no Mosteiro de Subiaco, depois de ter resignado a Sé do Porto. *Itinerarium* XXX (1984), nº 120, pp. 394-431.

Transcreve, no texto e em notas, numerosos documentos inéditos dos Arquivos de Florença, do Vaticano e da Torre do Tombo.

* Presenza di Alessandro di Hales e Maestro Vincenzo Hispano nel concilio di Lione del 1245. *Antonianum*, LIX (1984), pp. 71-218. Roma, 1984

Com este trabalho propôs-se o A. demonstrar a inexatidão de certas afirmações do Professor Javier Ochoa Sans, Claretiano e Decano da Faculdade de Direito da Universidade Lateranense, no artigo “El glosador Vicentius Hispanus y titulos comunes ‘De foro competenti canonico’”, *Apollinaris* 55 (1982) 677-736. Nele, pretendia o exímio canonista identificar o decretalista português, professor em Bolonha Mestre Vicente Hispano, deão de Lisboa e bispo de Idanha/Guarda, conselheiro e chanceler do rei de Portugal, que esteve presente no Concílio de Lião (1245) com o cisterciense Fr. Vicente, Bispo de Saragoça, falecido em Fevereiro de 1544, antes portanto da celebração do Concílio. Fazendo o levantamento do nome de todos os bispos da Península Ibérica de 1234-1245, diocese por diocese, num texto profusamente documentado como o documentam as 1375 notas para as 148 pp. de texto, o A. pôde felicitar-se pela oportunidade que teve de retomar o assunto e assentar em conhecimentos certos e síntese definitiva, graças aos contributos dos Professores Ochoa, St. Kuttner e A. Gillmann.

1985

* Studio critico e documenti inediti sulla vita del Beato Amedeo da Silva. Nel quinto centenario della morte. *Noscere Sancta. Miscellanea in memoria di Agostino Amore, OFM* (+1982), vol. II, Col. Bibliotheca Pontificii Athenaei Antoniani, n° 25. Roma, Antonianum, Roma, 1985, pp. 101-360.

Comemorando o centenário do falecimento do Beato Amadeu da Silva, a 10 de Agosto de 1482, o presente estudo de 260 pp. é um trabalho crítico de dez capítulos. Resulta de investigação de mais de trinta anos, intensificada no respeitante a Portugal e à Ordem Franciscana a partir de 1965, com alguns elementos novos e clarificadores. Incide sobre o conhecimento dos progenitores de onze filhos, neles incluídos o Beato Amadeu e a sua irmã Santa Beatriz da Silva, fundadora das clarissas concepcionistas. São gente nobre do séc. XIV-XV, oriunda do norte de Portugal, que se foi estabelecer em Campo Maior. Aí nascido e educado o beato Amadeu quis fazer-se franciscano no Guadalupe, em Espanha e depois na Itália, onde fundou uma Congregação (dita dos Amadeítas) protegida pelo Papa Sisto IV, com um grupo de conventos observantes dependentes do Geral e dos Provinciais, e empenhados no apostolado da Evangelização e na austeridade de vida, os quais depois da sua morte proliferariam em Milão e em toda a Lombardia, sendo geralmente dedicados a Nossa Senhora. Em Apêndice, de quase cem páginas, vêm reproduzidos 87 documentos de entre 1422-1505, provenientes do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e do Arquivo do Vaticano, sendo os deste todos em latim.

* A Jurisdição quase episcopal do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra em Leiria e seus termos, reivindicada em processo judicial perante D. Álvaro Afonso, bispo de Silves e legado a latere do papa Calisto III (Homenagem ao falecido Professor Doutor Guilherme Braga da Cruz). *Itinerarium*, XXXI (1985), n° 123, pp. 427-471.

* Chiese locali e Istituti Missionari: Quale collaborazione?. *Portare Cristo all'Uomo*, II, Pontif. Università Urbaniana, Roma, 1985, pp. 441-468.

* *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. Volume IX (1491-1500), pp. XI+551+3 estampas. Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1985.

Prossegue em Roma como bolsheiro-director do grupo de investigadores e como membro da Comissão Directiva.

1986

* *Bispos de Lamego e de Viseu no século XV (Revisão crítica dos autores)*. I – (1394-1463). Col. “Estudos e Textos da Idade Média e Renascimento”, nº 4. Vol. de 8 pp.+ 94* pp. + 489 pp. Edit. Franciscana, Braga, 1986.

Recolha de oito capítulos ou estudos críticos publicados na revista *Itinerarium* entre 1980 e 1984 referentes aos Bispos D. Gonçalo Gonçalves e D. Álvaro Gonçalves, D. Álvaro Afonso, D. Garcia Rodrigues de Magalhães, D. Luís Gonçalves do Amaral e D. Luís Coutinho, D. João Vicente e a sua ligação aos Lóios e por último D. João Anes de Óbidos.

Transcreve, no texto e em notas, numerosos documentos inéditos dos Arquivos Distrital de Braga, de Florença, do Vaticano e da Torre do Tombo.

1987

* *Bispos de Lamego e de Viseu no Século XV*. 9 – D. João da Costa, natural de Viseu, Arcediago de Barroso, Cubiculário do Papa, nomeado Bispo de Lamego a 18 de Agosto de 1463, depois de resignar a Sé de Lamego, e a ser designado como Bispo na Igreja universal. Morreu em 1473. Sucedeu-lhe como Prior um Cardeal e, a seguir, o Bispo de Coimbra D. João Galvão. Não foi ele o sucessor de D. João Vicente no Bispado de Viseu, mas sim D. João Gomes de Abreu, Arcediago do Couto na Igreja de Braga. *Itinerarium* XXXIII (1987), nº 127/128, pp. 105-234.

Transcreve, no texto e em notas, numerosos documentos inéditos dos Arquivos do Vaticano e da Torre do Tombo.

* Concílio Provincial de Compostela, realizado em 1292, com a participação de Bispos Portugueses, e a data do efectuado no tempo do Arcebispo D. João Arias (No ambiente das Concordatas de El-Rei D. Dinis). *Itinerarium* XXXIII (1987), pp. 393-470.

* Estudos superiores e universitários em Portugal no reinado de D. João II. *Biblos* LXIII (1987), pp. 253-334.

Fala não apenas do início do Humanismo em Portugal e de humanistas do tempo de D. João II, mas também de estudantes e professores da Universidade de Lisboa, sobretudo entre 1474-1496, sem se esquecer de estudantes estrangeiros entre 1481-1497. Preocupa-se ainda com apontar estudantes e professores portugueses no período de 1474-1896, em Paris, Salamanca, Valhadolide, Roma, Bolonha, Sena, Pisa, Florença, Pádua, Perusa, Pavia e Ferrara, acrescentando um outro conjunto de nomes de estudantes e graduados portugueses de entre 1480-1495 cujo exacto local de estudo se desconhece (pp. 299-322). Merecem-lhe ainda referência os casos de colacção de graus fora das Universidades frequentadas, graças a indulto, bem assim como a obtenção de faculdades para os eclesiásticos poderem estudar ou ensinar direito civil.

1988

* Bispos de Lamego e de Viseu no Século XV. 10 – O Franciscano observante D. Rodrigo de Noronha, nomeado prior de Santa Cruz de Coimbra em 7 de Novembro de 1459 e Bispo de Lamego a 22 de Agosto de 1463, consaguíneo, Conselheiro e Capelão-mor de D. Afonso V, não era filho do Arcebispo de Lisboa D. Pedro de Noronha, mas talvez do 2º Conde de Vila Real e capitão de Ceuta D. Fernando de Noronha. *Itinerarium* XXXIV (1988), nº 131, pp. 232-273.

Transcreve, no texto e em notas, documentação inédita dos Arquivos do Vaticano e da Torre do Tombo.

* Due “sermones” sui Concili Ecumenici dei teologi portoghesi del secolo XV: Fra Andrea Dias e Fra Andrea do Prado (franciscano observante falecido em 1450), in *Proceedings of the Seventh International*

Congress of Medieval Canon Law. Cambridge, 23-27 July 1984. Edited by P. Lineham. (Monumenta Iuris Canonici. Series C: Subsidia, Vol. 8) Città del Vaticano, Biblioteca Vaticana, 1988, pp. 385-403.

Trata-se do estudo de dois sermões, sendo um sermão pregado ao clero e autoridades civis, diante do papa Martinho V, em 1423, pelo beneditino D. Fr. André Dias de Escobar, autor de várias obras teológico-canonísticas e bispo que foi de Ciudad Rodrigo, Ajaccio e Megara. Está-se perante um longo e erudito sermão de índole teológico-jurídica sobre a reforma da Igreja em geral e em cada uma das suas instâncias e que se coloca na linha do conciliarismo. O outro, elaborado num plano mais patristico-teológico e doutrinal, em referência ao mistério da Trindade e do Verbo encarnado, é de Mestre Fr. André do Prado, franciscano da Província de Portugal. Foi proferido no Concílio de Basileia para apontar quais as qualidades dos pastores da Igreja (ele lembra, por ex., que o bispo deveria ser simultaneamente rico e pobre e que os bens da Igreja constituem o património dos pobres!) e para exortar os membros do Concílio a promover a reforma das dioceses, augurando um clero sensato, douto e conhecedor da Escritura, pobre e generoso na administração e dispensa de bens aos indigentes.

1989

* Bispos de Lamego e de Viseu no Século XV. 11 – O Bispo de Lamego D. Rodrigo de Noronha, Conselheiro e Capelão-mor de El-Rei, Regente da Casa da Suplicação e Protector da Universidade de Lisboa pelo soberano D. Afonso V, é ajudado na administração diocesana pelos Vigários-Gerais e pelo Bispo de Tânger D. Nuno Álvares, que fora Abade de Santa Maria de Aguiar e Prior de S. Vicente de Fora de Lisboa. Sucedeu-lhe em 24 de Setembro de 1477 D. Martinho Peres, Curial pontifício e Bispo eleito de Ceuta, que morreu nos fins de Junho de 1478, sem tomar posse da Diocese, e nunca foi nomeado Bispo do Porto. O sucessor D. Gomes de Miranda foi nomeado não em 1477, mas sim a 7 de Junho de 1479. *Itinerarium* XXXV (1989), nº 133/134, pp. 124-287.

Transcreve, no texto e em notas, numerosos documentos inéditos dos Arquivos do Vaticano e da Torre do Tombo.

* Bispos de Lamego e de Viseu no Século XV. 12 – O Espanhol e partidário da Política portuguesa D. Gomes de Miranda é nomeado Bispo de Lamego a 7 de Junho de 1479 por influência de D. Afonso V. Sendo Conselheiro régio, acompanhou a Corte, sobretudo no reinado de D. João II, sem descurar o Governo da Diocese. Morreu no dia 21 de Fevereiro de 1492. Candidatura do Cardeal de Santa Anastásia Antoniotto Palavicini, famoso e influente prelado da Cúria Papal. *Itinerarium* XXXV (1989), n.º 135, pp. 336-369.

Transcreve, no texto e em notas, numerosos documentos inéditos dos Arquivos do Vaticano e da Torre do Tombo.

* D. João Afonso de Azambuja, Cortesão, Bispo, Arcebispo, Cardeal e Fundador do Convento das Dominicanas do Salvador de Lisboa. Actas do III Encontro sobre História Dominicana, tomo II. *Arquivo Histórico Dominicano Português*, vol. IV/2 (Porto, 1989), pp. 1-150.

Além da documentação em português e latim apresentada no Texto e em notas, inclui, em Apêndice, a pp. 126 ss., Constituições de D. João Afonso de Azambuja de 1396 para as Dominicanas do Salvador de Lisboa e Constituições Sinodais de 1404 para a Arquidiocese de Lisboa.

* Aproximação da espiritualidade de Santa Beatriz da Silva e seu irmão Beato Amadeu com os Frades do Santo Evangelho e Capuchos, evangelizadores da África, América e Índia. *Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e sua época*, vol. V, Universidade do Porto/ Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989, pp. 159-341.

Separata (Porto, 1989), 183 pp.

O objectivo desta comunicação “é o de apresentar documentação original do Arquivo do Vaticano e outros arquivos a completar e até corrigir os dados fornecidos pelos cronistas portugueses e estrangeiros, no que se refere aos dois santos portugueses e a estes movimentos espirituais de Espanha e Portugal que, a par dos chamados Franciscanos Observantes, evangelizaram grande parte da América, a começar pelo Brasil e Índia Oriental, cujo centro de irradiação era Goa”⁶⁴.

⁶⁴ Cf. Resumos das Comunicações ao Congresso de Bartolomeu Dias, p. 3.

Descreve o ambiente de franciscanismo que, no século XV, se vivia nas cortes peninsulares, causador da reforma dos capuchos (nunca confundir com capuchinhos!) em Espanha e nos domínios do Duque de Bragança em Portugal. Deu origem à fundação no Continente, África, Brasil e Índias, entre 1500-1700 a cerca de cem conventos dedicados a S.to António e a N. Senhora. Os portugueses Beato Amadeu e sua irmã S.ta Beatriz da Silva surgem ligados a este movimento e mesmo à Expansão portuguesa em África, fundando esta as franciscanas concepcionistas, desde 1511, com Regra própria de 12 capítulos semelhante às dos Frades Menores e aquele a Congregação dos franciscanos amadeítas integrados em conventos reunidos em Custódias. Além destas, fala o A. com grande realce na figura de Fr. João do Guadalupe, pela importância que o movimento capucho ou dos frades do Santo Evangelho vai ter em Portugal a partir de N. Senhora da Piedade de Vila Viçosa, antes de 1503, com o patrocínio de D. Jaime, Duque de Bragança e sobrinho de D. Manuel. Os conventos desta reforma ficariam em Portugal integrados na Província da Piedade, desmembrando-se depois de meados do séc. XVII os seus conventos do Norte noutra nova Província dita da Soledade. Termina o estudo com uma curta resenha de frades capuchos evangelizadores daquelas terras ultramarinas, reunindo ainda de pp. 205-341, um conjunto de 54 documentos em latim provenientes do Arquivo Secr. do Vaticano, de datas compreendidas entre 1489-1514.

1990

* Bispos de Lamego e de Viseu no Século XV. 13 – João Gomes de Abreu, Cubiculário pontifício e Arcebispo do Couto, nomeado Bispo de Viseu em 3 de Agosto de 1464. Faleceu em 1482 e não se deve confundir com D. João da Costa, resignatário de Lamego. Sucedeu-lhe o Capelão-mor de D. João II, D. Fernando Gonçalves de Miranda no mesmo ano, a 22 de Maio de 1482, falecido nos fins de Abril de 1505. *Itinerarium* XXXVI (1990), nº 136/137, pp. 169-296.

Transcreve, no texto e em notas, numerosos documentos inéditos dos Arquivos do Vaticano e da Torre do Tombo.

* Bispos de Lamego e de Viseu no Século XV. 14 – O nobre D. Fernando Coutinho, Prior de Guimarães, estudante de ambos os Direitos

na Universidade de Pisa, doutorado em Sena e Embaixador régio junto do Papa Alexandre VI, nomeado Bispo de Lamego em 20 de Março de 1493. Foi transferido para Silves em 24 de Janeiro de 1502, trocando o Bispado com D. João Álvares. *Itinerarium* XXXVI (1990), nº 138, pp. 357-478.

Transcreve, no texto e em notas, numerosos documentos inéditos dos Arquivos do Vaticano e da Torre do Tombo.

* “*Alcaides-Mores de Campo Maior no século XV*”. Comunicação apresentada no dia 25 de Setembro de 1987 no Encontro de História regional e local do distrito de Portalegre, realizado entre os dias 24-27 desse mês e ano. Publicado no volume policopiado *Actas do 1º Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre 24 a 27 de Setembro de 1987*. Centro de Recursos e Animação Pedagógica (C.R.A.P.) da Escola Superior de Educação de Portalegre, Portalegre, 1990, pp. 233-248.

Baseado em investigação própria e de outros, o Autor identifica e elenca os diversos Alcaides-Mores de Campo Maior do séc. XV, à excepção do 1º, todos eles pertencentes à família nobre dos Gomes da Silva-Meneses. Entre estes figura Rui Gomes da Silva, conselheiro del-Rei D. Duarte e D. Afonso V e pai de S.ta Beatriz da Silva, fundadora da Ordem da Conceição e do Beato Amadeu (ou João, em nome de baptismo) da Silva e Meneses, personagem marcante do movimento religioso de Itália na 2ª metade do séc. XV. O presente trabalho abre importantes perspectivas para o estudo sobre a pátria nativa dos santos irmãos e que é a alentejana vila de Campo Maior.

* D. Frei Telo, Arcebispo-primaz, e as concordatas de D. Dinis. *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, Universidade Católica Portuguesa/ Faculdade de Teologia - Braga/ Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, Braga, 1990, pp. 283-316.

A propósito da celebração do Congresso Internacional comemorativo do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga, quis o A. aprofundar a acção do arcebispo D. Frei Telo, um dos principais artífices das nego-

ciações para as concordatas de D. Dinis, realizadas em Roma em 1289, havia portanto, justamente sete séculos. Frei Telo era em 1278 provincial dos Franciscanos de Castela e foi nomeado arcebispo com o objectivo de tentar resolver as questões entre a Coroa, o clero português e a Santa Sé. Foi sagrado pelo papa e em Dezembro de 1279 estava em Roma, onde instituiu Afonso Soeiro prior da Colegiada de Guimarães, e em princípios de 1281, em Braga podendo preparar e celebrar sínodo em Dezembro desse ano. Evoca ainda o A. o facto de em 1288 se pensar em Portugal muito a sério na criação em Lisboa da Universidade Portuguesa, sendo esta paga com parte das rendas das igrejas do padroado régio. Mas esta só em 1290 se poderia criar.

* Cristóvão Colombo e o cónego de Lisboa Fernando Martins de Reriz, destinatário da carta de Paulo Toscanelli sobre os descobrimentos marítimos. *Antonianum* LXV (1990), pp. 187-276.

Constituiu o presente texto matéria da conferência proferida na Academia Portuguesa da História em 1986, ano em nela ingressou como membro correspondente.

Depois de rebater afirmações recentes que pretendiam pôr em causa a origem genovesa de Colombo, o A. trata da devoção do Almirante por Nossa Senhora e S. Francisco e do seu relacionamento com os franciscanos. Como se sabe, estes tomaram parte em suas expedições ao novo Mundo das Índias e por ele nutriram uma admiração que os levou, sobretudo em Itália e não só, a propô-lo nos fins do séc. XIX a um processo de beatificação. Penetrando nos meandros deste relacionamento e falando da Instituição do Comissariado Franciscano nas Ilhas Ocidentais e diligências para a erecção nelas de bispados em 1504-1505, com apoio na documentação pontifícia, acompanha várias etapas da sua vida, até 1523, ano do seu testamento. E depois de evocar as pretensões de denegrir a sua pessoa e o seus projectos e estudos e experiências de marítimo em Portugal, onde se casa, identifica o destinatário da carta de Toscanelli, o cónego de Lisboa, Fernando Martins de Reriz, Mestre em Artes e Medicina, bacharel em Teologia e homem relacionado com os sábios do seu tempo e estuda a relação deste com Colombo, o qual copiaria a dita carta, de 25 de Junho de 1474, em Portugal em período posterior a 1496, mostrando que o cónego português como propulsor dos grandes feitos dos descobrimentos marítimos.

* Portugueses no Colégio de S. Clemente e Universidade de Bolonha durante o século XV. *Studia Albornotiana* LVI, (Publicaciones del Real Colegio de España, Bolonia, 1990, em dois volumes). Volume I, pp. 1-670; volume II, pp. 671-1404.

A presente obra retoma até à p. 217, nota 667 o texto publicado em 1973 no vol. XIII da *Studia Albornotiana*, Publicações do Real Colégio de Espanha, o qual termina com a indicação que (*continua*). Efectivamente a continuação, vêmo-la a partir da p. 217 do presente título, em cuja sequência nos deparamos com mais quinze capítulos referentes a outros tantos Mestres portugueses de Bolonha. Por questão de certa utilidade convirá mencionar o elencode todos os que vêm realçados em título desde o princípio da obra. São: D. Fernando de Portugal, Gomes Pais, André Anes, João de Portugal ou João Esteves, Gil Martins de Portugal, Frei André do Prado e Pedro Álvares, Luís Anes, João Pereira de Portugal, Jacobus de Portugal, Antão Martins de Lisboa, João Afonso, Lobato da Guarda, Pedro de Sousa, Jacobo ou Diogo Gonçalves Botafogo, Fernando Afonso de Trancoso, Pedro de Mendonça de Portugal, Nuno de Coimbra de Portugal, Pedro Faleiro, João Cardoso de Portugal, Francisco Cardoso de Portugal e outros, Jorge Cotão de Setúbal, Fernando Gonçalves Beleágua, Gonçalo Vasques da Cunha e outros, D. Fernando Pires da Guerra e outros, Lopo Afonso de Portugal e outros, João Anes e João Esteves e outros, Álvaro Martins e outros, João Rodrigues e outros, João Pereira e outros, Álvaro Gonçalves e outros, Fr. Afonso de Alprão e outros freis, João Rodrigues Galvão e outros; ainda Diogo Botafogo e outros, João Álvares e mais outros. Embora o título seja extensivo a todo o século XV, há numerosas lacunas sobretudo no período que vai de 1415-1455, naturalmente por ausência de documentação. Adverte o Autor: “pode acontecer, portanto, que a descoberta de nova documentação nos venha a proporcionar novos elementos”.

O apêndice documental ocupa as pp. 837-1178, com mais de 184 documentos em latim de entre 1420-1504, provenientes de diversos arquivos, além do Vaticano. Os índices de nomes e matérias (localidades, instituições, títulos, funções, etc.) ocupam as pp. 1213-1393 e são felizmente muito ricos nas suas 186 pp. de extensão.

* Identificação do autor da “Summa Dictaminis” do século XIII e sua provável datação. *Euntes Docete*, XLIII (1990), pp. 191-229.

1991

* *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. Volume X (1501-1510), pp. XX+629+8 estampas em papel couché. Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1985.

Introdução de Francisco J. da Gama Caeiro, a pp. VII-XX.

Prossegue em Roma como bolsheiro-director do grupo de investigadores e como membro da Comissão Directiva, agora constituída por Prof. Doutor Francisco da Gama Caeiro (Coordenador), D.ra Alice Estorninho, P.º Doutor António Domingues de Sousa Costa e Dr. Miguel Pinto de Meneses.

* Considerações à volta da fundação da Universidade portuguesa no dia 1 de Março de 1290. Universidade(s). História, Memória, Perspectivas. *Actas do VII Congresso História da Universidade*, I, Coimbra, 1991, pp. 71-82.

1992

* *I Codici del Collegio di Spagna di Bologna*. Colecção "Orbis Academicus. Saggi e Documenti di Storia delle Università" raccolti da Domenico Maffei, nº 5. Vários Autores. Vol. de pp. XLIII+1092, Giuffrè Editore, Milano, 1992.

Obra colectiva publicada sob os auspícios da Comissão Internacional para a História da Universidade, parcialmente financiada pelo Conselho Nacional de Investigação e pelo Ministério da Instrução Pública de Itália. Resultou dum trabalho que contou com o nome de estudiosos como D. Maffei, Ennio Cortese, A. García y García, Celestino Piana, Guido Rossi (falecidos os dois últimos) e de mais sete investigadores, entre os quais A. Domingues de Sousa Costa. Tiveram todos o memorável privilégio de estudar e catalogar os manuscritos "do mais antigo Colégio da Europa Continental" (p. VII), tendo Sousa Costa de, além da sua quota-parte, assumir o trabalho de Rossi (R) entretanto falecido (27 de Set. de 1986). Daí surgir o seu nome (S) associado também ao daquele (RS) no elenco descritivo dos cimélios jurídicos nº 43, 70-71, 74, 79, 87, 100, 109-110, 114, 117-118, 121, 191-192, 216, 218-221, 226-228, 247-254,

256-257, 273, num total de 33 (cf. pp. XIV-XV). O tamanho de cada descrição varia de uma para outra, havendo-as de apenas uma página, como a do nº 43 e de 49 ou mais páginas, como a do nº 70. A busca e associação de títulos e livros jurídicos é uma inovação em obras especializadas de catalogação e resulta indubitavelmente do alto saber e competência de AA. como A. D. de Sousa Costa.

1993

* *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. Volume XI (1511-1520). Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Lisboa, 1993. Vol. de pp. XVI+939+6 estampas.

Na Introdução (pp. IX-XVI) a este volume exarou o seu coordenador, Francisco da Gama Caeiro, as seguintes palavras:

“A contribuição principal, por assim dizer decisiva, que tornou possível este *corpus* documental, pertence ao investigador – notável entre os maiores de todos os tempos –, Rev.^{mo} Padre Doutor António Domingues de Sousa Costa, O.F.M., Professor da Universidade Urbaniana e do Pontifício Ateneu “Antonianum”, que em Roma prossegue sistematicamente a pesquisa em curso. À sua superior competência se devem, com efeito, a edição dos textos latinos e a correspondente anotação deste volume. A outorga pela Universidade de Lisboa, em 25 de Novembro de 1992, do seu mais alto galardão, concedendo ao eminente investigador, em razão do mérito de suas pesquisas sobre a história da Universidade de Lisboa e da Cultura portuguesas, as insígnias de doutor *honoris causa*, corrobora, de modo oficial e solene, o reconhecimento público que pela comunidade científica lhe é devido.” (p. XV).

* *O mosteiro de S. Salvador da Vila de Grijó (Vila Nova de Gaia)*. Edição: Fábrica da Igreja Paroquial de Grijó, 1993.

Trata-se de uma importante monografia ilustrada de 343 pp. dividida em duas partes, comportando a I parte quinze capítulos e a II, um conjunto de 21 capítulos, vários dos quais com diversos apartados. Na I parte, mais histórica aborda a fundação e origens do mosteiro e seus coutos, a sua filiação nos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, os seus

cónegos mais destacados, as doações e protecções régias, as suas propriedades ao longo dos séculos, as comedorias e aposentadorias, os seus priores, as reedificações das suas capelas e os reflexos da Jacobeia nalguns dos seus cónegos durante os séculos XVII e XVIII. A II parte convidamos a fazer uma visita ao monumento (nacional desde 1938), revelando-nos o conjunto monumental e cada uma das suas partes, encaradas nas suas riquezas e pormenores: igreja, sacristia, claustro, capelas laterais, coro, dormitório, com as respectivas imagens e talhas, sem esquecer os donos e hóspedes da quinta do mosteiro e muito menos as paisagens e figuras grijoenses dos romances de Júlio Dinis, designadamente *As Pupilas do Senhor Reitor*, *A Morgadinha dos Canaviais* e *Fidalgos da Casa Mourisca*, cujas figuras principais o A. estudou e identificou, tendo recolhido muita outra documentação para um estudo ainda mais aprofundado sobre este tema, mas deixado inacabado.

1995

* *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. Volume XII (1521-1525). Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Lisboa, 1995. Vol. de pp. LXXVII +715+ 6 estampas.

Após o falecimento inesperado do Prof. Doutor Francisco da Gama Caeiro, em 19 de Setembro de 1994, a cuja memória rende as suas mais sinceras homenagens (pp. X-XI), assumiu em sua vez o cargo de coordenador científico do *Chartularium*, redigindo já a Introdução (pp. IX-LXVII) do presente volume.

1999

* *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. Volume XIII (1526-1529). Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa, 1999. Vol. de pp. LXXXVII+691+6 estampas.

Na Introdução, a p. V, figura a Comissão Directiva: D.ra Alice Estorninho, P.^e Doutor António Domingues de Sousa Costa, OFM, Dr. Miguel Pinto de Meneses. A introdução (VII-LXXXVII) é da autoria de

Sousa Costa, Decano da Faculdade de Direito Canónico da Universidade Urbaniana de Roma e datada de 31 de Agosto de 1998.

2001

* *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. Volume XIV (1530-1532). Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa, 2001. Vol. de pp. LXXVI+759+7 estampas.

Introdução de IX-LXXXVI da autoria de António Domingues de Sousa Costa. Na página V vêm nomeados os membros da Comissão Directiva: Além da Dra. D. Alice Estorninho, surge M. Pinto Meneses como coordenador executivo e A. D. de Sousa Costa a “coordenador científico”, e pela primeira vez sem indicação de cargos académicos, em virtude da sua aposentação entretanto ocorrida, no final do ano lectivo de 1998-1999. Na Introdução agradece este em nome daquela Comissão “a Sua Excelência Reverendíssima D. Luigio De Magistris, mui digno Regente do Ofício da Sagrada Penitenciaria Apostólica, por nos ter permitido enriquecer o presente volume com documentos relevantes do Tribunal desta veneranda instituição eclesiástica, referentes ou de qualquer modo relacionados com a Universidade de Lisboa ou figuras emergentes do Estudo Geral Português”⁶⁵.

2002

* Os Arquivos Vaticano e Distrital de Braga na vida portuguesa da Idade Média e Renascimento. *Itinerarium*, XLVIII (2002), pp. 243-256.

Conferência proferida no Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho, a 23 de Abril de 1987.

Texto que não foi então publicado, como prometido, por ter andado extraviado, mas que ficou resumido no *Diário do Minho* do dia 25, Sábado⁶⁶. O A. deixou o presente texto redigido sob forma coloquial,

⁶⁵ *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. Volume XIV, p. LXXVI.

⁶⁶ Cf. *Diário do Minho*, Sábado, 25 de Abril de 1987, sob a epígrafe *Arquivos do Vaticano e de Braga* foram tema de Conferência.

“*Os Arquivos Vaticano e Distrital de Braga na vida portuguesa da Idade Média e Renascimento*”

Sobre este tema proferiu Sousa Costa uma conferência promovida pelo Arquivo Distrital de Braga/ Universidade do Minho, que teve lugar no dia 23 de Abril de 1987, quinta-feira à noite.

Começou por referir como em países da Europa não se pode fazer história com rigor, sem recurso à documentação do Arquivo do Vaticano, tal a sua importância.

Sucedem porém que muita dela já não se encontra naquele Arquivo e, no que a Portugal se refere, torna-se imprescindível proceder a pesquisas em Arquivos portugueses, começando-se pelo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) e pelo Arquivo Distrital de Braga (ADB).

Após uma série de informações técnicas relativas ao Arquivo do Vaticano, designadamente acerca do famoso *Schedario* (ficheiro) de Garampi, instrumento básico, e fundos como os *Registra Lateranensia*, *Registra Avenionensia*, *Registra Vaticana*, *Registra Supplicationum* (este o mais importante sob o ponto de vista histórico) e outros como o *Arquivo de Santo Anjo*, *Dicastérios Romanos e Famílias nobres*, apontou elementos a ser tidos em conta pelo investigador que se ocupe de Portugal desde o início da Nacionalidade até 1600.

Mostrou de seguida, e através de numerosos factos, quanto andam entrelaçados os Arquivos de Braga e do Vaticano, num serviço que o investigador deve assumir como de mútua complementaridade. Nomeadamente em matérias atinentes:

- às relações dos Reis da primeira e da segunda Dinastias com a Santa Sé;
- ao reconhecimento da Nacionalidade portuguesa;
- à Reconquista cristã;
- aos diferendos ou contendas de D. Afonso II e D. Sancho II, com suas irmãs e com o clero;
- à busca de solução, mediante o recurso a concordatas;
- à expansão ultramarina;
- à identificação de tantos portugueses ilustres mestres em Universidades estrangeiras, designadamente italianas;
- ao lançamento da Universidade Portuguesa, os honorários (proventos) dos professores, a aprovação dos graus académicos, as regalias dos estudantes, para o efeito, tornados *clérigos*;
- aos matrimónios de reis e nobres de Portugal com destaque para D. Pedro;
- à dispensa dos votos do Mestre de Avis e de tantos mais;
- à crise da Nacionalidade (D. Fernando - D. João I), coincidente com a crise da Igreja (Cisma do Ocidente);
- à diplomacia, à acção das Ordens militares e ao tratado com a Inglaterra;
- à participação dos embaixadores portugueses nos Concílios (principalmente os de Pisa, Constança, Basileia, Ferrara e Florença), atestando a ciência e prestígio internacional desses portugueses;
- aos descobrimentos portugueses, resultantes de largos conhecimentos técnico-científicos dos homens do Infante.

Eis uma listagem de factos da vida dos portugueses da Idade Média e Renascimento, cujo estudo e aprofundamento só será possível, mediante recurso a documentação dos supracitados Arquivos.

evitando propositadamente sobrecarregá-lo com aparato técnico e erudito, muito próprio dos escritos deste tipo.

Colaboração em Dicionários

Por uma questão de visão de conjunto, seja-nos permitida a seguinte repetição:

Dicionário de História de Portugal, dirigido por Joel Serrão, Inicativas Editoriais, volumes I-IV (Lisboa, 1963-1971):

Cânones (ensino de), in vol. I, (1963), pp. 458-460

Cardeal. Conste embora da sua lista, e do Índice dos colaboradores da obra, vol. IV, p. 538, não entrou.

Carmelitas. Conste embora da sua lista, não entrou, nem em lugar próprio, nem em frades, freiras, religioso(a)s, mendicantes, nem na Addenda.

Clérigo, in vol. I, (1963), p. 590

Colegiadas, in vol. I, (1963), pp. 613-614

Concílio, in vol. I, (1963), pp. 654-656

Concordata, in vol. I, (1963), pp. 657-659

Cónego, in vol. I, (1963), pp. 662-663

Cónegos regrantes de Santo Agostinho, in vol. I, (1963), pp. 663-665

Cónegos de Santo Antão, in vol. I, (1963), p. 665

Cónegos do Santo Sepulcro, in vol. I, (1963), pp. 665-666

Deão, in vol. I, (1963), pp. 783-784

Deus, João de. Conste embora da sua lista, e do Índice dos colaboradores da obra, vol. IV, p. 538, este artigo não entrou.

Ao terminar observou ainda que embora em Portugal se afirme que o *humanismo* começou no final do séc. XV, a documentação vaticana contraria semelhante tese, porquanto mostra que já no início daquele século eram vários os portugueses, que, através das suas actividades literárias, se inseriam naquele movimento renascentista. Por exemplo, os Doutores Gil Martins, Vasco Rodrigues e seu irmão Afonso Rodrigues, Vasco Fernandes de Lucena e outros que figuram na primeira metade do século.

Contrariamente à informação que, na ocasião, demos em resumo-notícia para a imprensa, feita com base no original do conferencista, de que o texto seria editado, devemos agora declarar que semelhante texto não chegou a ser divulgado, uma vez que andou extraviado entre os maços de papéis do Autor. Só recentemente tivemos o prazer de o poder ver reencontrado.

Direito canónico, in vol. I, (1963), pp. 831-834

Dominicanos, in vol. I, (1963), pp. 848-849

Emparedadas, in vol. II, (1965), p. 30

Escolas episcopais e paroquiais, in vol. II, (1965), pp. 74-76

Interdito, in vol. II, (1965), pp. 560-562

Jerónimos, in vol. II, (1965), pp. 586-587

Lóios, in vol. II, (1965), pp. 798-800

Padroado do Oriente, in vol. III, (1968), pp. 272-275

Pais, Álvaro, in vol. III, (1968), pp. 278-279

Patriarcado de Lisboa, in vol. III, (1968), pp. 316-318

Santa Sé, Portugal e a, in vol. III, (1968), pp. 757-763

Trinitários, vol. IV, (1971), p. 214.

No *The New Catholic Encyclopedia*, Washington:

John de Deo, Washington, 1965

Canon law, History of. 5. The Corpus Iuris Canonici to the Council of Trent, Washington, 1966.

No *Dicionário de História da Igreja em Portugal*

Álvares, João, I, Lisboa, 1979, pp. 162-164.

No *Dizionario degli istituti di perfezione*, 1982

Sacerdoti Secolari dell'Assunzione di Maria, col. 1900-1901

No prelo

Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537). Volume XV (1533-1537). Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa, 2003. Vol. de XVI+779 pp.+6 estampas. Impresso com data de 2003, para ser distribuído no ano seguinte. Recebêmo-lo em Maio de 2004.

Um Lírio Quatrocentista Português. Santa Beatriz da Silva, Fundadora da Ordem da Imaculada Conceição - 1427-1492, Campo Maior, 2003...

Deixou manuscrita e pronta para publicação, inteiramente confiada aos cuidados do *Senhor Dr. José Félix da Silva* esta importante monografia, cujo sumário consta dos seguintes itens:

- 1) Ao Leitor Probo.
- 2) Cap. I: Santa Beatriz da Silva e seus irmãos descendem do monarca D. Sancho I, segundo rei de Portugal, e dos fundadores do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde e com ligação ao Mosteiro de São Salvador de Grijó (concelho de Vila Nova de Gaia).
- 3) Cap. II: Santa Beatriz da Silva nasceu em Campo Maior nos primeiros meses de 1427 e aí foi educada, mas não em Ceuta.
- 4) Cap. III: Portugueses ilustres, consanguíneos de Santa Beatriz da Silva.
- 5) Cap. IV: Recordações portuguesas em Ceuta durante o governo do avô de Santa Beatriz da Silva, D. Pedro de Meneses, governador e capitão da cidade e consanguíneos.
- 6) Cap. V: Santa Beatriz da Silva, Dama ou Donzela da Corte portuguesa em Évora e Beja, respira a crença e devoção à Imaculada Conceição de Nossa Senhora.
- 7) Cap. VI: Presença de Beatriz da Silva a impressionar os cortesãos e o próprio rei de Castela pela sua beleza e virtudes. Evitando as atenções indiscretas dos nobres e perseguida pela rainha ciumenta, procura o

remanso de S. Domingos el Real, de Toledo, onde vive durante cerca de trinta anos, qual monja entre as Dominicanas.

8) Cap. VII: Santa Beatriz passa aos palácios de Galiana de Toledo da rainha católica Dona Isabel, rainha de Espanha, e funda aí a Ordem Franciscana da Imaculada Conceição.

9) Cap. VIII: Profissão da Regra com o conteúdo das Súplicas da Bula “Inter Universa”, pela Santa à hora do falecimento, e de suas companheiras, entre elas, as sobrinhas Filipa da Silva e Eufrásia de Meneses, convencidas de professarem uma Regra franciscana.

10) Cap. IX: Progresso da Ordem da Conceição, durante o governo da abadessa Filipa da Silva, sobrinha da Santa.

11) Cap. X: Divergências e problemas no Mosteiro da Conceição de Toledo e trânsito das monjas para o convento de São Francisco dos Frades Menores da Observância, sendo tratadas por religiosas de São Francisco.

12) Cap. XI: Itinerário emaranhado de atalhos com pouca ou sem luz até à Regra própria dos doze capítulos, ou da Conceição, semelhante à de São Francisco e de Santa Clara, aprovada pelo Papa Júlio II com o nome de Senhora da Conceição (1511).

13) Cap. XII: O convento de Santo António de Campo Maior dos capuchos portugueses, alguns deles pertencentes à família de Santa Beatriz, torna-se mosteiro de Franciscanas Concepcionistas de Campo Maior, berço e escola da Santa.

14) Cap. XIII: Principais e mais antigos Mosteiros de Franciscanas Concepcionistas em Portugal até ao tempo da República.

15) Cap. XIV: Os Padres Marianos Polacos da Imaculada Conceição de Balsamão e a sua agregação à Ordem Fundada por Santa Beatriz da Silva, dotada de Regra própria da Conceição ou dos doze capítulos, à semelhança das dos Frades Menores e de Santa Clara.

16) Cap. XV: Congregação portuguesa de direito pontifício das Concepcionistas ao Serviço dos Pobres (Obra de quatro almas franciscanas do século XX).

“AO LEITOR PROBO

O presente contributo de análise histórico-crítica não tem qualquer pretensão de solucionar definitivamente a questão levantada, há alguns anos em Espanha, entre vários religiosos a respeito da Ordem da Puríssima ou Imaculada Conceição, fundada no Reino de Castela por Santa Beatriz da Silva, nobre portuguesa do século XV.

Não foi sem motivo termos intitulado este nosso estudo *Um Lírio quatrocentista português – Santa Beatriz da Silva, fundadora da Ordem da Imaculada Conceição (1427 - 1492)*. E o facto, que ainda perdura com projecção mundial e em que entrou a rainha Dona Isabel, a Católica, com a intervenção de ilustres nobres da família da Santa, ao serviço da corte de Castela junto do papa, não deixa de patentear a sua importância!”...

E destinado ao *Archivum Franciscanum Historicum* redigiu por ocasião da sua última ida a Roma em Out./Nov. de 2002, um artigo acerca do “evidente franciscanismo das fundações dos mosteiros da Imaculada Conceição em Espanha no início do século XVI”, como resultado do seu derradeiro trabalho de investigação consagrado a Santa Beatriz da Silva.

Redigiu ainda e tem prontas para publicação as seguintes entradas, que publicaremos brevemente:

Bulário Português
Bulas de Subsídio
Bulas Pontifícias e Expansão Portuguesa
Concílios Particulares Portugueses

Em preparação

Artigo para o *Itinerarium* em italiano com dedicatória, a um confrade italiano.

Beato Amadeu?

Culto a Santo Antonio in Portogallo e Italia nei documenti pontifici del Quattrocento e inizio del cinquecento (no prelo) (anunciado a p. 786 do Chart. XI 1993).

Julio Dinis em Grijó. Tinha recolhida muita documentação destinada a identificar os personagens das Pupilas, nomeadamente o João Semana e o Senhor Reitor, este antes frade egresso da Província Franciscana da Soledade, com o nome de Frei José Inácio da Silva Coelho Carreira, nascido no lugar da Póvoa, freguesia de Grijó, professo no convento de Azurara, o qual aparece como testemunha em registo paroquial de 13 de Dezembro de 1844.

Summa super Quatuor Causis Decretalium do Canonista português João de Deus a publicar em apêndice á *Summa super Decretum* do jurista Huguccio de Pisa.

Bulário de João XXI (1276-1277) Obra praticamente completa, faltando transcrever apenas três Bulas (Itália, França e Inglaterra).

Summula super decimis anunciada no artigo da *Revista Portuguesa de História* XII, p. 297.

E o projecto do *Episcopologio português dos séculos XII-XV*

E estarão também ainda inéditos:

Franciscanos intermediários pontifícios nos acontecimentos da Península no reinado de D. Afonso III de Portugal. IV: Missões diplomáticas do frade menor Nicolau Hispano nos pontificados de Inocêncio V e João XXI. Cf. Alexandre Herculano, *História de Portugal*, tomo III, Livraria Bertrand, 1980, pp. 180 e segs. (Citado in "D. Frei Telo, Arcebispo-primaz, e as concordatas de D. Dinis". *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, Universidade Católica Portuguesa/ Faculdade de Teologia - Braga/ Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, Braga, 1990, pp. 283-316, na nota 1.

II. *Reconquista cristã e Terra Santa. Missão dos Franciscanos nos reinos da Península*, 5) *Fr. João Martins, ex-custódio de Lisboa, pregador da cruzada contra os sarracenos na Península Ibérica*, e IV: *Missão*

diplomática do frade menor Nicolau Hispano... 2) frei João Martins transferido da Sé de Cádiz para a da Guarda. (Cit. in “D. Frei Telo, Arcebispo-primaz, e as concordatas de D. Dinis”. Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga, Universidade Católica Portuguesa/ Faculdade de Teologia - Braga/ Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, Braga, 1990, pp. 283-316, nota 3).

III: Intervenção dos Franciscanos da Península nas contendas de D. Afonso III de Portugal com o clero até ao concílio de Lião, n. 8: A nomeação do legado Mestre Guilherme Folquini e os Franciscanos na absolvição do interdito. Cf. lista dos agravos ou artigos em ANTT, Coleção Especial, Mitra de Braga, caixa 2, nº 120. (Cit. in “D. Frei Telo, Arcebispo-primaz, e as concordatas de D. Dinis”. Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga, Universidade Católica Portuguesa/ Faculdade de Teologia - Braga/ Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, Braga, 1990, pp. 283-316, nota 33).

BREVE APÊNDICE DOCUMENTAL



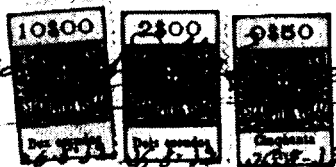
C e r t i d ã o

Maria de Sa' Pereira do Araujo
 Delegado da Direcção do Distrito Escolar
 do Pôrto no concelho de *Vila Nova de Faria*

Certifico que *Antonio Domingues de Sousa Costa* filho de *Jose' de Sousa Costa*, nascido em *16* de *Fevereiro* de *1926*, natural da freguesia de *S. Feliz da Marinha*, concelho de *Vila Nova de Faria* concluiu as provas de exame do 2.º grau do ensino primário elementar em *22* de *Julho* de *1937*, e foi *aprovado*

Consta do respectivo livro de termos de exames do 2.º grau a fls. *31*.

Faria, *26* de *Agosto* de *1937*.





SINAIS
Condições

Altura 1,60
Statura
Rosto oval
Viso castanho
Cabelo castanhos
Cabeli
Olhos castanhos
Ochi
Nariz regular
Naso
Bóca
Bocca
Cór branca
Colorito

SINAIS PARTICULARES
Segni Particolari

Este certificado é válido até á
Questo certificato é valido fino alla
data de 27 de Novembro
data del de 1957

e será considerado nulo se não
e sarà considerato nullo se non
for renovado antes de se com-
sarà rinnovato prima di com-
pletarem 60 dias, a contar dessa
pletarsi 60 giorni, a contare da quella
data.

Pagou ao câmbio de 22/1\$00
Pagato al cambio di
a quantia de 264 liras
la somma di lire
segundo o número 1 a) da
secondo il numero della
Tabela, ficando esta importância
Tabela essendo questo ammontare
lançada no Livro da Receita sob
lançada nel Libro degli incassi
o número 1.901
il numero

SERVIÇO DA REPUBLICA PORTUGUESA

SECÇÃO CONSULAR DE LEGAÇÃO DE PORTUGAL EM ROMA

Certificado de nacionalidade N. 60/56
CERTIFICATO DI NAZIONALITÀ

A Secção Consular da Legação de Portugal em Roma
La Sezione Consolare della Legazione di Portogallo in Roma

Faz saber que ANTONIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA
fa sapere che

(estado) solteiro (profissão) sacerdote
filho de José de Sousa Costa e de Maria Domingues da
figlio di Silva Carvalho

nascido no dia 16 de Fevereiro de 1926

freguesia de S. Félix da Marinha

concelho de Gaia

de Porto

é cidadão português e está devidamente inscrito no Registo desta Secção
è cittadino portoghese ed è debitamente iscritto nel Registro di questa Sezione
Consular sob o n. 60/56, do livro 6 de matrícula.

Reside actualmente em Via Merulana, 124 - Roma

Provou a sua identidade Passaporte n.º 9.652/56 (série DL9250)
Prova la sua identità

Secção Consular da Legação de Portugal em Roma.

Sezione Consolare della Legazione di Portogallo in Roma.

aos 28 dias do mês de Novembro

do ano de mil novecentos e sessenta e seis

Secretário da Embaixada
Assinatura do Delegado da Secção Consular

ASSINATURA
Firma dell'Agente

Fernando Lopes Vieira

António Domingues de Sousa Costa

Fr. IOANNES VAUGHN O.F.M.

TOTIUS ORDINIS FRATRUM MINORUM MINISTER GENERALIS
ET HUMILIS IN DOMINO SERVUS

DECRETUM

Cum R.P. Antonius Dr. Sousa Costa, Professor Ordinarius facultatis Iuris Canonici, a Consilio Plenario Athenaei, die 4 Maii 1981, legitime ad normam Statutorum ad officium Vice-Rectoris electus sit, Nos potestate qua fungimur praefatum

R.P. ANTONIUM SOUSA COSTA ofm.

VICE - RECTOREM

Pontificii Athenaei Antoniani ad triennium nominamus, instituimus et renuntiamus cum omnibus iuribus, honoribus et obligationibus huic officio adnexis, eidem commendantes ut in suo munere obeundo ea qua par est diligentia et sollicitudine in bonum Athenaei se gerat.

Datum Romae, ex aedibus Curiae Generalis
die 28 Maii 1981

prot. 058181



fr. Joannes Vaughn, ofm.

Fr. IOANNES VAUGHN O.F.M.

Minister Generalis
Pontificii Athenaei Antoniani
Magnus Cancellarius

De mandato Ministri Generalis

fr. Campion Murray ofm.
Fr. CAMPION MURRAY o.f.m.

Mod. Off. pro Institutione

Roma, 25 marzo 1982

PONTIFICIO ATENEO "ANTONIANUM".

VIA MERULANA, 124 - TELEF. 75.74.551
00185 ROMAReverendissimo P. Gerardo Cardaropoli
Rettore del Pontificio Ateneo "Antoniano"
I N S E D E

Ho ricevuto la tua lettera oggi 25 marzo 1982, che ringrazio.

A causa della gravità di certe affermazioni e della mancanza di sufficiente chiarezza delle medesime per quanto riguarda certi punti sulla serietà e il livello superiore degli studi di una Università, nonché sulle ragioni del così detto mio "disimpegno da incarichi e responsabilità", mi riservo il diritto di scriverti più tardi e con più calma. Prattanto, sollecitato da te, ti scrivo questa lettera in ottemperanza a quanto mi dici in essa: "Costatato il tuo rifiuto di presentare il programma della Scuola di Studi Medievali per il prossimo anno accademico, mi vedo costretto a chiederti di comunicarmi per scritto i motivi del disimpegno da incarichi e responsabilità, che ti sono stati conferiti dalle competenti autorità accademiche". Ecco la risposta:

1) Di iniziativa propria ho già parlato a lungo con te nella tua stanza su alcuni motivi del mio scontento. Non ti ho riferiti tutti, perché una persona può e deve conservare certa riservatezza e naturale modestia su cose che hanno o possono avere incidenze personali. Ma tra gli argomenti della conversazione è venuto fuori proprio quello della "Scuola di Studi Medievali", la quale non funziona e non può funzionare con decenza per mancanza di studenti dotati delle condizioni richieste. Ho accennato pure alla mancanza di rispetto verso la dignità dei Professori, la quale viene meno a causa della mancanza di studenti adatti a questi studi superiori, soprattutto verso coloro che vengono invitati dall'Estero e si trovano nel rischio di venire a Roma e non avere studenti.

2) Il programma per il prossimo anno accademico esiste ed è nell'Annuario Accademico 1981-1982, a pp. 187-188. Manca solo l'indicazione del nome dei rispettivi Professori. Ma ad quid? Osservo che anche il programma della Facoltà di Diritto Canonico, incluso nel plico consegnato ai membri del Senato Accademico, non indica il nome di nessun Professore.

3) Anche se non esistesse tale programma, a mio avviso, sarebbe stato inutile prepararlo, almeno a giudicare dall'esperienza. Ti devi ricordare che l'anno scorso, nella riunione del Senato Accademico, tutti i decani e moderatori sono stati interrogati sullo stato di ogni facoltà e settori. Io non sono stato interrogato né ho preteso qualche diritto al riguardo, come non pretendo. Ma neppure voglio essere accusato di "omissioni che, oltre tutto, compromettono le Istituzioni e la tua stessa persona". Da parte mia ti posso assicurare (e tu lo sai molto bene) che sono stato praticamente costretto ad accettare con molta difficoltà un incarico che non volevo, anche perché, secondo gli Statuti dell'Ateneo in vigore, il moderatore dello Studio o della Scuola dovrebbe essere un Professore della Facoltà di Filosofia. L'anno scorso ho preparato l'orario per il I Semestre 1981-1982, firmando solo con l'indicazione il moderatore, senza apporre il mio nome, perché a qualcuno con delle responsabilità presso l'Ateneo quell'orario fuori dagli altri delle facoltà e Istituti sembrava una novità...

Vorrei quindi sapere, attraverso un dialogo serio e responsabile, di fronte alla situazione catastrofica dell'Ateneo dal punto di vista scientifico e universitario, dove sono le mie mancanze verso l'istituzione Pontificio Ateneo Antoniano, il quale deve esistere sì, ma funzionando come tale. Io ti devo dire con tutta franchezza che abbagliato la facciata. Così come stanno le cose, non posso e non devo fare un programma che suoni a facciata. Basta quello che esiste e consta dall'annuario Accademico suddetto.

Ti chiedo la cortesia di volere allegare questa lettera alla mia cartella di professore dell'Ateneo Antoniano!

Con distinti ossequi

P. António Domingues de Sousa Costa
Vice Rettore

PONTIFICIO ATENEO "ANTONIANUM".

VIA MERCURIANA, 124 - TEL. 770740

00185 ROMA

14.3.1983

Muito pregado e Reverendissimo
Padre José Saraiva Martins, CMF
Dignissimo Reitor Magnífico da
Universidade Pontifícia Urba-
niana

Tenho a grande honra e prazer de lhe comunicar que, há momentos, recebi um telefonema do Secretário particular do Geral da minha Ordem, P. John Vaughn, "Magnus Cancellarius" do Pontifício Ateneu Antoniano, dando resposta ao pedido de minha transferência como professor Ordinário de Direito Canónico da Faculdade respectiva deste Ateneu para a Universidade Urbaniana. A resposta do Geral da Ordem e "Magnus Cancellarius" é positiva, esclarecendo que se pode proceder já ao desiderato que me foi proposto, de forma a facultar-me assumir os respectivos empenhos de professor ordinário na Pontifícia Universidade Urbaniana no próximo ano académico. A resposta por escrito sempre é dada logo que os muitos afazeres da Secretaria da Ordem o permitam.

Entretanto, para que possam proceder neste assunto, apresso-me a comunicar a resposta do "Magnus Cancellarius" do Ateneu que, segundo me consta por vias não oficiais, deve ter consultado o Reitor Magnífico deste Ateneu, o qual foi recebido em audiência pelo Geral há alguns dias. Se Vossa Reverência entender que é necessária uma resposta dada por escrito da parte do meu Geral, pedia o favor de me significar isso mesmo, de forma que eu lhe possa pedir no que diga respeito à licença dos meus superiores para a transferência.

Com os meus respeitosos cumprimentos

P. António Domingues de Sousa Costa

CURIA GENERALIZIA DEI FRATI MINORI

00165 ROMA - VIA S. MARIA MEDITRICE, 25

li, 17 marzo 1983

Prof. N. 062013

Indir. : Teleg. : FRATIMINORI ROMA
Telef. : 061 63.22.41

" NIHIL OBSTAT " per l'assunzione dell'incarico a Prof. Ordinario di Diritto Canonico presso la Pont. Università Urbaniana

Reverendo e carissimo Padre,

con la Sua lettera, in data 8 marzo c.a., ho ricevuto informazione diretta del reiterato invito rivolto dalle Rev.me Autorità Accademiche della Pontificia Università Urbaniana, in merito alla Sua disponibilità ad assumere l'insegnamento di Diritto Canonico presso suddetta Università.

Con la presente mi è gradito poterle rispondere che l'Ordine è ben lieto di secondare la richiesta da Lei inoltrata.

Pertanto da parte nostra, come da Lei espresso, si concede " il permesso di svolgere l'incarico di Professore Ordinario di Diritto Canonico alla Pontificia Università Urbaniana, restando tuttavia come semplice docente dell'Antoniano, dato che non può esplicare lo stesso compito simultaneamente in due Atenei od Università".

Beneaugurando al Suo lavoro ed impegno, con la benedizione serafica, La saluto fraternamente.

fr. Giovanni Vaughn, o.f.m.

Fr. GIOVANNI VAUGHN O.F.M.



Ministro Generale e Gran Cancelliere
del Pontificio Ateneo Antoniano

Rev.do P. ANTONIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA O.F.M.

Prof. di Diritto Canonico

Pontificio Ateneo Antoniano

Via Merulana, 124 - 01185 Roma -

PONTIFICIO ATENEIO "ANTONIANUM".
VIA MERULANA 124 - TEL. 06/770749 - 7374561
00185 ROMA

10. 7. 1983

Reverendíssimo Senhor Reitor Magnífico
da Universidade Pontifícia Urbaniana
P. José Saraiva Martins

Agradeço ,muito reconhecido, a oportunidade que me é oferecida de contribuir,da melhor forma que me seja possível, para o bem da Igreja em Moçambique, através de um "corso accelerato di introduzione al nuovo Codice di Diritto Canonico".

Devido a compromissos tomados anteriormente, nao me será possível deslocar-me a Moçambique nos meses de Julho- Agosto. Como sugeriu Vossa Reverencia, o tempo mais indicado seria o mes de Dezembro, podendo adoptar-se as necessárias providencias de modo que eu possa, no regresso, dar as aulas omitidas nesse período em que for necessária a minha presença em Moçambique.

Na disposição de trabalhar,quanto puder, pelo bom nome da Universidade Pontifícia Urbaniana, apresento a Vossa Reverencia os meus respeitosos cumprimentos

P. António Domingues de Sousa Costa

Reverendíssimo Senhor
P. José Saraiva Martins
Reitor Magnífico da
Universidade Pontifícia Urbaniana
ROMA

PONTIFICIA UNIVERSITA'
URBANIANA

VIA URBANO VIII, 16 - TEL. 655.902 - 656.0640
00165 ROMA

Roma, 19 luglio 1983

Prot. N. 226/R/83

Illustrissimo Signor Professore, D. A. DE SOUSA COSTA

ho il piacere di comunicarLe, che in data
odierna Le viene confermato per l'anno accademico 1983/84
l'incarico per l'insegnamento di: S. Gerarchia, Latinità
giuridica, Ifedeli.

nel la Facoltà di Diritto Canonico di questa Pontificia
Università.

Con sincera stima

RETTORE MAGNIFICO

 (P José Saraiva Martins)



SACRA CONGREGATIO
PRO INSTITUTIONE CATHOLICA

Roma, 9 agosto 1983

PROT. N. 644/83/8

(Hic numerus in responsione referatur)

Reverendissimo Rettore,

con la cortese lettera n. 177/R/83, del 14 maggio scorso, Ella aveva chiesto "il trasferimento dell'ordinariato del R.P. Antonio de Sousa Costa, OFM, dal Pontificio Ateneo Antonianum alla nuova Facoltà di Diritto Canonico della Pontificia Università Urbaniana".

In considerazione del consenso del Gran Cancelliere dell'Ateneo Antoniano, questa S. Congregazione esprime il suo accordo per tale trasferimento. Evidentemente il Rev. de Sousa Costa cessa di esercitare i propri diritti nell'Antoniano provenienti dalla qualità di docente ordinario; per un eventuale insegnamento nell'Ateneo medesimo egli deve pertanto essere considerato come "invitatus" (cfr art. 17,3 degli Statuti). In conseguenza di ciò è suo obbligo di dedicare la sua attività alla Pontificia Università Urbaniana.

Con i sensi del nostro distinto ossequio, ci confermiamo

della Signoria Vostra Rev.ma
dev.mi nel Signore

M. Machisano, S. Cong.
Col. Nawak, off.

Rev.mo Signore
Prof. José SARAIVA MARTINS
Rettore della Pontificia
Università Urbaniana
R O M A

PONTIFICIA UNIVERSITA'
URBANIANA

00185 ROMA
VIA URBANO VIII, 18 - TEL. 065.992 - 85.88.840

Roma, 4 ottobre 1983

Prot.N.256/R/83

Stimatissimo Professore,

Solo ora mi giunge la comunicazione della S.C. per l'Educazione Cattolica del 9 agosto u.s., con cui viene accordato il trasferimento del Suo ordinariato da codesto Pontificio Ateneo alla Facoltà di Diritto Canonico di questa Pontificia Università.

Nel trasmetterLe, per eventuale conoscenza, fotocopia della lettera qui giunta, mi dichiaro ben lieto di poterLa ormai salutare, a tutti gli effetti, quale docente ordinario della nostra Università.

Con distinti e fraterni saluti,

dev.mo nel Signore


(P. José Saraiva Martins)
Rettore

Reverendissimo Padre
P. Antonio Domenico DE SOUSA COSTA
Via Merulana, 124
00185 - ROMA

PONTIFICIO ATENEO "ANTONIANUM,"

VIA MERULANA, 124
I - 00185 ROMA - TEL. (06) 76.74.551 - 77.97.48

Roma, 13 ottobre 1983

Al Rettore Magnifico

Prot.n.° 222/83

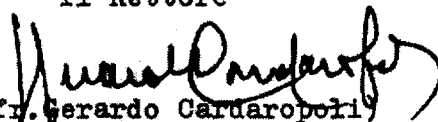
Rev.mo Padre,

in seguito alla decisione comunicatami dal Rev.mo P.Hermann Schalueck, Segretario dell'Officium Institutionis dell'Ordine, in data 6 ottobre u.s., e su proposta del Consiglio di Facoltà di Diritto Canonico, presa in data 10 ottobre, u.s., ti nomino Professore Invitato, ai sensi dell'art. 17, 3 degli Statuti.

In pari tempo, ti confermo nell'ufficio di Moderatore della Scuola Superiore per lo Studio della Scolastica Medievale e Francescana.

Ti ringrazio per il servizio, e ti auguro buon lavoro.

Il Rettore


(fr. Gerardo Cardaropoli)



Rev.mo Prof.

P. ANTONIO SOUSA COSTA

Collegio Inter.S. Antonio

Via Merulana 124

00185

R O M A

PONTIFICIO ATENEO "ANTONIANUM..

VIA MERULANA, 124 - TELEF.: 78.74.591
00185 ROMA

18. 11. 1983

Rev.mo Rettore Magnifico,

Il vostro predecessore Rettore Magnifico della Pontificia Università Urbaniana P. José Saraiva Martins mi consegnò a maggio una lettera del Delegato Apostolico del Mozambico, pregando Sua Em. il Cardinale Agnelo Rossi, Prefetto della S. C. di Propaganda Fide e Magnus Cancellarius della suddetta Università, d'interessarsi a rintracciare un esperto di Diritto Canonico disposto a svolgere al clero del Mozambico un corso di aggiornamento sul nuovo Codice di Diritto Canonico.

Mi sono dichiarato disponibile ad esplicare questo compito in un tempo però opportuno, considerando il mio impegno di professore alla Facoltà di Diritto Canonico dell'università Urbaniana.

Sollecitato pure dal Pro-presidente della Commissione per la revisione del Codice di Diritto Canonico Sua Ecc. Castillo Lara, che poi si è accordato con la S. C. di Propaganda Fide, e pregato da questa di intendermi con il Presidente della Conferenza Episcopale mozambicana, attualmente presente a Roma, abbiamo prospettato insieme il periodo della mia presenza lì, in modo da non omettere le mie lezioni. Il tempo quindi più propizio si è sembrato quello di febbraio, nell'intervallo tra il primo e secondo semestre. Dovendo però durare il corso cinque-sei settimane, mi sono inteso con il Rev.mo P. Antonino Abate, Decano della nostra Facoltà di Diritto Canonico e che si è cortesemente prestato a sostituirmi nelle ore in cui sarò assente, recuperando io poi le mie lezioni, secondo il prospetto che allego e che egli gentilmente ha organizzato.

La prego quindi, Rev.mo Padre Rettore Magnifico, di concedermi il necessario permesso di recarmi nel Mozambico, nella convinzione che questa mia collaborazione contribuirà all'incremento dell'onore di cui fruisce giustamente l'Università Urbaniana negli ambienti culturali ed ecclesiastici.

Con distinti ossequi

P. António Domingues de Sousa Costa

Rev.mo
P. Pietro Chiocchetta, M.C.C.J.
Rettore Magnifico della
Pontificia Università Urbaniana
ROMA



PONTIFICIA UNIVERSITAS

U R B A N I A N A

Prot. N. 305/SG/83

DILECTO NOBIS IN CHRISTO

P. ANTONIO DE SOUSA COSTA

Salutem in Domino

Cum fide dignis testimoniis et certis documentis Senatui Nobisque constet Te non modo gravitate, prudentia, integritate morum atque doctrina catholica sed etiam cultu scientiarum theologicarum et canonicarum esse praestantem, cumque exinde Senatui dignus existimatus fueris qui Iuris Canonici in Nostra Universitate fieres Professor,

Senatus, virtute Statutorum eiusdem Universitatis Urbanianae, Te, Reverendissime Domine **PROFESSOREM ORDINARIUM** in Facultate Iuris Canonici Pontificiae Universitatis Urbanianae, cum omnibus iuribus et privilegiis huic titulo et officio adnexis, inde a die I Novembris A.D. MCMLXXXIII decurrentibus, secundum Statuta eiusdem Universitatis eligit, nominat et constituit. Eminentissimus vero Magnus Cancellarius Cardinalis Agnellus Rossi praesens decretum auctoritate sua ratum habet, corroborat atque confirmat.

Volumus autem, ut, emissa quam primum Fidei professione coram Reverendissimo Domino Rectore Magnifico, alumnos Nostrae Universitatis maiore qua poteris sedulitate disciplinam Tibi commissam aliasque ex iure committendas, iuxta ordinationes in Constitutione Apostolica "Sapientia Christiana" edictas et Normas a Sacra Congregatione pro Educatione catholica additas, edoceas atque instituas, eosque simul in scientia Sanctorum et in obsequio ac reverentia erga S. Matrem Ecclesiam, secundum probatam traditionem Universitatis Urbanianae, verbo et exemplo erudire satagas.

Nos interim, adiutricem Sapientiam a Domino enixe deprecamur ut fructuose munere Tuo fungaris.

Datum Romae, ex aedibus nostrae Pontificiae Universitatis Urbanianae die I Decembris A.D. MCMLXXXIII.

Agnellus Card. Rossi
Magnus Cancellarius

P. Antonio de Sousa Costa
Secretarius Generalis

Antonio de Sousa Costa
Rector Magnificus

PONTIFICIA UNIVERSITAS URBANIANA

Roma, 5 dicembre 1983

Caro Professore,

conformemente agli Statuti della nostra Università (art. 15, par. 2) è stato provveduto anche al biglietto ufficiale della Sua nomina a Professore Ordinario di Diritto Canonico della Urbaniana.

Compio ora il gradito dovere di farLe pervenire detto documento (allegato).

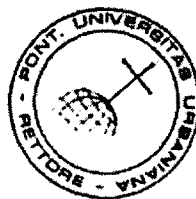
Con i migliori auguri di ogni bene e cordiali saluti,

Suo dev.mo nel Signore:



P. Pietro Chiocchetta

Rettore Magnifico



Ill.mo Professore
P. Antonio DE SOUSA COSTA
ROMA



SECRETARIA STATUS

Summus Pontifex

IOANNES PAULUS II

Consultoribus Pontificiae Commissionis Codici Iuris Canonici
interpretando ad quinquennium ascripsit Reverendum Patrem

ANTONIUM DOMINICUM DE SOUSA, o.f.m.

Id in notitiam ipsius Reverendi Patris De Sousa perfer-
tur, ut ea de re opportune certior fiat ad eiusdemque normam
se gerat.

Ex Aedibus Vaticanis, die XIX mensis Januarii, anno MCMLXXXIV.

A. Card. Casaroli



**PONTIFICIA COMMISSIO
CODICI IURIS CANONICI RECOGNOSCENDO**

E Civitate Vaticana, die 31 Gennaio 1984

Prot. N. 5269/84
(in risposta del mese luglio scorso)

Reverendissimo Padre,

Sono molto lieto di trasmetterLe, qui unito, il Biglietto di nomina con il quale il Santo Padre La annovera tra i Consultori della Pontificia Commissione per l'interpretazione del Codice di Diritto Canonico, dallo stesso Supremo Legislatore testé costituita.

Nel porgerLe di cuore le più vive felicitazioni, Le esprimo la mia soddisfazione per poter contare anche nel futuro sulla Sua generosa e competente collaborazione.

Profitto ben volentieri della circostanza per confermarLe i miei sentimenti di particolare stima

della Paternità Vostra Rev.ma

dev. suo e rth. suo

+ [Signature]
Pro-Pres

Reverendissimo Padre

P. ANTONIO DOMINGUEZ DE SOUSA, O.F.M.

PONTIFICIA UNIVERSITÀ URBANIANA

SECRETARIA GENERALE

Roma, 13 Aprile 1984

Oggetto: *Correlatori Tesi di Laurea*

Ill.mo Signor Professore, Antonio D'SOUSA,

mi pregio di comunicare alla S. V. che il Consiglio della Facoltà di Diritto Canonico ha approvato lo schema della Tesi, presentato dall'alunno R.D. Charles LWANGA SSEWAVA e diretta dal Prof. Antonino ABATE di cui Lei è stato designato

il 1° Correlatore

il 2° Correlatore x

Allegati: Copia dello schema.

Con rispettosissimi ossequi.

IL SEGRETARIO GENERALE



P. Pietro Sessolo
(P. Pietro SESSOLO)

res Lusanga Ebarasa.

For a doctor's degree

Moderators Abate (A.)
 Composto (F.)
~~Alimani (M.)~~
 Souza

THE QUESTION OF THE INTELLECTUAL FORMATION OF PRIESTLY
 CANDIDATES FROM THE COUNCIL OF TRENT TO THE NEW CODE.
 A HISTORICAL CANONICAL SYNOPSIS WITH REFERENCE TO UGANDA

PART I: From the Council of Trent to Vatican II

CHAPTER I: THE COUNCIL OF TRENT AND THE INTELLECTUAL
 FORMATION OF SEMINARIANS

- 1) The Context of Seminary formation in the Council.
- 2) The ruling of the Council.
 Analysis of Canon 18 on institution of seminaries.
- 3) Concept of Seminary.
 Conclusion.

CHAPTER II: SUBSEQUENT LEGISLATIONS.

- a) Implemetion of the Council's Directives
- b) Teaching of the Church.
 - i) Popes
 - ii) Propaganda Fide
- c) Code of 1917



**PONTIFICIA COMMISSIO
CODICI IURIS CANONICI
AUTHENTICE INTERPRETANDO**

E Civitate Vaticana, die 9 novembre 1984

Prot. N. 260/84
(In responsione Res monito habet numeri)

Reverendissimo Padre,

Mi prego di accusare ricevuta delle apprezzate osservazioni fatte dalla Paternità Vostra Rev.ma in data 30.10.1984, al progetto di "Modus procedendi" per l'esame dei dubbi che vengono proposti a questa Pontificia Commissione per l'Interpretazione Autentica del Codice di Diritto Canonico.

Nel ringraziarla vivamente della valida collaborazione data, profitto ben volentieri della circostanza per confermarmi con sentimenti di cordiale ossequio

della Paternità Vostra Rev.ma
devotissimo

J. Herranz
lepp.

Rev.mo Padre
P. Antonio Domingues De Souza
Consultore



ROMA, 3 maggio 1988

VICARIATO DI ROMA

Sinodo Pastorale Diocesano
Prot. 166/88/SD

Reverendo Padre,

come Le sarà certamente noto, con la costituzione di quindici Commissioni Preparatorie il lavoro del Sinodo Pastorale Diocesano è entrato nella sua fase più concreta e impegnativa.

Tali Commissioni Preparatorie hanno il compito di studiare le urgenze pastorali più significative in specifici settori della vita della Diocesi in connessione col tema sinodale "Comunione e missione della Chiesa di Dio che è in Roma alle soglie del terzo millennio". Ciascuna delle Commissioni è composta da circa 60/70 Membri, rappresentativi della comunità diocesana nelle sue varie articolazioni (presbiteri, diaconi, religiosi, religiose e laici).

A tale riguardo, conoscendo la Sua benevola disponibilità, sono lieto di nominarLa Membro della XIV. COMMISSIONE PER LE STRUTTURE PASTORALI DELLA COMUNITA' DIOCESANA.

La ringrazio fin d'ora della Sua generosa collaborazione a questo evento di Chiesa che è il Sinodo Pastorale Diocesano, offrendo alla Commissione il Suo prezioso contributo di sensibilità ecclesiale e di esperienza pastorale.

Con sensi di stima, La saluto e cordialmente La benedico

dev. =

Agto Card. Folchi
Vic. Gen.

Rev.do Padre
P. Antonio Domingues DE SOUSA COSTA, O.F.M.
Pont. Università Urbaniana
via Merulana, 124
00185 ROMA



Giuseppe
Ep.



CONGREGATIO
PRO GENTIUM EVANGELIZATIONE
SEU DE PROPAGANDA FIDE

Prot. 3027/88

Roma, 8 Ottobre 1988

Reverendo Padre,

Il sottoscritto Sottosegretario della Congregazione per l'Evangelizzazione dei Popoli si pregia rimettere alla Vostra Reverenza l'allegato Documento, riguardante gli "Estatutos da Conferencia Episcopal de Angola e São Tomé", pregandola, in pari tempo, di volerlo esaminare ed esprimere il Suo savio parere in merito.

Frattanto, lo scrivente profitta volentieri dell'occasione per confermarsi con sensi di distinto ossequio,

della Vostra Reverenza
devotissimo nel signore

*Charles A. Soblach car
Sottosig*

(Con Allegato)

Al Reverendo Padre
P. SOUSA COSTA Antonio, OFM.
Pontificia Università Urbaniana
ROMA



CONGREGATIO
PRO GENTIUM EVANGELIZATIONE
SEU DE PROPAGANDA FIDE

PROT. 5671/88

Roma, 9 Gennaio 1989

Reverendo Padre,

E' pervenuta opportunamente a questa Congregazione, la Lettera con la quale Vostra Reverenza ha gentilmente fatto conoscere a Propaganda il Suo stimato parere in merito il testo degli "Estatutos da Conferencia Episcopal de Angola e São Tomé".

Nel ringraziarLa vivamente per la cortese attenzione e collaborazione, questo Dicastero desidera pregarLa di voler ancora una volta esaminare, in particolare l'articolo 3º e, alla luce delle eventuali modifiche da farne, tutti gli altri articoli dei suddetti Statuti che hanno alla base quello terzo.

Frattanto, profitto volentieri della circostanza per rinnovarLe i miei migliori auguri di Buon Anno e per confermarmi con sensi di distinto ossequio,

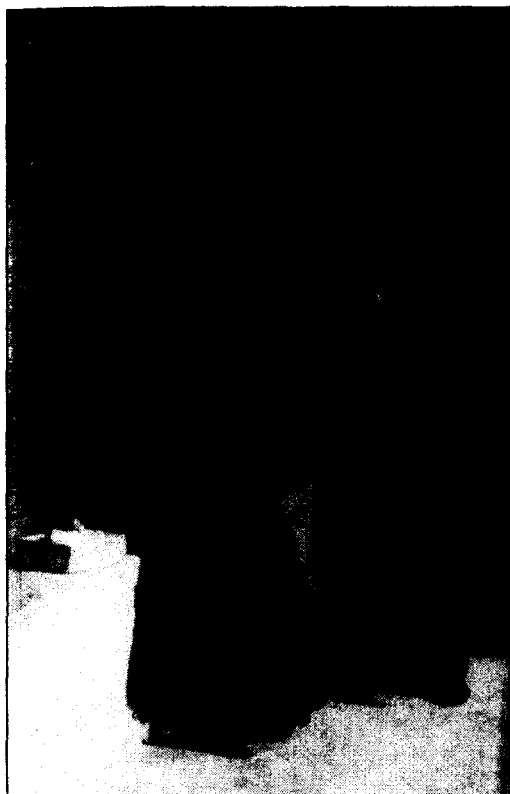
della Vostra Reverenza
devotissimo nel Signore

Charles A. Schlack c.s.c.
Sottoseg.

(Con Allegato)

Al Reverendo Padre
P. Antonio Domingues de Sousa Costa, OFM
Pontificia Università Urbaniana
ROMA

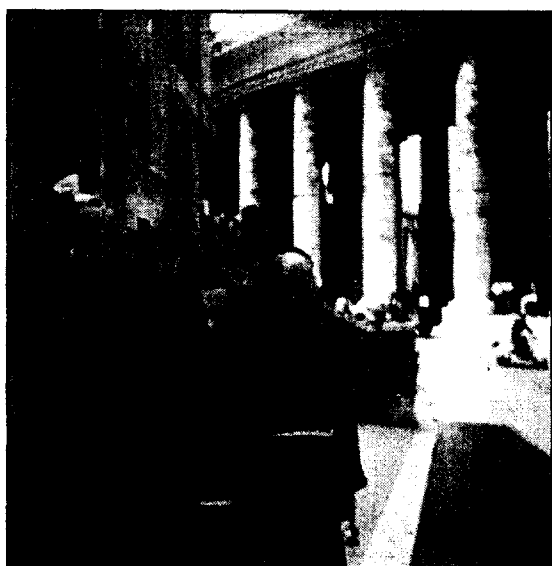
Karl Hartmann
P. D.

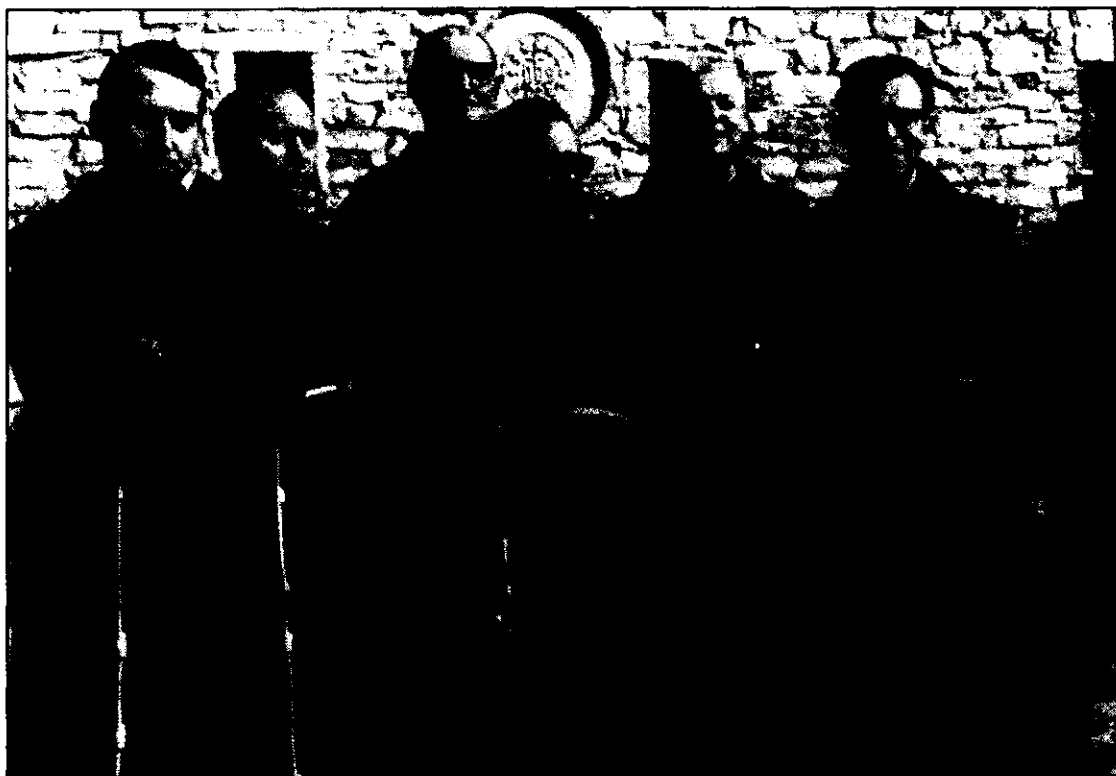


Durante os estudos em Itália, com o confrade P. Manuel Barbosa da Costa Freitas, do curso de Filosofia.

O colega universitário e futuro Cardeal Aloísio Lorscheider, OFM, em 1962 depois de sagrado Bispo de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul - Brasil.

O P. Fr. João Diogo Crespo, 1º director da revista *Itinerarium* em companhia do brasileiro P. Hugo Fragoso (à frente).





É o segundo a contar da nossa esquerda. Dá a sua direita ao P. Romain Mailleux, jurista belga, Vigário Geral da Ordem entre 1985-1991.



Em Salamanca, num almoço de convívio.



O P. Sousa Costa, de hábito franciscano, após uma sessão académica.

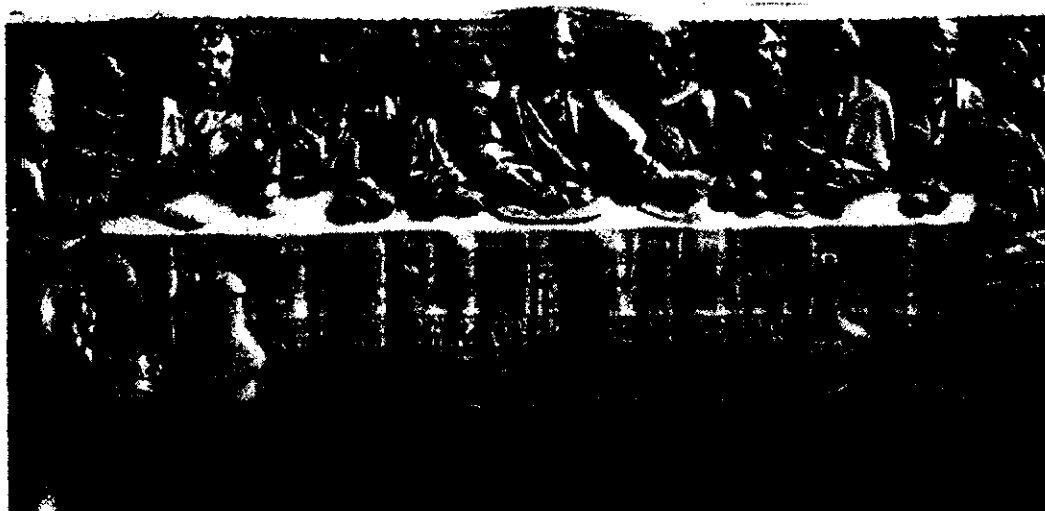
Fons Vitae

(Igreja da Misericórdia do Porto)

1. 50 anos de sacerdócio do P. António D. Sousa Costa
(22.7.1951 - 22.7.2001)

2. Concelebração: 10:30 H no Most^o. do Salvador de Grijó.
Convívio de amizade: Centro Venezuelano, rua 19 Espinho,
antes da saída para Grijó.

Ceia de Cristo



Ceia de Cristo

1. "Fazei isto em memória de mim" (Ev. S. Lucas, 22,19)

2. "E perseveravam na doutrina dos Apóstolos e na comunhão da fracção do pão e nas orações"
(Act. dos Apóst. 1, 42)

3. "Na Igreja, misterio e sacramento universal de unidade,
(CDC, cân. 837) é Suprema lei a salvação das almas (sentido antropológico), a qual sempre deve prevalecer sobre as demais"
(CDC, cân. 1752)

Para os Sacerdotes do Evangelho

“ Não fostes vós que me escolhestes, fui eu que vos escolhi... para que o vosso fruto permaneça. E assim o que pedirdes ao Pai, em meu nome, Ele vo-lo concederá” (Ev. S. João 15, 16-17).

“Recomendo aos presbíteros... eu, presbítero como eles, testemunha dos sofrimentos de Cristo e participante da glória, que há-de ser revelada: apascentai o rebanho de Deus, que vos foi confiado, velando por ele, não constrangidos, mas de boa vontade, segundo Deus, não por ganância, mas por dedicação, não como dominadores sobre os que vos foram confiados, mas tornando-vos modelos do rebanho” (S. Pedro, 5, 1, 4).

“E mesmo que eu tivesse tanta sabedoria quanta teve Salomão, se encontrasse os pobrezinhos sacerdotes deste mundo nas paróquias, onde moram, não quereria aí pregar contra sua vontade. E a eles e a todos os demais quero temer, amar e honrar como a meus senhores. E não quero considerar neles pecado... porque não vejo coisa alguma corporalmente neste mundo daquele altíssimo filho de Deus, senão o Seu Corpo e Sangue, que eles recebem e só eles aos outros administram” (Testam. de S. Francisco).

Como S. Francisco queria os Ministros de Seus Frades



Sto. Antônio

As instituições e leis não podem nem devem destruir o homem livre... "Se algum bispo - pregava Santo Antonio - ou prelado da Igreja proceder contra uma decretal (lei) de Alexandre ou de Inocêncio (prova ou indício de que o Santo redigiu parte dos Sermões em Portugal) ou de outro Papa, é imediatamente depois acusado, convencido, deposto. Se, porém, comete algum pecado mortal contra o Evangelho de Jesus Cristo, o que está obrigado a cumprir, não há ninguém que o acuse, ninguém que o corrija" (S. Lucas, II, 42-43 e 45-52).

"Os que receberam o poder de mandar nos outros tanto se gloriem deste ofício quanto se gloriariam se fossem encarregados de lavar os pés aos irmãos" (S. Francisco, ex. 4ª).

"Os Frades que são Ministros e servos dos outros Frades visitem e admoestem seus irmãos, corrijam-nos com humildade e caridade e não lhes mandem nada que seja contra sua alma ou contra nossa Regra. E onde quer que se encontrem os Frades e vejam que não podem observar espiritualmente a Regra devam e possam recorrer aos seus Ministros. E os Ministros recebam-nos com caridade e bemgnidade, e tão familiares se lhes mostrem que possam eles falar-lhes e tratá-los como senhores a seus servos, pois assim deve ser: que os Ministros sejam servos de todos os Frades..." (Regra de S. Francisco, cap. X).

“Que quereis, Senhor, que eu faça?” Paira sobre mim a dúvida negra do incerto e urge a resposta certa á minha dolorosa perplexidade... Abri-me as janelas dos olhos da mente e do coração, amargurados, para ouvir de Vós a resposta justa e consoladora e poder seguir assim a Vossa divina vontade: inclinai-me Vossos divinos braços e figura de crucificado que eu aos 18 anos, doente e á espera do ameaçado desenlace, dava a beijar lhe ao pai moribundo, que nos deixou aos 41 anos de idade, tendo eu que deixar a Mãe debulhada em lágrimas e os irmãos mais novos desorientados, para seguir o Vosso amigo, o Poverelo de Assis, a clamar que o “Amor não era amado”, e agora com a tristeza de me sentir perseguido!



S. Francisco



Arquivo do Vaticano

50 anos de Sacerdício

Reverendo Padre António Domingues de Sousa Costa

1951-2001

O Franciscano-sacerdote

Fr. António Domingues de Sousa Costa nasceu em São Félix da Marinha (Vila Nova de Gaia), num ambiente familiar cristão, ao qual sempre se conservou afectivamente vinculado, nele tendo falecido (Grijó, onde está sepultado).

A sua formação escolar média e superior decorreu nas instituições franciscanas portuguesas e estrangeiras.

Vivendo a maior parte da sua existência em Roma, aí efectuou os seus estudos superiores (1951-1954), após o que também aí leccionou e investigou, tarefas que acumulou com funções de responsabilidade científica, religiosa e administrativa, como as de Vice-Reitor do Pontifício Ateneu Antoniano, de Comissário das Causas Matrimoniais da Sagrada Congregação dos Sacramentos e de membro da Comissão revisora do Código do Direito Canónico.

O perfil de Fr. António Domingues caracterizou-se pelo vincado recorte do franciscano medieval, onde os traços de austeridade e de confiante familiaridade, aliada a uma intencionada ironia, lhe desenharam o estilo.

Sendo uma eminente figura intelectual, o estudo, a investigação e a docência, a que dedicou a sua vida, concretizaram, com insuperável disponibilidade, a sua vocação franciscana e sacerdotal, sempre inspirada pelo lema de *amor à verdade*.

O Intelectual-investigador

Numa vida dedicada ao ensino, Fr. António Domingues, mais do que um *docente-investigador*, foi um *investigador-docente*, mas também um *mártir da investigação*, ao serviço da qual sacrificou a existência.

Profissionalmente um jurista, foi, entretanto, de alma e coração, um cultor do saber histórico. Com o seu desaparecimento, esvai-se também, em muitos aspectos, o último recurso para decifrar, paleograficamente, preciosos labirintos culturais.

As obras que remetem para a sua autoria manifestam a têmpera e o ingente trabalho de um incansável investigador, muitas outras vozes, todavia, poderiam testemunhar a partilha do seu saber, nos elementos de informação que forneceu, nas pistas que sugeriu, nas orientações científicas que generosamente dispensou.

A cultura nacional muito lhe fica a dever, não apenas pelas publicações, de que é explicitamente autor, mas também por muitas outras, em que o seu labor anónimo e não contabilizado as tornou possíveis, de que é exemplo emblemático o monumental *Chartularium Universitatis Portugalensis*.

António Domingues de Sousa Costa, cuja obra descreve, em boa parte, os roteiros de tantos intelectuais portugueses que, na estranja, tanto honraram a sua Pátria, é uma das últimas e mais significativas referências dessa brilhante galeria.

Publicações - Algumas Referências

- * *Um Mestre Português em Bolonha no Século XIII, João de Deus. Vida e Obras*, Braga, 1957, XIX+210 pp.
- * *Mestre Silvestre e Mestre Vicente, juristas da contenda entre D. Afonso II e suas irmãs*, Braga, 1963, 672 pp.
- * *Mestre André Dias de Escobar, Figura Ecuménica do Século XV*, Roma-Porto, 1967, 459 + 4 pp.
- * *Estudos sobre Álvaro Pais*, Lisboa, 1966, VI + 168 pp.
- * *Monumenta Portugaliae Vaticana. Documentos publicados com introdução e notas por António Domingues de Sousa Costa*, Roma-Porto, 1968-1970. - 4 v. (5 tomos); 1º vol: *Súplicas dos pontificados de Clemente VI, Inocêncio VI e Urbano V*, 1968, 604 pp.; 2º vol.: *Súplicas dos pontificados dos Papas de Avinhão Clemente VII e Bento XIII e do Papa de Roma Bonifácio IX*, 1970, 604 pp.; 4º vol.: *Súplicas do pontificado de Martinho V (anos 8 a 14)*, 1978, 691 pp.; 3º vol. 1ª parte: *Súplicas do pontificado de Martinho V*, 1982, 874 pp.; 3º vol. 2ª parte: *Súplicas do pontificado de Martinho V (anos 1-7)*, 1982, 592 pp.
- * *La Fonti Francescane nei Testi Legislativi Francescani del 1400*, Roma, 1981, 123 pp.
- * *S. Antonio canonico regolare di S. Agostino e la sua vocazione francescana: rilievi storico-storiografici*, Braga, 1982, 220 pp.
- * *Bispos de Lamego e de Viseu no século XV*, 1986, 486 pp.
- * *Portugueses no Colégio de São Clemente e Universidade de Bolonha durante o Século XV*, Bolonha, vol. 1, 1990, 679 pp.; vol.2, 1403 + 4 pp.



António Domingues de Sousa Costa

16.02.1926 - 24.12.2002

Sacerdote franciscano (OFM)

Doutor em Direito Canónico pelo Pontifício Ateneu Antoniano de Roma

Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Lisboa

Professor de Direito Canónico no Pontifício Ateneu Antoniano de Roma

e na Pontifícia Universidade Urbaniana de Roma

Membro da Direcção de *Chartularium Universitatis Portugalsis*

Membro da Academia Portuguesa da História

Nossa Senhora da Silva

Nossa Senhora da Silva, do altar de Santa Maria e sarcófago de D. Rodrigo Sanches do 2º mosteiro do Salvador de Grijó.

ÍNDICE

António Domingues de Sousa Costa, OFM	97
<i>Homilia no (seu) Funeral</i>	98
Recordamos pedaços da sua vida.....	99
Obras que produziu e nos deixou.....	100
<i>António Domingues de Sousa Costa, OFM. Canonista e Investigador.</i> <i>Elementos para a sua Biobibliografia</i>	103
Introdução	103
I - <i>A vocação franciscana e sacerdotal</i>	104
Em S. Félix da Marinha e Grijó	104
No Colégio das Missões Franciscanas, Montariol - Braga	106
No Seminário de Varatojo e novamente em Montariol	108
No Seminário da Luz - Lisboa	113
II - <i>O Padre Franciscano, sua primeira docência e sua acção pastoral</i> ...	115
Ordenação sacerdotal, curso universitário em Roma e primeiros passos da carreira.....	115
Primeira docência e primeiras responsabilidades literárias e pastorais..	116
Particulares ligações a Grijó	116
Bodas de Ouro sacerdotais em Grijó - 22 de Julho de 2001: uma festa de gratidão e de homenagem	119
A sua última estadia em família - 24 de Dezembro de 2002: o seu óbito e sepultamento	121
III - <i>O perito em Direito Canónico e o Docente Universitário</i>	123
Docência Universitária e actividades académicas e científicas	123
Matérias leccionadas no Antonianum, em Roma.....	124
Professor ou Docente de duas Universidades de Roma	125
Assistente, moderador ou co-relator de teses de licenciatura ou de doutoramento	126
Colaboração em iniciativas formativas e culturais para-universitárias..	132
O Perito em Direito ao serviço da Igreja e da Santa Sé	136
Membro de Agremiações Académicas	138

IV - <i>Mártir da Investigação, o maior investigador português no</i>	
<i>Arquivo do Vaticano</i>	139
O colaborador da Monumenta Henricina.....	139
O Chartularium Universitatis Portugalensis	142
Documentação da Ordem Franciscana e da Igreja.....	146
O maior investigador português no Arquivo do Vaticano	147
Condições de trabalho como investigador e editor	148
A Monumenta Portugaliae Vaticana	151
Suspensão da Edição da <i>Monumenta Portugaliae Vaticana</i>	157
Economias orientadas para a publicação das obras.....	158
V - <i>Considerações a modos de Conclusão</i>	161
VI - <i>Bibliografia impressa em meio século de labor científico</i>	164
Colaboração em Dicionários	214
No prelo	215
Em preparação	218
<i>Breve Apêndice Documental</i>	220